

Micro ATLAS FONÉTICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

(Micro AFERJ)

uma contribuição para o conhecimento dos falares fluminenses

Fabiana da Silva Campos Almeida

Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-graduação em Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em Letras Vernáculas (Língua Portuguesa).

Orientadora: Professora Doutora Silvia Figueiredo Brandão.

Rio de Janeiro.
Fevereiro de 2008

ALMEIDA, Fabiana da Silva Campos. *Micro Atlas Fonético do Estado do Rio de Janeiro (Micro AFERJ): uma contribuição para o conhecimento dos falares fluminenses*. Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Letras, 2008. 2v. Volume I 163 fls. Volume II 6 cartas introdutórias e 306 cartas fonéticas. mimeo. Tese de Doutorado em Língua Portuguesa.

BANCA EXAMINADORA

Professor Doutor Silvia Figueiredo Brandão (Orientadora)
Departamento de Letras Vernáculas / Universidade Federal do Rio de Janeiro

Doutor João das Pedras Saramago
Centro de Lingüística / Universidade de Lisboa

Professor Doutor Vanderci de Andrade Aguilera
Departamento de Letras Vernáculas e Clássicas / Universidade Estadual de Londrina

Professor Doutor João Antônio de Moraes
Departamento de Letras Vernáculas / Universidade Federal do Rio de Janeiro

Professor Doutor Cláudia de Souza Cunha
Departamento de Letras Vernáculas / Universidade Federal do Rio de Janeiro

Professor Doutor Aparecida Negri Isquerdo
Departamento de Letras / Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Professor Doutor Dinah Maria Isensee Callou
Departamento de Letras Vernáculas / Universidade Federal do Rio de Janeiro

Defendida a Tese:

Conceito:

Em: / / 2008

Micro ATLAS FONÉTICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
(Micro AFERJ)

uma contribuição para o conhecimento dos falares fluminenses

VOLUME I

por

Fabiana da Silva Campos Almeida
Aluna do Curso de Doutorado em Letras Vernáculas
(Área de Língua Portuguesa)

Universidade Federal do Rio de Janeiro.
Departamento de Letras Vernáculas.
Rio de Janeiro, fevereiro de 2008

AGRADECIMENTOS

A Luísa Segura e Gabriela Vitorino, por tudo que me ensinaram e por toda a ajuda que me forneceram, durante o estágio no Centro de Linguística da Universidade de Lisboa.

A José Bettencourt Gonçalves, Amália Mendes, Amália Andrade e demais pesquisadores do CLUL, por terem me acolhido de forma tão afetuosa.

A Maria Antónia Mota, pela diligência com que se dedicou a conseguir um local, em Lisboa, no qual eu pudesse me instalar,.

A Sandra Pereira, Antónia Estrela por alegrarem os meus dias no CLUL.

A Ana Sofia Carço Nunes, por me ensinar o que é amizade. Por estar sempre disposta a me ajudar, a me ouvir, a me apoiar. Pelos momentos de desabafo, de companheirismo e de ternura.

A Pilar García Mouton, diretora do Conselho Superior de Investigação Científica, e também a Isabel Molina e Noelia Gil, pelo livre acesso aos atlas do CSIC e pela amabilidade com que me receberam.

A Claudia de Souza Cunha, por me introduzir na pesquisa científica. Por ter sempre acreditado no meu potencial. Por esses onze anos de amizade, respeito e carinho.

A Dinah Maria Isensee Callou, pela presença constante em minha vida acadêmica. Pelas reprimendas e pelos afagos. Por tudo o que representa para a dialectologia.

A João Antônio de Moraes, por me incentivar a desvendar novas trilhas e me levar, indiretamente, a esse caminho tão bonito que é o da geolinguística. Pelas preciosas sugestões feitas durante o exame de qualificação.

Vanderci Aguillera, pelo incentivo dado e por suas contribuições durante o exame de qualificação.

A Cristina Márcia Monteiro, pela presença nos momentos finais deste trabalho.

Ao CNPq, pela concessão de bolsa de Doutorado.

A Coordenação da Pós-graduação em Letras Vernáculas, pela ajuda de custo para as viagens às três primeiras localidades de pesquisa.

A CAPES, pela concessão da bolsa do Programa de Doutorado no país com Estágio no Exterior (PDEE).

AGRADECIMENTOS ESPECIAIS

Passei os últimos três anos de minha vida imaginando como faria este texto de agradecimento. Pensando nas pessoas que mencionaria, na ordem em que o faria, nas palavras que usaria para me reportar a cada uma delas, a cada gesto, a cada atitude que tiveram para me ajudar a cumprir esta tarefa. No entanto, no momento em que começo a escrever, as palavras parecem-me insuficientes para expressar toda a minha gratidão. Aprendi, nas aulas de Português I, que só não se é capaz de expressar linguisticamente aquilo que está acima de nossa compreensão, além de nosso universo cultural. Realmente, algumas pessoas que fazem parte da minha vida vão além da minha concepção de mundo.

Como descrever uma pessoa como Silvia Brandão? Alguém que me recebeu sem pedir referências. Alguém que não se preocupou em saber sobre o meu currículo, sobre minhas notas, sobre minha vida. Alguém que acreditou em mim. Conhecê-la e trabalhar com ela foi, sinceramente, uma honra. Aprendi muito e mesmo que usasse meu léxico mais requintado, os elogios não estariam à altura de uma pessoa tão íntegra, tão justa, tão bela. Silvia é um exemplo; é a pessoa mais responsável de que já tive notícia. É muitíssimo sábia, mas não se deixa influenciar por isso. É extremamente gentil e está sempre disposta a esclarecer as dúvidas, a ensinar, a explicar desde os conceitos mais abstratos até as coisas mais corriqueiras. Queria ter feito mais, muito mais nesse trabalho. Não por mim. Por ela. Sei o quanto ela ama a dialectologia; o quanto ela entende do assunto, e sinto-me sempre em falta com ela. Almejo, um dia, quando crescer, ser, ao menos, parecida com ela.

E quanto a João Saramago, o que dizer? A forma como acolheu não só a mim, mas a toda minha família, foi encantadora. Apesar de suas inúmeras ocupações, sempre esteve pronto a me ajudar, fornecendo-me todo o suporte teórico de que eu necessitava: disponibilizava-me textos, mostrava-me atlas, fazia muito mais do que lhe competia. Graças a ele, mantive contato com o que há de mais moderno e mais tradicional na área da geolingüística. Não tenho como expressar minha gratidão por todo o carinho e por toda a paciência que ele teve para comigo.

Para além desses grandes pilares, gostaria de mencionar outras figuras cruciais para mim na execução deste trabalho. Tenho de esclarecer, antes de tudo, que esta pesquisa não foi uma obra individual, apesar de ter sido enfatizado o contrário no capítulo que trata dos pressupostos metodológicos. Fiz, sim, todas as entrevistas sozinha, transcrevi os mais de 22.000 dados sozinha, cartografei-os, redigi todo o texto, no entanto, em nenhum momento estive desacompanhada. Este atlas existe em função da atuação de uma equipe, cuja mentora, cuja coordenadora foi Silvia Brandão. Ela pensou em tudo e, depois disso, deu-me o prazer de pôr em prática suas idéias. Sempre que necessitei, pude contar com sua orientação precisa, seja atendendo o telefone a qualquer hora, seja respondendo aos e-mails em tempo recorde.

Além da Silvia, tive sempre ao lado o grande pesquisador Rafael Martins de Souza Almeida e a grande investigadora Gabriela da Silva Campos Almeida. Como terminar este trabalho, sem descrever a importância desses dois “dialectólogos” — um na flor da idade, a outra extremamente precoce — para a confecção deste atlas? Selecionar palavras que consigam dar conta de tudo que esses dois representaram na construção deste projeto e significam para mim é algo que não consigo fazer sem que as lágrimas rolem de meus olhos. Sem eles, nada teria sido possível. Rafael planejou comigo cada viagem; dirigiu horas por estas estradas esburacadas do Rio de Janeiro para me levar aos locais mais afastados, aos limites do Estado. Não é órgão governamental, mas financiou a pesquisa. Apoiou-me, encorajou-me, segurou-me nos braços todas as vezes em que chorei quando alguma coisa não corria bem.

E quanto à Gabriela? Minha dialectóloga-mirim, aos quatro anos, já aplicava o questionário aos amigos da escola. Fazia análises profundas sobre as perguntas e concluía com frases históricas: “Mamãe, seu questionário é contraditório. Você diz “que bicho fabrica o mel?” e depois “a abelha fabrica o...” Quantos dias inteiros passou em bancos de praças fluminenses, quantas vezes ficou horas dentro do carro esperando os inquéritos terminarem. Em todas as gravações, há, ao fundo, sua vizinha doce brincando e, vez por outra, perguntando: “Já tá acabando, mamãe?” Mas valeu a pena. Seu currículo está digno de nota: aos seis anos, fez estágio num dos maiores centros de pesquisa geolingüística, o CLUL; ficou íntima de João Saramago, Luísa Segura e, de sua homônima, Gabriela Vitorino; aprendeu, como ninguém, os fonemas da fala lusitana e os reproduz, a todo o instante, provando que nasceu para a área da fonética. E,

a partir de hoje, entra para a história como a mais nova lingüista do mundo. Não poderia deixar de citar Geovana da Silva Campos Almeida que, ainda no ventre, já trabalhava em prol da realização deste atlas. Ela cooperou muito esperando a hora certa de nascer, aceitando a avó como mãe nos últimos meses, seus primeiros de vida, e me estimulando com seu sorriso terno e meigo.

Que termos usar para agradecer a Geilda da Silva Campos, mulher espetacular, mãe nota mil, amiga de sempre? Dona Geilda sempre fez parte da equipe. Esteve torcendo por tudo, orando por tudo, constantemente. Como agradecer por uma vida inteira de afeto e apoio incondicional? Obrigada é muito pouco. Seria necessário criar outra palavra, cunhar outra expressão. Esta é usada para reconhecer que alguém nos ajudou; no entanto, não basta quando alguém fez tudo por nós, quando alguém se dedicou totalmente a nos servir. Geilda, sem você nada teria acontecido também.

Outras figuras abrilhantaram essa equipe. Que dizer da doutora Amanda da Silva Santos Mendes? Mesmo sabendo o quão exaustivo é esse tipo de atividade, manteve-se firme nas duas viagens de recolha de dados das quais participou, a Cabo Frio e a Cantagalo. Ajudou-me sobremaneira essa futura médica. E como não citar o suporte técnico que me foi dado por seu marido, o administrador Josias Mendes, que me mostrou as maravilhas do Excel? A presença desse casal, nos momentos finais do trabalho, me fazia ter certeza de que conseguiria concluí-lo.

Os demais membros do grupo não participaram diretamente das viagens, porém estiveram sempre com o coração voltado para elas. O meu sincero agradecimento a Osvaldo João dos Santos, Felipe da Silva Santos e Maria Isabel dos Santos. Sem a incentivo e o suporte que vocês me fornecem, nada daria certo.

Não poderia deixar de mencionar meus informantes. Alguns viraram amigos. Deram-me tanto em tão pouco tempo. Não conversávamos por mais de oitenta minutos, mas o que dizíamos estará para o resto da vida em minha mente. Aprendi demais com eles. Não tenho como retribuir toda a amabilidade, a benevolência, a e deferência com que fui tratada. Só posso dizer que nunca os esquecerei e serei eternamente grata por essa experiência.

Por fim, agradeço ao meu Deus, que me deu forças para continuar, que me carregou no colo nos momentos mais difíceis e que nunca me deixou só.

Se não consigo manifestar meu reconhecimento a esses extraordinários ajudadores através da linguagem verbal, tentarei fazê-lo dando-lhes o meu abraço. Espero que o meu olhar possa transmitir o amor que sinto por todos vocês.

Muito obrigada,

Fabiana da Silva Campos Almeida.

Rio de Janeiro, fevereiro de 2008.

A minha equipe de trabalho:

Silvia Figueiredo Brandão,

por ter me incumbido de tão grandiosa
empreitada, acreditando que eu seria capaz de
realizá-la;

por me apresentar e me fazer amar a geografia
lingüística;

por compartilhar comigo seu saber, através de
seus ensinamentos teóricos e de suas lições de
vida.

Rafael Martins, Gabriela Almeida, Geilda
Campos e Geovana Almeida,

por toda a abnegação em prol da confecção deste
atlas.

“Recordo paisagens e, enquadrados nela, homens e mulheres. Diversos como os cenários em que se situavam, contavam-me histórias, diversas também. Ao fim de dois ou três dias sentíamo-nos por vezes verdadeiros amigos, quase irmãos. Eu não tinha podido dar-lhes senão um pouco de atenção, de simpatia. Eles tinham-me dado uma lição magnífica, decisiva para o meu modo de sentir e de pensar a partir daquele momento. Atrás dos falares que tinha vindo estudar, era toda uma humanidade humilde mas digna, vivendo intensamente os sentimentos simples, lutando corajosamente pela sobrevivência, com que a dialectologia me tinha posto em contato. Se mais nada, no vasto terreno da lingüística, conservasse um dia interesse para mim, creio que esta experiência seria só por si suficiente para me obrigar a reconhecer e afirmar que vale a pena o ramo de estudos para que a vida me conduziu.”

CINTRA (1983:9)

SINOPSE

Estudo dialectológico, de cunho fonético-fonológico, com vistas à descrição da fala de doze comunidades fluminenses, com base nos preceitos atuais da Geolingüística e em parâmetros de natureza sociolingüística. Panorama físico e sócio-histórico do Estado do Rio de Janeiro, bem como das localidades-alvo da pesquisa. Critérios adotados para elaboração do questionário fonético-fonológico (QFF), para escolha das localidades-alvo, para seleção dos informantes e para recolha e tratamento dos dados. Observação de alguns aspectos dos falares fluminenses. Apresentação de cartas 306 fonéticas.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	16
2. O ESTADO DO RIO DE JANEIRO.....	22
2.1. Aspectos físicos e ambientais.....	22
<i>2.1.1. Extensão e posição geográfica.....</i>	<i>22</i>
<i>2.1.2. Relevo e clima.....</i>	<i>22</i>
<i>2.1.3. Flora e fauna.....</i>	<i>24</i>
<i>2.1.4. Hidrografia.....</i>	<i>25</i>
2.2. Divisão político-administrativa.....	26
2.3. População.....	29
2.4. Perfil histórico.....	33
3. PROJETOS DE ATLAS LINGÜÍSTICOS NA AMÉRICA LATINA.....	38
3.1. Em áreas de colonização espanhola.....	40
<i>3.1.1. Atlas Lingüístico e Etnográfico do Sul do Chile (ALESUCh).....</i>	<i>40</i>
<i>3.1.2 Atlas Lingüístico-Etnográfico de Colômbia (ALEC).....</i>	<i>42</i>
<i>3.1.3 Atlas Lingüístico de México (ALM).....</i>	<i>43</i>
<i>3.1.4. Atlas Lingüístico Diatópico e Diastrático do Uruguai (ADDU).....</i>	<i>45</i>
<i>3.1.5 Atlas Lingüístico Guarani-Românico (ALGR).....</i>	<i>48</i>
<i>3.1.6 Atlas Lingüístico de Hispanoamérica (ALHA).....</i>	<i>49</i>
<i>(a) El español en le Sur de Estados Unidos.....</i>	<i>50</i>
<i>(b) El español en la República Dominicana.....</i>	<i>51</i>
<i>(c) El Español en Venezuela.....</i>	<i>52</i>
3.2. No Brasil.....	53
3.2.1 Atlas concluídos	55
<i>(a) Atlas Prévio dos Falares Baianos (APFB).....</i>	<i>55</i>
<i>(b) Esboço de um Atlas Lingüístico de Minas Gerais (EALMG).....</i>	<i>56</i>
<i>(c) Atlas Lingüístico da Paraíba (ALPB).....</i>	<i>57</i>
<i>(d) Atlas Lingüístico de Sergipe (ALS).....</i>	<i>58</i>

(i) <i>Volume I</i>	58
(ii) <i>Volume II</i>	58
(e) <i>Atlas Lingüístico do Paraná (ALPR)</i>	59
(i) <i>Volume I</i>	59
(ii) <i>Volume II</i>	60
(f) <i>Atlas Lingüístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil (ALERS)</i>	60
(g) <i>Atlas Lingüístico Sonoro do Pará (ALISPA)</i>	61
(h) <i>Atlas Lingüístico do Amazonas (ALAM)</i>	61
(i) <i>Atlas Fonético do entorno da Baía de Guanabara (AFeBG)</i>	62
(j) <i>Atlas Geolingüístico do Litoral Potiguar (ALiPTG)</i>	63
(k) <i>Outros atlas</i>	63
3.2.2 Atlas em andamento	64
(a) <i>Atlas Lingüístico do Brasil (ALiB)</i>	64
(b) <i>Atlas Lingüístico do Estado do Ceará (ALECE)</i>	66
(c) <i>Atlas Lingüístico do Estado de São Paulo (ALESP)</i>	66
(d) <i>Atlas Geo-Sociolingüístico do Pará</i>	67
(e) <i>Atlas Lingüístico de Mato Grosso do Sul (ALMS)</i>	68
(f) <i>Atlas Lingüístico de Mato Grosso (ALIMAT)</i>	68
(g) <i>Atlas Lingüístico do Acre</i>	68
(h) <i>Atlas Lingüístico do Rio Grande do Norte (ALiRN)</i>	69
(i) <i>Atlas Lingüístico do Maranhão (ALiMA)</i>	69
(j) <i>Atlas Prévio do Espírito Santo (APES)</i>	70
(l) <i>Atlas Lingüístico de Rondônia – AliRO</i>	70
(l) <i>Para um Atlas Lingüístico de São Francisco do Sul (ALSFS)</i>	70
(m) <i>Atlas Lingüístico Sonoro do Estado do Rio de Janeiro – ALiSon- Rio</i>	71
4. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA	72
4.1. Pressupostos teóricos	72
4.2. Metodologia adotada	77
4.2.1. Pontos de inquérito	77
4.2.1.1. <i>São Francisco de Itabapoana</i>	79

4.2.1.2. <i>Porciúncula</i>	81
4.2.1.3. <i>Santa Maria Madalena</i>	83
4.2.1.4. <i>Cabo Frio</i>	85
4.2.1.5. <i>Cantagalo</i>	86
4.2.1.6. <i>Cachoeiras de Macacu</i>	88
4.2.1.7. <i>Itaguaí</i>	89
4.2.1.8. <i>Parati</i>	90
4.2.1.9. <i>Valença</i>	92
4.2.1.10. <i>Três Rios</i>	94
4.2.1.11. <i>Quissamã</i>	95
4.2.1.12. <i>Resende</i>	96
4.2.2. Informantes	98
4.2.3. Técnicas de recolha de dados	100
4.2.4. Transcrição e informatização dos dados	103
4.2.5. Critérios gerais para elaboração das cartas	104
5. A FALA FLUMINENSE	105
5.1. Contribuição de três projetos	106
5.1.1. <i>O NURC e o PEUL</i>	107
5.1.2. <i>O APERJ</i>	109
5.2. Contribuições do MicroAFERJ	111
5.2.1. <i>A variação de S em coda silábica</i>	112
5.2.1.1. <i>Os estudos sobre o S implosivo na fala do Rio de Janeiro</i>	113
5.2.1.2. <i>Resultados da análise dos dados do MicroAFERJ</i>	116
5.2.2. <i>Outras variáveis</i>	130
6. CONCLUSÃO	133
7. BIBLIOGRAFIA	136

- 8. ANEXOS.....**
- 8.1. Hidrografia do Estado do Rio de Janeiro (CIDE)**
- 8.2. Regiões de governo e microrregiões geográficas do Estado do Rio de Janeiro (CIDE)**
- 8.3. Desmembramentos municipais do Estado do Rio de Janeiro: 1500-1997 (CIDE)**
- 8.4. Pontos de inquérito do Micro AFERJ**
- 8.5. Distribuição da área do Estado do Rio de Janeiro em formas geométricas triangulares**
- 8.6. Ficha da localidade**
- 8.7. Ficha do informante/inquérito**
- 8.8. Isófona da variante palatal do –S pós-vocálico**

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Coordenadas geográficas dos pontos extremos do Estado do Rio de Janeiro.....	22
TABELA 2: Número de municípios do Estado do Rio de Janeiro entre 1940 e 2003.....	27
TABELA 3: Regiões do Estado do Rio de Janeiro, seus municípios e suas características.....	28
TABELA 4: Densidade Demográfica do Estado do Rio de Janeiro entre 1940 e 2000.....	30
TABELA 5: População residente nos municípios do Estado do Rio de Janeiro.....	31
TABELA 6: Número de ocorrências do –S em coda silábica interna por tipo de concretização nos dados do MicroAFERJ.....	118
TABELA 7: Número de ocorrências do –S em coda silábica externa não morfêmico por tipo de concretização nos dados do MicroAFERJ.....	119
TABELA 8: Número de ocorrências do –S morfêmico por tipo de concretização nos dados do MicroAFERJ.....	121
TABELA 9: Percentuais das variantes de S por localidade e posição no vocábulo.....	125

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

MAPA 1: Fases de elaboração de atlas lingüísticos pelos Estados brasileiros.....	18
GRÁFICO 1: Distribuição da população do Estado do Rio de Janeiro por Microrregiões.....	31
MAPA 2: Divisão do Brasil em áreas dialetais segundo NASCENTES (1953:19).....	106
GRÁFICO 2: Quadro geral do tipo de concretização do -S em coda interna.....	120
GRÁFICO 3: Quadro geral do tipo de concretização do -S em coda silábica externa não-morfêmico Microrregiões.....	120
GRÁFICO 4: Quadro geral do tipo de concretização do -S em coda silábica externa morfêmico.....	122
GRÁFICO 5: Tipo de concretização do -S pós-vocálico interno por ponto de inquérito.....	123
GRÁFICO 6: Tipo de concretização do -S em posição final não-morfêmico por ponto de inquérito.....	124
GRÁFICO 7: Tipo de concretização do -S morfêmico por ponto de inquérito.....	125
MAPA 3: Isófona da variante palatal do -S pós-vocálico.....	127
GRÁFICO 8: Tipo de concretização do -S em coda silábica interna por faixa e gênero.....	128
GRÁFICO 9: Tipo de concretização do -S em coda silábica externa não-morfêmico por faixa e gênero Gráfico.....	129
GRÁFICO 10: Tipo de concretização do -S morfêmico por faixa e gênero	130

1. INTRODUÇÃO

É por meio da língua que o homem representa seu universo, seus pensamentos, seus desejos e seus ideais; é por seu intermédio que a cultura de um povo se manifesta. Nas palavras de CAMARA JR. (1965:18), "*a língua é a representação em miniatura de toda a cultura de um povo*". Língua e cultura estão de tal forma entrelaçadas que não é possível estudá-las isoladamente. Logo, para captar a cultura de um povo, é fundamental que se conheça bem a sua língua.

Embora tenha havido, nos últimos anos, grandes avanços na área da Lingüística, o que se sabe sobre a língua que há cerca de quinhentos anos foi trazida para estas terras e aqui transformada, infelizmente, ainda não permite gerar uma descrição abrangente.

O Brasil, por ter sido formado a partir de uma miscigenação étnica, apresenta grande diversidade cultural e isso, é claro, se reflete no uso que se faz da língua. Logo, o Português, desde que foi aqui implantado, sofreu modificações, distanciando-se, aos poucos, da forma de falar lusitana e adquirindo feições próprias. Essas alterações não ocorreram apenas pelo fato de a língua portuguesa ter sido transplantada para novas terras. Aconteceram porque a variação é um fenômeno inerente a toda e qualquer língua. Como demonstrou Padre Rousselot, na obra *Modifications phonétiques du langage étudiés dans le patois d'une famille de Cellefrouin*, 1891, a fala não é uniforme nem mesmo entre os estreitos limites de uma única família. Sendo assim, "*nem que fosse falada apenas por portuguesas e seus descendentes puros, nem por isso deixaria ela de alterar-se*" (NASCENTES (1953: 9).

No entanto, tais alterações não se processaram da mesma forma em todas as cantos do país; deram-se de modo diferenciado. Isso acabou por ocasionar peculiaridades locais/regionais em relação a todos os níveis da língua: fonético-fonológico, prosódico, lexical, morfológico e sintático, para as quais contribuíram não só a imensidão territorial e as influências de substrato e superstrato, como também as diferenças sociais.

Mas como delimitar a extensão de aplicação de determinados fenômenos lingüísticos? Como estabelecer limites entre as áreas de aplicação de certos traços

fonético-fonológicos, semânticos etc? Como *deslindar esse tecido emaranhado*¹ que é o português brasileiro?

Nas últimas três décadas, graças à persistência e aos esforços de dialectólogos brasileiros, deram-se passos importantes em direção à descrição da língua falada no Brasil, tanto em sua modalidade culta, quanto em sua modalidade popular, tanto em áreas urbanas, quanto em áreas rurais. Contudo, algumas características dialetais apontadas pelos precursores da dialectologia brasileira, assim como grande parte das áreas dialetais esboçadas por Antenor Nascentes, ainda não puderam ser confirmadas devido à falta de trabalhos geolingüísticos em muitas regiões brasileiras.

O problema talvez tenha sido ocasionado pelo fato de a propagação da *mentalidade dialectológica*, apregoada por Serafim da Silva Neto desde a década de 1950, só ter se consolidado, no Brasil, tardiamente, o que acarretou uma falta de interesse pela tradição dialectológica durante algum tempo. Os estudos nessa área, entretanto, atualmente têm ganhado impulso e muito se tem feito para o desvendamento da pluralidade de falares brasileiros. De todo modo, ainda há muito por fazer.

A pertinência da realização de estudos dialetais dá-se pelo fato de tanto as monografias dialetais, que apresentam características de determinada localidade, quanto atlas lingüísticos, que mencionam aspectos lingüísticos em uma faixa mais ampla, além de propiciarem análises dialectológicas, contribuir também sobremaneira para a elaboração de outros tipos de estudo. O próprio Labov, considerado o fundador da Sociolingüística, relata, em “Les motivations sociales d’un changement phonétique”, 1976, que, para realizar seu trabalho sobre a Ilha de Martha’s Vineyard, se baseou nos dados apontados pelo *Linguistic Atlas of New England*. Como observa Brandão (2007c), “*reforça o caráter complementar das duas vertentes da Lingüística também o fato de Labov ter-se dedicado, juntamente com Sharon Ash e Charles Boberg, à elaboração de The Atlas of North American English: Phonetics. Phonology and Sound Change - ANAE, publicado em 2006*”²

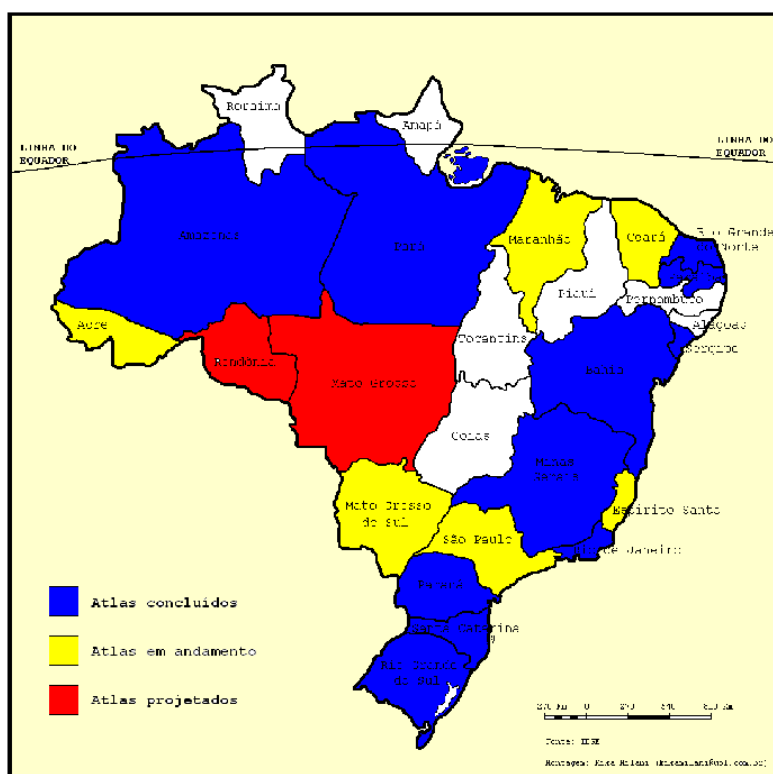
No caso do Brasil, os dialectólogos, depois de *O dialeto caipira*, editado em 1920 por Amadeu Amaral, e de *O linguajar carioca em 1922*, lançado em 1923 por

¹ Expressão usada por Nelson Rossi na Introdução ao *Atlas Prévio dos Falares Baianos*.

² Cf., na *web*, a página de Labov (www.ling.upenn.edu/~labov) e a da Mouton de Gruyter, editora que publicou a obra (www.mouton-online.com).

Antenor Nascentes — precursores nessa área —, vêm ultrapassando diversas barreiras — tendo em vista a falta de apoio financeiro e a dificuldade de chegar a determinadas localidades do país — e já conseguiram confeccionar atlas lingüísticos regionais: há alguns já publicados, outros em fase de elaboração. O mapa a seguir — gentilmente cedido por Vanderci Aguilera à orientadora da presente pesquisa — foi realizado por Kika Milani e mostra a situação do país em relação a esse quadro.

BRASIL



Mapa 1- Fases de elaboração de atlas lingüísticos pelos Estados

Vários são os atlas já divulgados, entre eles o *Atlas Prévio dos Falares Baianos (APFB)*, o *Esboço de um Atlas Lingüístico de Minas Gerais (EALMG)*, o *Atlas Lingüístico da Paraíba (ALPb)*, o *Atlas Lingüístico de Sergipe (ALS)*, volumes 1 e 2, o *Atlas Lingüístico do Paraná (ALPR)*, volumes 1 e 2, o *Atlas Lingüístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil (ALERS)*, o *Atlas Lingüístico Sonoro do Pará (ALISPA)*, o *Atlas Lingüístico do Amazonas (ALAM)*, o *Atlas Lingüístico do Litoral*

Potiguar (ALLP), o Atlas Fonético do entorno da Baía de Guanabara (AFeBG) e outros, de menor porte como os dois últimos, mencionados no capítulo 3 desta tese. Há sete estados com atlas em andamento: Acre, Maranhão, Ceará, Mato Grosso do Sul, São Paulo e Espírito Santo. Existem ainda projetos de atlas para o Mato Grosso, o Rio Grande do Norte e para Rondônia. Além disso, está em desenvolvimento o projeto para a realização de um atlas lingüístico de âmbito nacional – o ALiB.

O Estado do Rio de Janeiro, conquanto já disponha de um atlas fonético que focaliza quatro localidades da região metropolitana situadas na Baixada Fluminense, em torno da Baía de Guanabara — o AFeBG — e conte com outros trabalhos de grande relevância, até esta data, não foi alvo de uma pesquisa de maior abrangência, com pontos espalhados por todas as regiões do território fluminense. Um lugar de tamanha importância histórica, política e sociocultural para o país, cujo falar sempre serviu de padrão para os meios de comunicação e de expressão artística, não pode continuar sem um estudo dessa ordem. Portanto, urge a realização de trabalhos geolingüísticos no Estado.

O presente estudo justifica-se pelo fato de objetivar contribuir para o conhecimento da língua portuguesa falada no Brasil, mais especificamente dos usos que dela se fazem no Estado do Rio de Janeiro. Trata-se de uma pesquisa dialectológica, de cunho fonético, que almeja a descrição de doze falares fluminenses, com base nos preceitos da Geografia Lingüística, aliados a parâmetros de ordem sociolingüística.

O MicroAFERJ tem por finalidades gerais (a) contribuir para a descrição do português brasileiro, em especial, de suas variedades populares (b) fornecer subsídios para a delimitação das áreas dialetais brasileiras; (c) incitar o interesse pelos estudos geolingüísticos.

Especificamente, objetiva (a) registrar e descrever fenômenos fonéticos que tipificam a fala fluminense em sua variedade popular; (b) averiguar a realização dos fonemas consonantais, em especial daqueles que apresentam maior índice de variação; (c) verificar a concretização dos fonemas vocálicos em todos os contextos: posições tônica, átona inicial, medial e final, em ditongo, em hiato; (d) traçar isófonas delimitadoras das variantes fonéticas verificadas; (e) observar esses fenômenos nos planos diageracional e diassexual.

Partindo-se da hipótese de que o Estado do Rio de Janeiro é composto por diferentes áreas dialetais (segundo Nascentes (1953: 26), duas: o subfalar fluminense e, neste, o linguajar carioca), crê-se que, a partir das cartas lingüísticas, poder-se-á concorrer para: (a) a identificação dessas áreas dialetais; (b) a análise da relação entre a área lingüística e o contexto sócio-histórico-cultural da região; (c) a visualização de zonas conservadoras e inovadoras em relação aos fenômenos fonéticos; (d) o traçado de isófonas, para que possam ser estabelecidos limites entre os falares.

O anseio de ampliar o espectro de sua investigação fez com que a Geolingüística, método dialectológico por excelência, paulatinamente, adotasse critérios sociolingüísticos. Para o MicroAFERJ, os informantes aos quais se aplicou o questionário fonético-fonológico (QFF) foram distribuídos por gênero em três faixas (cf. item 4.2), de modo a captar, além das variantes diatópicas, também as diagenéricas e diageracionais. Isto é, também visava-se ao exame das "relações que existem entre certos traços lingüísticos e certos grupos de indivíduos" (SILVA-CORVALÁN (1989: 8)).

O estudo constitui-se de dois volumes: o primeiro de caráter introdutório e o segundo contendo os mapas fonéticos. Na próxima seção – capítulo 2 –, serão fornecidos dados a respeito do Estado do Rio de Janeiro. Na parte destinada a sua caracterização física e ambiental, serão tratadas as questões relativas a posição e extensão geográficas, relevo, clima, flora, fauna, hidrografia, divisão político-administrativa e população. Dá-se ainda uma pequena noção histórica sobre a formação do território fluminense.

O capítulo 3 versará sobre o desenvolvimento dos estudos geolingüísticos na América Latina, em especial nos países de colonização espanhola e no Brasil. Descrevem-se, nessa parte, os atlas mais relevantes publicados nos países hispanoamericanos, bem como todos os projetos de atlas finalizados e em fase de andamento no Brasil.

O capítulo 4, por sua vez, menciona os pressupostos teóricos e metodológicos que nortearam a realização do presente estudo. Nele, são pormenorizados os critérios de seleção dos pontos de inquérito e dos informantes, bem como as técnicas utilizadas para a recolha de dados. Trata-se também do sistema de transcrição fonética usado e da informatização e cartografia dos dados.

O capítulo 5 é dedicado à fala fluminense. No primeiro item, resalta-se a importância de três projetos de pesquisa voltados para o conhecimento das variedades culta e popular no Rio de Janeiro. No segundo, analisam-se algumas variáveis lingüísticas com base nos dados registrados nas cartas do MicroAFERJ.

No capítulo 6 – conclusão –, tecem-se considerações sobre o trabalho realizado. Este estudo conta, ainda, com uma seção de anexos.

O segundo volume é composto por seis cartas introdutórias, numeradas em algarismos romanos, e por 306 cartas fonéticas, devendo-se ressaltar que, nestas últimas, apresenta-se, na parte inferior, a respectiva pergunta do Questionário Fonético-Fonológico (QFF), motivo pelo qual se julgou desnecessário apresentar a íntegra do QFF em anexo. Ao lado das notas referentes aos mapas dos vocábulos em que se desejava averiguar o tipo de concretização do fonema –S, há gráficos com os percentuais de suas variantes por faixa etária e sexo.

Tem-se a consciência de que este estudo é apenas uma fotografia parcial da fala fluminense, visto que muitos outros aspectos pertinentes a uma análise lingüística completa podem não ter se situado no foco da câmera no momento em que o *flash* foi disparado, mas como ALVAR (1968: 30) já enfatizara “*nunca possuiremos a realidade de qualquer fala, porque a realidade é mutável em cada comunidade, em cada indivíduo dessa coletividade e nos momentos distintos, de cada indivíduo*”.

Ambiciona-se, de todo modo, fornecer, por meio do MicroAFERJ, condições para que tal fotografia possa ser ampliada. E que não se precise aguardar tal ampliação por mais cem anos. Afinal já é tempo de se colherem os frutos plantados por Antenor Nascentes, Serafim da Silva Neto, Celso Cunha e Néilson Rossi.

2. O ESTADO DO RIO DE JANEIRO

2.1 Aspectos físicos e ambientais

2.1.1. Extensão e posição geográfica

Situado na Região Sudeste, o Estado do Rio de Janeiro limita-se com Minas Gerais ao Norte e a Noroeste; com São Paulo, a Oeste; com o Espírito Santo, a Nordeste; e com o Oceano Atlântico, ao Sul, Leste, Sudeste e Sudoeste. É um dos menores estados do país, apresentando uma área total de 43.696,054 km², sendo maior apenas do que Sergipe (22.050,4 km²), Alagoas (27.933,1 km²) e Distrito Federal (5.822,1 km²). Ocupa uma posição privilegiada no litoral — cuja extensão é de 636 km —, o que lhe fornece vantagens, uma vez que lhe possibilita o comércio marítimo, a pesca, o turismo, entre outras.

Na tabela abaixo, extraída do IBGE, expõem-se as coordenadas geográficas dos pontos extremos do Estado.

TABELA 1: Coordenadas geográficas dos pontos extremos do Estado do Rio de Janeiro

Pontos extremos	Latitude	Longitude
NORTE	20° 45' 56"	41° 51' 40"
SUL	23° 22' 08"	44° 33' 33"
LESTE	21° 18' 09"	40° 57' 23"
OESTE	23° 13' 29"	44° 53' 19"

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia - IBGE

2.1.2. Relevo e clima

De acordo com análises geológicas, o território do Estado do Rio de Janeiro remonta às eras mais antigas. O predomínio de rochas ígneas e metamórficas pré-cambrianas (Arqueozóico e Proterozóico) serve para atestar o fato e está intimamente relacionado à forte atividade tectônica. As áreas de rochas pós-cambrianas são de pequena extensão.

O relevo do Estado do Rio de Janeiro é bastante diversificado e isso se deve a sua história geológica, à litologia e a fatores paleoclimáticos. De forma mais simplificada, o relevo pode ser caracterizado, do litoral para o interior, pelas baixadas,

pelas escarpas e pelos planaltos, que podem ser reunidos em quatro grandes grupos: baixada, Serra do Mar, vale do Paraíba e escarpa da Serra da Mantiqueira.

O Estado apresenta uma topografia acidentada e compartimentada. Há escarpas de blocos falhados, separando as superfícies altas e montanhosas, que invadem o interior, e outras planas a suavemente onduladas, que vão desde o Município do Rio de Janeiro até o Norte Fluminense, originando as baixadas litorâneas. De um modo geral, as planícies podem se apresentar sob a forma de praias, dunas, restingas e cordões arenosos (causadores da formação de lagoas).

A região da Serra do Mar é composta por serras e colinas que, distribuídas de modo irregular, geram um mar de morros com uma grande escarpa cristalina que atravessa o Estado de Sudoeste para Nordeste, do limite de São Paulo até as proximidades de Campos. Compostas por planícies costeiras, as partes baixas são estreitas e descontínuas entre a Serra do Mar e o oceano e repletas de ilhas e baías.

O vale do Paraíba, que se localiza entre duas escarpas, é caracterizado pelo forte processo erosivo que acaba por ocasionar inúmeros alvéolos e planícies aluviais argilosas. A escarpa da Serra da Mantiqueira cobre o Noroeste do Estado e ruma ao interior, compreendendo uma série de colinas e serras abruptas. Na área sul dessa escarpa — onde se localiza seu ponto mais alto, o maciço de Itatiaia, mais especificamente o pico das Agulhas Negras —, há cristas e serras com mais de 2.500 m de altitude. Já na parte norte situa-se o extremo setentrional da Região Noroeste fluminense.

O clima é essencialmente tropical quente e úmido, com distinções geradas em função da posição, do relevo e de entradas de frentes frias e anticlones polares. Essa tropicalidade do clima é causada pela posição do território em baixas latitudes. O fato de as terras fluminenses situarem-se imediatamente ao norte do Trópico de Capricórnio também contribui para a tropicalidade do clima, gerando altas temperaturas. Ademais, a presença do Oceano Atlântico ao longo da costa fornece ao Estado um alto índice de umidade e pluviosidade; na verdade, é como se o oceano agisse como um poderoso regulador de temperatura.

De um modo geral, nota-se que, nas baixadas, o clima é quente e úmido; já nas regiões que apresentam maior altitude ocorrem altos índices de umidade, de pluviosidade e de temperaturas mais baixas.

Os climas de maior umidade fixam-se na zona litorânea sul e nas regiões serranas voltadas para o mar, ao passo que os mais secos estão no litoral norte e na Depressão do Vale do Paraíba Sul. As médias anuais de temperatura maiores que 20° C são registradas na Baixada e na Depressão do Vale do Paraíba Sul. As mais brandas, menores que 20° C, são verificadas na Região Serrana, área de maior altitude.

2.1.3. Flora e fauna

Da vegetação original do Estado do Rio de Janeiro, pouco se manteve. Tenha sido em função da extração do pau-brasil e de madeiras-de-lei, tenha sido por causa da criação de pastagens, lavouras e de construções de vilas e cidades, ou, ainda, pela criação de canaviais ou de cafezais, o fato é que paulatinamente a vegetação primitiva se esvaiu e com ela foram-se as muitas espécies de vegetais e de animais que habitavam a selva fluminense. O que resta hoje restringe-se às encostas e topos das serras, ainda florestadas, e a alguns trechos do litoral, representados pelos manguezais, brejos, praias e restingas.

Acredita-se que, no século XVI, as florestas *Ombrófila Densa*, *Ombrófila Mista* e *Estacional Semidecidual* cobriam cerca de 97% da área do Estado, restringindo-se a 20,24%, de acordo com o CIDE, em 1990. Os demais 3% eram cobertos pelas demais formações: *Savana* (Cerrado), *Estepe* (Caatinga) e *Formações Pioneiras* (Restinga).

A vegetação florestal, encontrada na formação da baixada litorânea da Mata Atlântica e na floresta semi-úmida do vale do Paraíba, foi alterada e reduzida a menos de 8% da área original. A vegetação litorânea, composta por mangues e vegetação de praia e dunas, teve sua maior parcela substituída por culturas de pastagens, vegetação secundária e áreas urbanas.

No que concerne aos solos, os mais importantes identificados no Estado, segundo a extensão das áreas de ocorrência, são: Latossolo Vermelho-amarelo, Podzólico Vermelho-amarelo, Cambissolo, Podzólico Vermelho-escuro, Podzólico Amarelo e as areias quartzarênicas do litoral.

O plantio comercial limita-se a algumas áreas do Estado, como os vales dos rios São João e Itabapoana (plantio de cana-de-açúcar, mandioca, abacaxi e cítricos),

as planícies litorâneas e delta do Paraíba do Sul (cana-de-açúcar), as várzeas e relevo ondulado do Médio Paraíba (cana-de-açúcar e arroz), as várzeas dos rios do reverso da Serra do Mar, do Vale do Paraíba do Sul e dos Rios Pomba e Muriaé (cana-de-açúcar, arroz, milho, feijão e tomate) e os fundos dos vales da Serra dos Órgãos (olericultura). No demais, predominam as pastagens naturais.

Assim como a flora, a fauna também sofreu e sofre as conseqüências da ação destrutiva do homem sobre a natureza. Os desmatamentos e a caça ilegal são fatores agravantes a esse quadro. O número de espécies ameaçadas de extinção é extenso e vai desde a lontra (*Lutra longicaudis*), a onça-pintada (*Panthera onca*) e a jaguatirica (*Leopardus pardalis*) — animais de maior porte — até o papagaio sabiá-cica (*Amazona rhodocorita*), o gavião real (*Harpia harpia*) e o mico-leão-dourado (*Leontopithecus rosalia*) — espécies de menor porte — entre outros. Segundo o IBAMA, a Unidade de Conservação que apresenta maior densidade populacional de fauna é o Parque Nacional da Serra da Bocaina. Alarmantes são os casos como o do Parque Nacional da Tijuca, em que os grandes predadores terrestres e alados estão extintos, e como o do Parque Estadual da Serra da Tiririca, em que os predadores de maior porte foram exterminados.

2.1.4. Hidrografia

A rede hidrográfica do Estado é bastante influenciada pelo relevo e pelo clima da região. As escarpas da Serra do Mar dividem as águas das terras fluminenses. Os rios nascidos em suas proximidades seguem, em sua maioria, para a calha do Paraíba do Sul e, em seus altos cursos, formam saltos e cachoeiras, como o Piabanha e o Grande. Poucos — como, por exemplo, o Mambucaba e o Paca-Grande ou Bracuí — conseguem ultrapassar as escarpas, indo em direção ao oceano. Em geral, os rios que surgem junto a essas escarpas rumam para o mar cruzando as baixadas litorâneas. Muitos deles acabam por formar várzeas que, depois de drenadas, servem muito bem à agricultura e, conseqüentemente, geram potencial econômico. A maior parte dos rios, no entanto, sem competência hidrológica para ultrapassar os cordões arenosos do litoral, formam brejos e propiciam a criação de manguezais. Nota-se ainda a presença de muitos mananciais, oriundos das retenções das águas das chuvas pela vegetação florestal (a Mata Atlântica).

Os principais rios que compõem a malha hidrográfica do Estado são: Paraíba do Sul, Macaé, Paqueta, Grande, Piraí, Pomba e Muriaé. O Paraíba do Sul, que nasce da confluência dos rios Paraitinga e Paraibuna, em São Paulo, tem um percurso total de 1.120 km, de Oeste para Leste. Esse rio atravessa todo o território fluminense no sentido Sudoeste-Nordeste, formando um vale entre a Serra do Mar e a da Mantiqueira, região conhecida como Vale do Paraíba, de grande importância histórica e econômica para o desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro.

Além do grande número de rios, as várias lagoas e lagoas costeiras (Feia, de Araruama, de Maricá, Saquarema, Piratininga), as represas e as baías (de Guanabara, de Sepetiba e da Ilha Grande) estão presentes na composição da rede hidrográfica fluminense, que exerceu um papel relevante na conquista e na ocupação do território, já que foi a partir da navegação por alguns rios que se pôde penetrar na escarpa, inexplorável por via terrestre. Os rios serviam ainda para o transporte de mercadorias até os portos do litoral. Ademais, muitas foram as povoações que surgiram em suas margens e sobreviveram graças a sua existência.

Infelizmente, hoje, os rios, assim como as lagoas, vêm sendo usados como depósitos de esgotos e de lixo doméstico e industrial. Suas margens e cabeceiras sofreram desmatamento intenso e seus leitos foram assoreados de forma acentuada. A situação é realmente preocupante: a pesca, a extração do sal, o turismo e a vida da população ribeirinha são muito prejudicados. Com a finalidade de controlar as atividades poluidoras, o Estado do Rio de Janeiro foi dividido, em 1986, por meio de uma Deliberação CECA (Comissão Estadual de Controle Ambiental) em dez unidades hidrográficas (CIDE, 1997:66,67):

Veja-se o mapa com a rede hidrográfica do Estado no *Anexo 3*.

2.2 Divisão político-administrativa

O Estado Rio de Janeiro é formado hoje por noventa e dois municípios — que, de acordo como o artigo 340 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, são “...unidades territoriais que integram a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil, dotados de autonomia política, administrativa e financeira, nos termos assegurados pela Constituição da República, por esta Constituição e pela respectiva Lei Orgânica”.

Cada município pode se dividir em distritos que também podem ser subdivididos. Entretanto, alguns municípios, como Queimados, Macuco, Cordeiro, são compostos de um único distrito. O Rio de Janeiro constitui-se como uma exceção, visto que não se segmenta em distritos, mas em Regiões Administrativas.

Nos últimos anos, tem havido um grande número de emancipações municipais, o que até os anos 80 não era tão freqüente. A tabela abaixo atesta o fenômeno.

TABELA 2: Número de Rio de Janeiro(1940-2003)

Anos	Municípios Existentes
1940	51
1950	57
1960	62
1970	64
1980	64
1990	70
1997	91
2001	92
2003	92

municípios do Estado do

Fonte: IBGE, Brasil em números

Esse aumento no número de emancipações talvez possa ser justificado pelo fato de muitos distritos, apesar de oferecerem recursos financeiros razoáveis ao município, acabarem sendo depreciados e abandonados pelas autoridades, as quais limitam seus investimentos quase que exclusivamente aos distritos-sede.

A primeira divisão regional do Brasil, realizada pelo IBGE em 1940, foi definida com base em elementos naturais, no caso das regiões maiores, e em dados sócio-econômicos, no das regiões menores. Contudo, foi apenas em 1968 que se finalizou a fragmentação do território, instituindo-se as Microrregiões Homogêneas.

Em 1990, o IBGE, fundamentado em novo critério, dividiu o país em Meso e Microrregiões Geográficas, as primeiras caracterizadas como unidades maiores que abarcam as segundas, isto é, a Mesorregião está em nível regional, enquanto a Microrregião, em nível local.

A Secretaria de Estado de Planejamento e Controle segmentou o Rio de Janeiro em oito Regiões-Programa ou Regiões de Governo: Metropolitana, Noroeste Fluminense, Norte Fluminense, Serrana, das Baixadas Litorâneas, Médio-Paraíba, Centro-Sul Fluminense e Baía da Ilha Grande.

No quadro a seguir, arrolam-se os noventa e dois municípios do Estado segundo as Regiões de Governo, e traça-se um breve perfil de cada Região. Note-se que os municípios selecionados para o MicroAFERJ encontram-se em destaque.

TABELA 3: Regiões do Estado do Rio de Janeiro, seus municípios e suas características

REGIÕES DE GOVERNO/CARACTERÍSTICAS	MUNICÍPIOS
<p style="text-align: center;">METROPOLITANA</p> <p>Composta hoje por 20 municípios, é a região que reúne a capital, infra-estrutura (o maior número de empresas, de serviços especializados em todos os setores) e mão-de-obra (quase 80% da população). Todavia, é também a que apresenta grandes contrastes sociais.</p>	<p>Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Japeri, Magé, Mangaratiba, Marica, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, Rio de Janeiro, São Gonçalo, São João de Meriti, Seropédica, Tanguá.</p>
<p style="text-align: center;">NOROESTE FLUMINENSE</p> <p>Tendo como base de atividade a agropecuária, é composta por 13 municípios. A estrutura fundiária ultrapassada, a má utilização das terras e a pecuária extensiva atingem negativamente a região e causam êxodo rural.</p>	<p>Aperibé, Bom Jesus do Itabapoana, Cambuci, Italva, Itaocara, Itaperuna, Laje do Muriaé, Miracema, Natividade, Porciúncula, Santo Antônio de Pádua, São José de Ubá, Varre-Sai.</p>
<p style="text-align: center;">NORTE FLUMINENSE</p> <p>Tradicionalmente caracterizada pela economia açucareira e formada por 9 municípios, tornou-se uma das principais regiões do Estado em função de sua produção de álcool e de petróleo a partir da década de 70. Campos, pelo grande número de indústrias e pelos <i>royalties</i> do petróleo, e Macaé, também pelas atividades de extração de petróleo e de gás natural, são municípios que sobressaem em relação aos demais.</p>	<p>Campos dos Goitacazes, Carapebus, Cardoso Moreira, Conceição de Macabu, Macaé, Quissamã, São Fidelis, São João da Barra., São Francisco do Itabapoana.</p>
<p style="text-align: center;">SERRANA</p> <p>Os pólos regionais são Nova Friburgo, Petrópolis e Teresópolis. Esses três municípios destacam-se pelas atividades industriais, comerciais e turísticas e pela plantação de hortifrutigranjeiros. Cantagalo, apesar de sua produção cimenteira, inclui-se em outro grupo com os outros dez municípios: o dos que apresentam fraco desempenho econômico.</p>	<p>Bom Jardim, Cantagalo, Carmo, Cordeiro, Duas Barras, Macuco, Nova Friburgo, Santa Maria Madalena, Petrópolis, São José do Vale do Rio Preto, São Sebastião do Alto, Sumidouro, Teresópolis, Trajano de Moraes</p>
<p style="text-align: center;">DAS BAIXADAS LITORÂNEAS</p> <p>Até 1960, as atividades econômicas da região eram basicamente a exploração do sal, a produção de laranja, a pesca e a criação de gado. Nas últimas décadas, os municípios litorâneos</p>	<p>Araruama, Armação de Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Casimiro de Abreu, Cachoeiras de Macacu, Iguaba Grande, Rio Bonito, Rio das Ostras, São Pedro da Aldeia, Saquarema, Silva Jardim.</p>

<p>têm-se destacado pelo turismo e pelo lazer. Cabo Frio, dos 12 municípios, é o que desempenha o papel de centro regional em função das atividades comerciais e de serviços.</p>	
<p style="text-align: center;">DO MÉDIO PARAÍBA</p> <p>A relevância econômica do eixo Volta Redonda-Barra Mansa e a industrialização de Resende marcam a região. Acrescente-se a isso, o fato de se localizar em Volta Redonda a maior siderúrgica do país. Os outros nove municípios caracterizam-se pela atividade agropecuária, que torna essa Região uma das maiores produtoras de leite do Estado.</p>	<p>Barra do Piraí, Barra Mansa, Itaiaia, Pinheiral, Piraí, Porto Real, Quatis, Resende, Rio Claro, Rio das Flores, Valença Volta Redonda</p>
<p style="text-align: center;">CENTRO-SUL FLUMINENSE</p> <p>Constituiu o antigo centro cafeeiro do Estado. Conseqüentemente, sofreu durante algumas décadas as mazelas da decadência dessa cultura. Hoje, sua economia fundamenta-se na criação de gado, na olericultura e no turismo. Dos 10 municípios, Três Rios é o mais importante por causa do entroncamento rodo-ferroviário e pela forte produção industrial</p>	<p>Areal, Comendador Levy Gasparian, Engenheiro Paulo de Frontin, Mendes, Miguel Pereira, Paraíba do Sul, Paty do Alferes, Sapucaia, Três Rios, Vassouras</p>
<p style="text-align: center;">DA BAÍA DA ILHA GRANDE</p> <p>Antes da construção da Rodovia Rio-Santos, praticava-se a agricultura (principalmente a plantação de banana) e a pesca na região. Hoje é intensa a atividade turística. Deve-se destacar a presença de usinas nucleares no Município de Angra dos Reis.</p>	<p>Angra dos Reis e Parati</p>

No *Anexo 4*, há um mapa de 2001 com a divisão do Estado em municípios e em microrregiões.

2.3 População

A partir da análise da tabela a seguir, pode-se observar o crescimento populacional do Estado do Rio de Janeiro, que, de 1940 a 2000, praticamente quadruplicou. O fato de o Rio de Janeiro atrair pessoas das regiões mais diversas do país — mormente as oriundas da região Nordeste —, que deixam seus locais de origem e vêm para o Rio em busca de maiores oportunidades de emprego e melhores condições de vida, é a maior motivação desse crescimento. O fluxo migratório não é

só interestadual; ocorre também entre as regiões do próprio Estado. Para a capital, dirigem-se tanto pessoas de outras regiões do Brasil, quanto indivíduos que vêm dos municípios do interior fluminense, todos pelos mesmos motivos. Em consequência disso, o índice de desigualdade social eleva-se a cada dia.

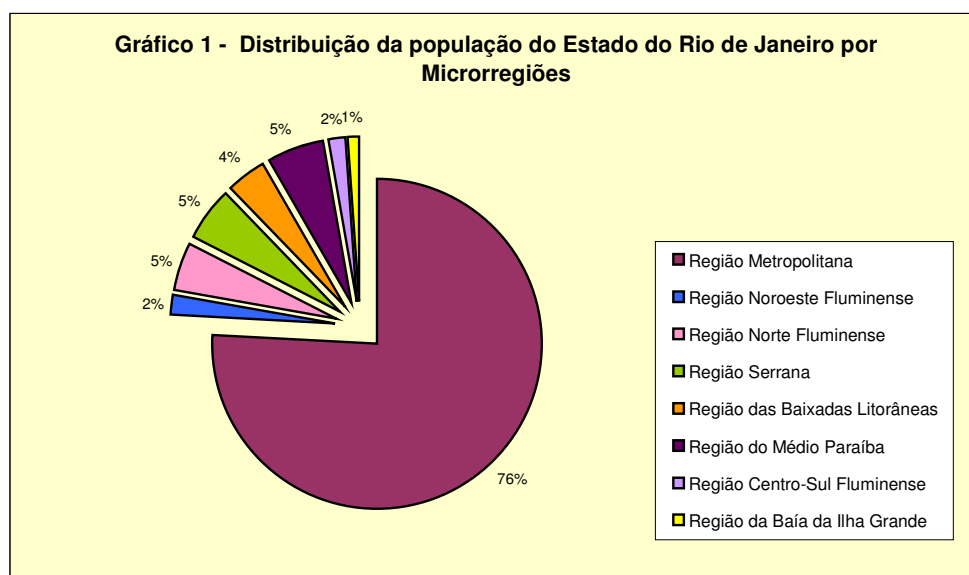
TABELA 4: Densidade Demográfica do Estado do Rio de Janeiro 1940 a 2000

Ano	HABITANTE/KM ²	
	Estado do Rio de Janeiro	Capital: município do Rio de Janeiro
1940	82,3	1.395,5
1950	106,5	1.880,6
1960	152,8	2.616,0
1970	204,8	3.363,3
1980	257,2	4.026,8
1991	291,7	4.335,4
1996	305,3	4.391,3
2000	327,5	4.853,1

Fonte: CIDE 2000

É interessante contrastar a densidade demográfica do Estado com a do país e a do mundo. A densidade média do país não chega a 20 hab/km² e a média mundial é de 38 hab/km². No entanto, o Rio de Janeiro, em sua pequena área, contém 327,5 hab/km², e sua capital, 4.853,1 hab/km².

De acordo com o Censo Demográfico de 2000, a população do Estado do Rio de Janeiro perfaz um total de 14 392 106 habitantes. Por ser o local que dispõe de maior infraestrutura, a Região Metropolitana é a que abriga a maior parcela desses habitantes: 10 894 156 pessoas, o que equivale a 3/4 da população do Estado. As demais regiões somadas representam aproximadamente 1/4 desse número. No gráfico abaixo, são dispostos os percentuais demográficos de cada microrregião fluminense.



Fonte: IBGE 2000

Segundo o IBGE, a população do Estado demonstra uma quase equidade intersexos: são 7 491 794 mulheres (51%) e 6 900 312 homens (49%). No que tange à faixa etária, constatou-se que metade da população fluminense é composta por adultos em idade ativa, entre 25 e 64 anos; 25% possuem entre 0 e 14 anos; 18%, entre 15 e 24 anos; e 7 % encontra-se com 65 anos ou mais. Quanto ao local de domicílio, o número de moradores de áreas rurais é ínfimo — 570 622, o equivalente a 4% do total — se comparado à quantidade de pessoas que habitam áreas urbanas — 13 821 484, isto é, 96% do total.

Na tabela a seguir, estão arrolados os dados demográficos das Microrregiões do Estado e dos municípios que as compõem.

TABELA 5: População residente nos municípios do Estado do Rio de Janeiro

REGIÕES E MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO	REGIÕES E MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO
Região Metropolitana	10 894 156	Duas Barras	10 334
Belford Roxo	434 474	Macuco	4 886
Duque de Caxias	775 456	Nova Friburgo	173 418
Guapimirim	37 952	Petrópolis	286 537
Itaboraí	187 479	Santa Maria Madalena.	10 476
Itaguaí	82 003	São José do Vale do Rio Preto	19 278
Japeri	83 278	São Sebastião do Alto.	8 402
Magé	205 830	Sumidouro	14 176
Mangaratiba	24 901	Teresópolis	138 081

Maricá	76 737	Trajano de Morais	10 212
Mesquita	166.080	Região das Baixadas Litorâneas	560 559
Nilópolis	153 712	Araruama	82 803
Niterói	459 451	Armação dos Búzios	18 204
Nova Iguaçu	920 599	Arraial do Cabo	23 877
Paracambi	40 475	Cabo Frio	126 828
Queimados	121 993	Cachoeiras de Macacu	48 543
Rio de Janeiro	5 857 904	Casimiro de Abreu	22 152
São Gonçalo	891 119	Iguaba Grande	15 089
São João de Meriti	449 476	Rio Bonito	49 691
Seropédica	65 260	Rio das Ostras	36 419
Tanguá	26 057	São Pedro da Aldeia	63 227
Região Noroeste Fluminense	297 837	Saquarema	52 461
Aperibé	8 018	Silva Jardim	21 265
Bom Jesus do Itabapoana	33 655	Região do Médio Paraíba	785 192
Cambuci	14 670	Barra do Pirai	88 503
Italva	12 621	Barra Mansa	170 753
Itaocara	23 003	Itatiaia	24 739
Itaperuna	86 720	Pinheiral	19 481
Laje do Muriaé	7 909	Pirai	22 118
Miracema	27 064	Porto Real	12 095
Natividade	15 125	Quatis	10 730
Porciúncula	16 093	Resende	104 549
Santo Antônio de Pádua	38 692	Rio Claro	16 228
São José de Ubá	6 413	Rio das Flores	7 625
Varre-Sai	7 854	Valença	66 308
Região Norte Fluminense	699 292	Volta Redonda	242 063
Campos dos Goytacazes	407 168	Região Centro-Sul Fluminense	254 103
Carapebus	8 666	Areal	9 899
Cardoso Moreira	12 595	Comendador Levy Gasparian	7 924
Conceição de Macabu	18 782	Engenheiro Paulo de Frontin	12 164
Macaé	132 461	Mendes	17 289
Quissamã	13 674	Miguel Pereira	23 902
São Fidélis	36 789	Paraíba do Sul	37 410
São Francisco de Itabapoana	41 475	Paty do Alferes	24 931
São João da Barra	27 682	Sapucaia	17 157
Região Serrana	752 176	Três Rios	71 976
Bom Jardim	22 651	Vassouras	31 451
Cantagalo	19 835	Região da Baía da Ilha Grande	148 791
Carmo	15 289	Angra dos Reis	119 247
Cordeiro	18 601	Parati	29 544

Fonte: IBGE 2000
(Pontos de inquérito do MicroAFERJ em negrito)

Breve perfil histórico

Malgrado a descoberta do Brasil tenha se dado em 1500, a ocupação do país foi lenta e dispersa, só se efetivando três décadas mais tarde com a expedição chefiada por Martim Afonso de Souza. No princípio, os portugueses detinham-se na exploração do litoral com o objetivo de extrair pau-brasil. Sendo assim, as primeiras povoações a serem fundados no Estado do Rio de Janeiro foram as da área costeira: Cabo Frio, Rio de Janeiro, Campos dos Goytacazes, São João da Barra, Parati, Angra dos Reis, Magé. A interiorização iniciou-se por época do ciclo do ouro, em direção a Minas Gerais e depois em função da expansão da cultura do café no Vale do Paraíba, dando origem a Nova Iguaçu, Vassouras, Paraíba do Sul e Piraí. A cultura cafeeira seguiu para a Região Serrana, gerando o surgimento dos municípios de Cantagalo e Nova Friburgo. Só a partir de meados do século XIX o povoamento dirigiu-se ao noroeste fluminense . (Cf., no *Anexo, 5* mapa intitulado *Desmembramentos Municipais do Estado do Rio de Janeiro entre 1500 e 1997*).

Como a posse das terras brasileiras não se consolidara desde o início, e a região se encontrava abandonada e pouco habitada, muitas foram as incursões de espanhóis, franceses e ingleses em busca de pau-brasil, fato que levou D. João III a dividir o país nas chamadas capitanias hereditárias — quinze faixas de terra desiguais doadas, a partir de 1534, a doze fidalgos que tinham por obrigação cultivá-las e defendê-las.

A área que hoje corresponde ao Estado do Rio de Janeiro constituía duas capitanias: a Capitania de São Vicente e a Capitania de São Tomé. A primeira, abrangendo a parte sul do território fluminense, fora doada a Martim Afonso de Souza já em 1534; a segunda, abarcando a parte norte, fora cedida a Pêro de Góis da Silveira — integrante da frota de Martim Afonso de Souza que viera para o Brasil na expedição de 1530 para colonizar a terra —, por meio da Carta de Doação de 28 de janeiro de 1536.

Ao chegar a São Vicente, Martim Afonso de Souza encontrou alguns portugueses instalados na região e que conviviam com os índios locais. Ele fixou-se em torno do porto de São Vicente, que corresponde hoje a São Paulo, e concedeu algumas sesmarias na região de Parati e Angra dos Reis. Apesar de ter sido a primeira

capitania a possuir um engenho, a cultura açucareira não prosperou na região em função das terras pantanosas e pouco profundas.

Pero de Góis, por sua vez, fundou, em 1538, na Capitania de São Tomé, a Vila da Rainha, onde hoje se situa o povoado de Barra de Itabapoana. No entanto, os índios goitacazes que habitavam o lugar, revoltados por conta da morte de um chefe, destruíram a vila e Pero de Góis, junto com os colonos, teve de fugir para o Espírito Santo, sendo ajudado por Vasco Fernandes a retornar para Lisboa. Em 1619, Gil de Góis, filho de Pero de Góis, buscou retomar a capitania, edificando a Vila de Santa Catarina e dando prosseguimento à lavoura de cana-de-açúcar. Todavia, no período em que esteve em Lisboa para obter mais recursos financeiros, sua esposa mandou surrar, por ciúme, a índia Catarina que, ensangüentada, acabou por inspirar uma nova revolução indígena. A vila foi novamente arrasada e os portugueses abandonaram-na outra vez. A essa altura, a posse das terras passa à Coroa.

Como a colonização por meio das capitanias não conseguira afugentar os franceses que assediavam o pau-brasil, nem fazer com que os índios parassem de atacar as vilas, a Coroa Portuguesa decidiu, em 1548, criar um governo geral. Mesmo assim, o litoral do Rio de Janeiro continuava desabitado, sendo alvo fácil para os franceses. Foi então que, em 1565, Estácio de Sá fundou a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, onde hoje fica a Fortaleza de São João, no bairro da Urca, na tentativa de manter a posse da terra pelos portugueses. Mas logo em 1567, depois de batalhas contra os Tamoios, a cidade foi transferida para o antigo morro do Castelo, e foi fundada a Capitania Real do Rio de Janeiro sob o comando de Salvador Correa de Sá. No ano seguinte, o índio Araribóia, chefe da tribo dos Temininós, recebeu como recompensa pela ajuda na luta contra os franceses quatro léguas de terra do outro lado da baía de Guanabara, estabelecendo ali a aldeia de São Lourenço, que mais tarde originaria Niterói.

Em 1572, os problemas persistiam e Portugal, na esperança de uma melhor administração do país, dividiu-o em dois governos, o do Norte, com sede em Salvador, e o do Sul, com sede no Rio.

No início do século XVII, houve uma expansão da cultura açucareira, que passa a ser a principal atividade econômica, seguida da extração de pau-brasil, de sal (em Cabo Frio) e da pesca. O cultivo da mandioca também era realizado. Em fins desse mesmo século, o quadro econômico começava a ser definido: com o auxílio da

mão-de-obra escrava, as plantações de açúcar davam bons lucros. Os grandes latifúndios começavam a surgir e, com eles, a aristocracia rural.

O século XVIII é marcado pela febre do ouro e pelo conseqüente desbravamento do interior do Estado para alcançar as riquezas das Minas Gerais. Os bandeirantes abriram o Caminho Novo, através do qual pôde se estabelecer a ligação direta entre o Rio e os distritos mineiros. As plantações e os engenhos cederam lugar à caça ao ouro. O Rio de Janeiro, por suas condições geográficas, tornou-se, então, visado por todos os que almejavam fortuna, tanto que, em 1710, seis mil homens saquearam a cidade sob o comando de Duguay-Trouin, levando desespero ao lugar. Em 1763, devido à prosperidade com o comércio das Minas Gerais, a sede do governo foi transferida de Salvador para o Rio. No final do século XVIII, entretanto, a mineração entrou em decadência e a agricultura voltou a ganhar vulto. Os canaviais proliferaram na região de Campos, e o café começou a ser cultivado nos arredores da cidade do Rio de Janeiro.

Com a vinda da família real em 1808, houve grande desenvolvimento na cidade do Rio de Janeiro: surgiram hospitais, quartéis e academias. Nessa mesma época, os cafezais espalharam-se pelo Estado — atingindo Angra dos Reis e Parati e, em seguida, o Vale do Paraíba — e o comércio marítimo e o tráfico de escravos tornaram-se fonte de lucro. Campos, além de ser o local mais povoado do interior da capitania, tinha ainda a vantagem de ser a região que mantinha o maior número de escravos em fazendas.

Depois de serem instituídas as províncias em lugar das capitanias, a Província do Rio de Janeiro (sede do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves desde 1815), contava com 330 mil habitantes, dos quais 170 mil eram escravos. Passada a Independência do país, a capitania do Rio de Janeiro, centro da política nacional, continuou como capital do país e passou a ser governada por ministros do Império.

Durante o período regencial, a produção do café, que se alastrara por toda a província, inclusive pelo litoral, propiciou momentos de grande prosperidade: construíram-se estradas de ferro — a primeira do país interligando o Porto de Mauá (hoje Magé) à raiz da Serra da Estrela, em direção a Petrópolis (1854), entre outras; inaugurou-se a estrada de rodagem União e Indústria, ligando Petrópolis a Juiz de Fora (1861); iniciou-se o serviço da Companhia de Barcas unindo Rio de Janeiro e Niterói (1862). A produção açucareira também se intensificou nessa época e o

aumento do consumo do produto no exterior propiciou o surgimento das grandes usinas, principalmente em Campos, primeira cidade do país a dispor de luz elétrica, em 1883.

No entanto, a abolição da escravidão veio, em 1888, para dar início à derrocada das fazendas fluminenses, tanto as de café, quanto as de açúcar. Campos, Valença, Cantagalo e Vassouras foram as regiões mais afetadas, uma vez que eram as que dispunham de maior número de escravos. Com o declínio da lavoura, os ricos fazendeiros abandonaram as plantações e optaram por apoiar a campanha republicana, na esperança de terem seus prejuízos ressarcidos pelo governo. Contudo, a República só serviu para acentuar a crise e as áreas cafeeicultoras tradicionais foram obrigadas, em função do solo desgastado, a substituir a atividade pela pecuária. Na área da Baixada Fluminense, começou-se o cultivo de laranja e banana, que só atingiu o comércio externo a partir de 1926. O Rio de Janeiro perdeu relevância em relação a Minas Gerais e São Paulo, cujas fazendas não sofreram tanto com a abolição da escravidão, já que haviam contratado milhares de imigrantes italianos para suprir a ausência da mão-de-obra escrava.

Posteriormente ao período de crise econômica e de mudança política de 1930 — em que vários interventores federais se sucederam na chefia do Estado —, introduziram-se diversos avanços. Desenvolveu-se, a partir de 1933, a indústria cimenteira. Houve a reorganização do sistema tributário e a criação de um amplo programa rodoviário e de abastecimento de água, com Amaral Peixoto em 1937. Tiveram início, em 1941, as atividades da Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda. Em 1947, com a eleição do governador Edmundo de Macedo Soares, houve um enorme incremento na produção de aço e de cimento, e, em menor escala, um ressurgimento da agropecuária com o crédito rural. De 1951 a 1954, Amaral Peixoto, eleito, efetuou um vasto plano rodoviário e incentivou a produção industrial: criou a Companhia Nacional de Álcalis, em Cabo Frio, terminou a Usina Hidrelétrica de Macacu e fez obras de saneamento, água e esgoto em vários municípios. A rede elétrica foi estendida por Miguel Couto a vários municípios, e, mais tarde, Badger da Silveira fundou as Centrais Elétricas Fluminenses (CEF).

Em 21 de abril de 1960, a capital do país foi transferida da cidade do Rio de Janeiro para Brasília. Nesse mesmo ano, houve a separação formal dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, os quais se fundiram novamente pela Lei

Complementar nº 20, de 1º de julho de 1974. Em março desse mesmo ano, inaugurou-se a Ponte Costa e Silva, ligando a cidade do Rio de Janeiro à de Niterói.

Desde então, o Estado do Rio de Janeiro continua desempenhando forte papel político, econômico e cultural, sendo superado, do ponto de vista econômico, apenas pelo Estado de São Paulo. Sua principal atividade econômica hoje é a extração petrolífera — fundamentalmente devido à Bacia de Campos —, embora haja destaque também na indústria, especialmente siderúrgica (com a CSN) e alimentícia. As atividades agrícolas concentram-se na produção de cana-de-açúcar, arroz e mandioca. O turismo também é responsável por movimentar a economia do Estado, uma vez que as belezas naturais e os atrativos históricos chamam a atenção de milhares de pessoas.

A cidade do Rio de Janeiro, apesar dos graves problemas sociais que enfrenta — como ocorre com qualquer megalópole —, continua a exercer, pelo fascínio da alma carioca, forte influência cultural não só sobre os demais municípios fluminenses, mas também sobre todo o país.

3. PROJETOS DE ATLAS LINGÜÍSTICOS NA AMÉRICA LATINA

Os lingüistas americanos receberam a metodologia de pesquisa geolingüística das mãos dos grandes pesquisadores europeus. Em alguns casos, esse processo deu-se de forma direta mesmo: com grandes dialectólogos europeus vindo até a América com o intuito de ensinar as técnicas desse tipo de pesquisa ou ainda com os pesquisadores americanos indo até a Europa para buscar esses ensinamentos. Jacob Jud, um dos diretores do *Atlas Lingüístico-etnográfico da Itália e da Suíça Meridional (Sprach- und Sachatlas Italiens und der Südschweiz)*, por exemplo, esteve, em 1931, nos Estados Unidos com a finalidade de mostrar essas técnicas aos pesquisadores do *Atlas Lingüístico dos Estados Unidos e Canadá*, do qual o *Atlas Lingüístico da Nova Inglaterra (Linguistic Atlas of New England)* foi o principal resultado. Luis Floréz, diretor do *Atlas Lingüístico-Etnográfico de Colômbia*, foi enviado, em abril de 1956, pelo Instituto Caro y Cuervo para assistir ao II Congresso das Academias da Língua Espanhola, em Madrid e, depois disso, visitar alguns centros de pesquisa que estavam realizando atlas lingüísticos, como o de Granada, no qual Manuel Alvar desenvolvia o Atlas Lingüístico e Etnográfico de Andalucía, e o de Toulouse, em que Jean Séguy elaborava o Atlas Lingüístico de Gasconha, entre outros.

Todavia, a tarefa de aplicar as técnicas trazidas não foi fácil, tendo em vista o fato de que a realidade do Novo Mundo, por ser bastante díspar da européia, obrigava os estudiosos a incorporarem outras concepções teóricas, novas formas de conduzir a investigação. Os critérios para seleção dos informantes, para o estabelecimento da rede de pontos, o questionário, a análise dos dados, enfim, tudo precisava ser adaptado, e mesmo reavaliado, para que a metodologia geolingüística pudesse fluir de modo produtivo em território americano.

Essa preocupação em adaptar a metodologia européia à realidade americana é manifestada por Tomás Navarro Tomás em 1948, data em que houve a primeira edição de sua monografia, um pequeno atlas lingüístico, composto por 75 cartas — *El español en Puerto Rico. Contribución a la geografía lingüística hispanoamericana*. Nesse trabalho, editado pela segunda vez em 1974, o autor aduz a idéia de que “as línguas européias estendidas ao Novo Mundo têm criado uma geografia lingüística

americana”³. Tomás justifica o fato, explicando que “frente à estabilidade tradicional, base da geografia lingüística, se opõem, nos países mais extensos e desenvolvidos da América, as grandes cidades cosmopolitas, os imensos espaços despovoados, as contínuas correntes de imigrantes, as mudanças de residência em massa de habitantes”⁴ (Apud MOUTON, 1992).

A maior parte dos atlas realizados na América procura ampliar seu espectro de análise lingüística. Os trabalhos produzidos nesse continente distinguem-se dos europeus por buscarem não apenas o registro de variantes diatópicas, mas também o das diastráticas e, até, das diafásicas. Os atlas que controlam, além das variáveis geográficas, variáveis sociais e situacionais são denominados pluridimensionais. O já mencionado *Linguistic Atlas of New England* (LANE), publicado entre 1939 e 1943 por uma equipe coordenada por Hans Kurath, é o primeiro a agregar critérios sociais e geográficos para a seleção dos informantes, distribuindo-os em três níveis de instrução e em duas faixas etárias. Mas não é o único.

No *Cuestionário Lingüístico Hispano-americano*, T. Navarro Tomás enfatiza a necessidade de selecionar uma quantidade significativa de falantes, visando a atender a prováveis disparidades entre pessoas de idades e sexos diferentes. Propõe, ainda, que sejam considerados informantes com níveis de instrução variados: iletrados, com escolaridade média e cultos. P. H. Rona, em 1958, alerta para a mesma questão em *Aspectos metodológicos da dialectologia hispanoamericana*.

Embora os trabalhos geolingüísticos do continente americano tenham permanecido, durante muito tempo, no “estágio embrionário”, já mencionado por BLANCH (1968), hoje não são pequenos os êxitos conseguidos pelos estudiosos dessas terras. Desvencilhando-se dos diversos empecilhos, já esmiuçados por THUN (1992)⁵, esses lingüistas produziram obras de grande valor para o conhecimento da realidade cultural de seu povo. Nesta seção, não só focalizam-se os atlas mais

³ “las lenguas europeas extendidas por el Nuevo Mundo ha creado una geografia lingüística americana.” TOMÁS (1974).

⁴ “Frente a la estabilidad tradicional, base de la geografía lingüística, se oponen en los países más extensos y desarrollados de América, las grandes ciudades cosmopolitas, los inmensos espacios despoblados, las continuas corrientes de inmigrantes, los cambios de residencia de masa de habitantes.” Ibidem, pág.9.

⁵ Os fatores arrolados pelo autor são: superfície vasta do continente e zonas de difícil acesso em muitos países; meios financeiros reduzidos; instabilidade da carreira universitária em muitos países; dificuldade, portanto, em realizar trabalhos de longa duração e de grande dimensão como um atlas lingüístico; ausência de interesse por essa empresa por parte da autoridade estatal; falta de uma “mentalidade dialectológica” entre os lingüistas sulamericanos.

relevantes já publicados na América de colonização espanhola, mas também se apresenta um quadro do desenvolvimento da geolingüística no Brasil.

3.1 Em áreas de colonização espanhola

3.1.1. Atlas Lingüístico e Etnográfico do Sul do Chile (ALESUCH)

O desejo de confeccionar um atlas lingüístico de abrangência nacional tem sido manifestado pelos lingüistas chilenos há muito. Gastón Carrillo Herrera idealizava, desde 1968, a execução do *Atlas Lingüístico y Etnográfico de Chile*. De acordo com o seu plano, seriam efetuados inquéritos em 482 pontos, dentre os quais estavam incluídas localidades no Peru, na Argentina e na Bolívia. A pesquisa analisaria, além da variação diatópica, as variações diastrática e diafásica, visto que, nos grandes centros, o objetivo do autor era “estabelecer os diversos estratos sociais de fala, as formas da língua comum junto às formas da norma culta e das formas populares”. (HERRERA 1964:84). Todavia, o pesquisador acabou por falecer anos mais tarde sem ver concretizado seu projeto nessa área.

Claudio Wagner, por sua vez, levando em consideração os poucos meios de financiamento de uma obra dessa magnitude, defendia a execução de um Atlas nacional por regiões. Criaram-se no Chile, então, diversos grupos de pesquisa geolingüística e vários projetos de atlas foram iniciados; porém, até hoje, só se tem notícia de publicação do *Atlas Lingüístico-Etnográfico del Sur de Chile (ALESUCH)*.

O primeiro passo para a elaboração desse atlas foi dado por Guillermo Araya, em 1964. Nessa ocasião, esse estudioso iniciou inquéritos preliminares em 13 localidades do arquipélago de Chiloé com vistas a conhecer a área, de se familiarizar com as características lingüísticas da região e de ajustar o questionário que preparara a partir de projetos do *Atlas Lingüístico-Etnográfico de Colombia* e de Tomás Navarro. O questionário foi aprimorado e testado em outras zonas do sul do país, até que em 1967 foi terminado. Em 1968, foram iniciadas as enquetes do ALESUCH, das quais participaram, além de Araya (diretor do atlas), Constatin Contreras, Mario

Bernales e Claudio Wagner. Os inquéritos foram finalizados em 1969 e os anos seguintes usados para agrupar os elementos com vistas à cartografia.

O atlas engloba desde a Província de Cautín até a de Chiloé. São 59 localidades: 29 rurais, 5 litorâneas, 12 urbanas e 13 litorâneo-rurais. As localidades foram escolhidas segundo critérios de densidade populacional, importância histórico-lingüística e de equilíbrio espacial (igualdade em termos de distância). Seu objetivo era determinar características lingüísticas desse território segundo aspectos fonéticos, léxico-semânticos e semântico-gramaticais correspondentes ao nível popular.

O questionário, composto por 1607 itens, dividia-se em 3 partes: lexical (com 1095 questões, das quais a maior parte diz respeito a questões etnográficas: léxico geral, urbano, rural e marinho), fonética (com 218 perguntas) e gramatical (com 294 questões). Devido a suas especificidades e a sua extensão, as perguntas não foram aplicadas integralmente em todos os pontos: 29 localidades foram selecionadas para que fossem efetuadas as questões de fonética e de gramática, 35 para as de léxico geral, 12 para as de léxico urbano, 18 para as de léxico marinho e 42 para as de léxico rural.

Selecionou-se mais de um falante para cada ponto de inquérito, pois pretendia-se entrevistar um especialista (ou seja, um indivíduo com maior conhecimento) ao menos para a parte do léxico. Todos os informantes pertenciam ao nível popular, mesmo nos centros urbanos, já que se desejava manter a tradição dialectológica.

Em 1973, foi publicado o primeiro tomo do ALESUCH, dos 4 ou 5 previstos. As circunstâncias políticas do país naquele período impediram a publicação do resto do material que permanece inédito.

Um trabalho complementar a esse atlas, o *Atlas Lingüístico-Etnográfico Del Norte de Chile (ALENOCH)*, teve início em 1974. Nele, um grupo de especialistas da Universidade do Norte pretendia retratar o território que vai de Arica a Coquimbo, lançando mão da mesma metodologia do ALESUCH. Esses investigadores produziram, cinco anos depois, 60 cartas correspondentes ao léxico geral e 147, ao léxico do sal, com base na execução da pesquisa em 8 dos 47 pontos tentados inicialmente. Em 1980, as enquetes foram encerradas e o atlas foi interrompido.

3.1.2 Atlas Lingüístico-Etnográfico de Colômbia (ALEC)

Dirigindo uma equipe de investigadores, Luis Floréz, produz, entre 1981 e 1983, o primeiro atlas lingüístico nacional de um país latino-americano a ser finalizado e integralmente publicado: o Atlas Lingüístico-Etnográfico de Colômbia. O objetivo dessa empreitada era estabelecer a extensão e a distribuição geográfica de fenômenos lexicais e fonéticos para observá-los no uso do espanhol por parte dos colombianos de todas as partes da nação.

Para a recolha dos materiais, iniciada em 1958 e concluída apenas dezoito anos mais tarde, em função de questões econômicas, Buesa e Floréz elaboraram um questionário com 8065 itens, reduzidos a 2000, em 1960, e a 1500, em 1961. A versão final do questionário compreendia dezesseis temas do léxico, um de fonética, um (muito breve) de gramática e outro de onomástica.

O quadro dos informantes é composto por 2.234 falantes (1.480 homens e 754 mulheres), em sua maioria iletrados ou com instrução primária. Alguns poucos possuíam o diploma de estudos secundários e somente um indivíduo havia seguido dois anos de ensino superior. No que concerne à faixa etária, havia 56 pessoas com menos de 30 anos, 702 com mais de 60 anos e 1.476 com idade entre 30 e 60 anos.

As 262 localidades foram visitadas por três ou quatro investigadores. As entrevistas, realizadas na casa do informante ou em um local público (como sala de aula, café ou até banco de praça), duravam de dois a três dias e os informantes recebiam uma pequena remuneração por isso. Utilizavam-se questões indiretas, descritivas. Os investigadores dispunham também de desenhos, mas, quando era possível, mostravam diretamente o objeto. Gravava-se a parte fonética do questionário, na maior parte das vezes. Além disso, registraram-se também pessoas contando histórias, contos etc. Esse material popular constitui um precioso acervo da fala e da cultura colombianas.

O ALEC apresenta 1500 cartas de diferentes tipos: fonéticas, que são parcialmente detalhadas, já que não trazem a transcrição completa das respostas, mas

apenas o fonema a ser analisado; analíticas detalhadas, que indicam a resposta completa transcrita foneticamente; e simbólicas, que são as mais numerosas no atlas e representam os fenômenos lexicais e gramaticais.

O atlas foi divulgado em seis volumes : I- Tempo e espaço. Campo. Cultivos. Outros vegetais. Algumas indústrias relacionadas com a agricultura; II- Criação de gado. Animais domésticos. Animais silvestres; III- A família, ciclo da vida. Instituições. Vida religiosa. Festividades e distrações; IV- O vestuário. A casa; V- A alimentação. O corpo humano; VI- Ofícios e empregos. Embarcações e pesca. Transportes. Fonética. Gramática. Traz, ainda, um livro de introdução, um glossário lexicográfico e um suplemento ao volume III, composto de texto e de dois discos de vinil. O suplemento do tomo III, redigido por Maria Luisa Rodrigues de Montes, contém dados que completam a informação de alguns mapas do tomo III. São dados que não foram introduzidos no próprio tomo por falta de espaço no mapa respectivo: exemplos de fala espontânea nos mapas de tratamento de pessoas mais velhas a crianças, tratamento de respeito para homens e para mulheres, tratamento entre amigos etc.

Apesar de não terem sido realizadas análises sobre os diferentes níveis de língua ou de classes sociais, o ALEC revela sua importância social e científica ao registrar não só a riqueza de formas lexicais utilizadas pelos colombianos, como também numerosos aspectos culturais desse povo. Nele, ficou gravado um enorme patrimônio da Colômbia: costumes relativos ao nascimento, ao casamento, às festas, às crenças, às superstições, à vida comunitária, assim como inúmeros objetos de uso popular.

3.1.3 Atlas Lingüístico de México (ALM)

Dirigido por Juan M. Lope Blanch, o primeiro volume do Atlas Lingüístico do México veio a lume no ano de 1990. A equipe de pesquisadores que produziu o ALM era composta de inúmeros pesquisadores, alunos e professores do Colégio do México, que haviam sido treinados por Manuel Alvar. O atlas, bem como os trabalhos do grupo de investigadores do Colégio do México que o antecederam, originaram-se a partir do desejo de “explicar o transplante da língua espanhola a terras americanas, e

sua interação, convivência e interferência com as línguas indígenas”(Blanch 1990:8). Outra finalidade do atlas mexicano, como a própria denominação inicial sugere (“Delimitación de las zonas dialectales de México”), era a de estabelecer os limites dialetais do país.

A recolha definitiva dos dados principiou em 1970 e se prolongou por nove anos. Entretanto, desde 1967, os lingüistas envolvidos no projeto testavam questionários, efetuando enquetes de menor porte, com o propósito de chegar a uma versão que pudesse captar os fatos fonéticos, morfossintáticos e lexicais peculiares às diversas zonas do México.

O atlas contempla 193 localidades: todas as capitais dos 31 estados, o Distrito Federal e as principais cidades — eleitas consoante sua antigüidade, sua repercursão comercial, industrial e cultural, sua situação geográfica e um significado de qualquer natureza que pudesse refletir importância lingüística.

Distingue-se dos demais atlas do domínio hispânico, como escreve Beatriz Garza Cuarón, diretora do Centro de Estudos Lingüísticos e Literários do Colégio de México, não pela densidade de pontos, porém por sua originalidade em relação aos seguintes fatores: número e nível cultural dos informantes (há, em cada localidade, no mínimo, sete informantes, os quais estão distribuídos em quatro níveis culturais); os 50 mapas fonéticos presentes no trabalho foram gerados a partir de dados extraídos da conversação livre.

A forma final do questionário caracteriza-se por ser econômica, exclusivamente lingüística e assistemática (uma vez que as perguntas não se organizavam em torno de campos semânticos). Foram 1000 perguntas — 407 fonéticas, 243 gramaticais e 350 lexicológicas — planejadas de modo a garantir sua idoneidade. Eram abordados conceitos tradicionais, conhecidos em todo país, aqueles que não provocavam respostas valorativas ou eufemísticas. Algumas ilustrações e objetos foram inseridos na tentativa de obter respostas homogêneas e sistematizáveis. Malgrado o interesse na observação dos dados gramaticais, especificamente os sintáticos, houve dificuldade em fazer perguntas que levassem o informante à estrutura esperada, o que levou à exclusão de alguns itens morfossintáticos.

Para o trabalho de campo, foram enviadas equipes, em geral, com dois ou três pesquisadores, para cada localidade. As entrevistas previam 30 minutos de gravações de fala espontânea, além da aplicação do questionário. Feito isso, cada investigador

ouvira o trecho que se desejava analisar e anotava as realizações fonéticas de cada segmento. Depois, calculava o índice de aparição de cada variante e organizava o total de formas fonéticas existentes na fala da população e a vitalidade proporcional de cada uma delas, visando à elaboração das cartas sintéticas.

São 958 cartas previstas. O primeiro volume do atlas, que é dedicado à fonética, é o único divulgado até então. Nele, há 4 mapas introdutórios, 44 sintéticos e 71 analíticos. No que tange às cartas sintéticas, elas apresentam uma informação resumida que corresponde à soma de várias dezenas de mapas analíticos e têm a vantagem de refletir a realização do fonema dentro do discurso. No que se refere às cartas analíticas, a disposição das respostas pode causar dificuldades na leitura dos mapas, devido à abundância de informantes.

3.1.4. Atlas Lingüístico Diatópico e Diastrático do Uruguai (ADDU)

Por meio da cooperação entre duas equipes guiadas por Adolfo Elizaincín e por Harald Thun, publicam-se dois volumes, em 2000, do atlas lingüístico “mais sociolingüístico” do continente sulamericano. O Atlas Lingüístico Diatópico e Diastrático do Uruguai surge com o intuito de captar as variedades lingüísticas coexistentes no território uruguaio, observando-as através de uma pluralidade de dimensões interligadas entre si; e, ainda, de contribuir para a criação de um método geolingüístico moderno, segundo Thun (2002:170), “capaz de fornecer as sínteses das situações lingüísticas tais como elas se apresentam nas sociedades complexas e móveis atuais”.

O ADDU insere-se num projeto maior que visa à confecção de um atlas lingüístico de contato no Rio da Prata, uma das grandes áreas históricas e culturais da América Latina. Em sua fundamentação teórica encontra-se a dialectologia pluridimensional, através da qual se acrescentam à dialectologia diatópica parâmetros sociolingüísticos. Desse modo, a variação passa a ser analisada segundo várias dimensões relacionadas entre si e visualizadas em nível espacial.

Para esse atlas pluridimensional foram preparados, entre 1985 e 1989, dois questionários com estrutura e conteúdo idênticos, sendo um destinado aos hispanófonos, outro aos lusófonos do Uruguai. Esses questionários — cuja base está

no *Atlas Lingüístico Hispano-Americano* — contêm itens lexicais, gramaticais e fonéticos. Ademais, abordam alguns aspectos da pragmática, e, de modo menos sistemático, de etnografia. A versão inicial, testada em Montevideu em 1988 e aplicada definitivamente entre 1989 e 1992, sofreu modificações durante o período em que foi utilizada. Da primeira para a última versão, as perguntas em espanhol passaram de 886 a 1013 e as sugestões, de 2268 a 3685. Já o número de questões e de sugestões em português aumentou, respectivamente, de 802 para 1152 e de 2684 para 4221.

De 1989 a 1990, fase mais intensa da recolha de dados, trabalharam seis grupos de investigadores compostos por duas pessoas, de preferência um uruguaio ou argentino e um alemão ou, ainda, um brasileiro e um alemão. O contato com os informantes era feito a partir do sistema escolar uruguaio. Durante a realização dos inquéritos, que chegavam a durar vários dias, os pesquisadores propunham as questões, transcreviam as respostas e faziam os registros magnetofônicos. Ao final das coletas, obtiveram-se 4000 horas de gravação, mais de 350 aplicações de questionários e uma grande quantidade de fotos.

O ADDU compreende oito dimensões, ou seja, oito níveis, os quais comportam categorias de relação oposicional, binária, na maioria dos casos. As dimensões são: dialingual (espanhol/português); diatópica (topoestática); diatópico-cinética (topoestática – que contempla os informantes com residência relativamente estável no lugar de pesquisa /topodinâmica- referente a grupos móveis); diastrática (classe superior/classe inferior); diageracional (geração II/geração I); diassexual (mulheres/homens); diafásica (respostas ao questionário/leitura de uma versão ligeiramente modificada da parábola do filho pródigo/conversação livre) e dia-referencial (língua “objeto” – utilização da língua referida em entidades não lingüísticas/metalíngua – utilização metalingüística).

Todos os planos foram considerados de maneira sistemática desde o início, exceto o que diz respeito à variação diagenérica. Por falta de tempo, dinheiro e pessoal disponível, não foi possível realizar, de forma sistemática, entrevistas com base nessa variável, mas o material reunido permitiu, numa porcentagem superior a 90% dos grupos, a diferenciação secundária de acordo com o sexo. Segundo a análise, a distinção ocorre em primeiro lugar nos fatos fonéticos.

Os parâmetros sócio-culturais foram definidos com apoio na escolaridade. A classe superior é composta de pessoas que terminaram os oito anos de escola primária e fizeram ao menos dois anos de escola secundária ou obtiveram um diploma de formação profissional. A classe inferior é constituída de analfabetos ou de indivíduos que tivessem freqüentado a escola até o oitavo ano. A geração II é formada por pessoas de idade igual ou superior a 60 anos; ao passo que, na geração I, encontram-se indivíduos entre 18 e 36 anos.

Os 75 pontos de inquérito hispanófonos do ADDU foram eleitos de forma a abarcar, no mínimo, dois pontos por Departamento (um urbano e um rural). Nas zonas de densidade demográfica importante, como no Sul, e nas regiões de interesse lingüístico notório, como no Norte, esse número foi elevado. Em Montevideú, estabeleceram-se seis localidades para pesquisa. Nesses 75 pontos, estão incluídos dois, argentinos.

Quanto à parte lusófona desse estudo, ou seja, quanto ao ADDU-Norte, há 34 localidades pesquisadas, dentre as quais 23 uruguaias (22 regiões de base, lugares em que foi aplicado o programa completo, e uma complementar, isto é, um local em que foram feitas entrevistas reduzidas) e 11 brasileiras (2 pontos de base e 9, complementares).

O sistema cartográfico do ADDU foi desenvolvido na Alemanha. Os símbolos — cinco: um para a presença do fenômeno, outro para a ausência e três para valores graduais ($\frac{3}{4}$, $\frac{1}{2}$ e $\frac{1}{4}$) — aparecem inscritos em uma cruz que corresponde aos quatro grupos-padrão, definidos pelos parâmetros sócio-cultural e de idade. As formas transcritas são apresentadas numa lista de exemplos escolhidos (“muestuario”). Há também documentos sonoros em CD.

Como a pluridimensionalidade exige uma representação sucessiva dos dados, tenta-se fornecer um panorama geral da extensão dos fenômenos a partir dos símbolos que indicam sua presença ou ausência. Em seguida, a série focaliza todas as dimensões suscetíveis de produzir variação. Quando é possível, quantificam-se os dados. As cartas são acompanhadas de esquemas gráficos e de comentários breves. Uma síntese fecha a série.

Paralelamente aos dados lingüísticos, coletaram-se informações de interesse demográfico, que serão publicadas em um atlas demográfico complementar ao atlas lingüístico.

Os dois volumes do ADDU já divulgados trazem questões relacionadas ao consonantismo e ao vocalismo no espanhol e no português. O tomo dedicado à língua espanhola mostra os resultados das análises sobre a lateral palatal e sobre a fricativa médio-palatal. O livro dedicado ao português uruguaio estuda as laterais e as palatais.

3.1.5 Atlas Lingüístico Guarani-Românico (ALGR)

O Atlas Lingüístico Guarani-Românico, fruto de parceria americana e alemã, é realizado sob a direção de Wolf Dietrich, Almidio Aquino e Harald Thun. Esse estudo serve-se do mesmo alicerce teórico-metodológico utilizado no ADDU; logo, analisa o espaço lingüístico numa perspectiva pluridimensional.

Como afirmam seus autores, a confecção do ALGR é inovadora, uma vez que corresponde à “primeira vez que se publica na história da lingüística e da sociolingüística um atlas sociolingüístico de uma língua de origem indígena” (Thun et al. 2002: 1)⁶. A obra examina o guarani do Paraguai usado tanto pelos grupos indígenas, quanto pela maioria da população etnicamente mista, e observa os reflexos de seu contato com as outras línguas faladas no país. Esse guarani “paraguaio” — considerado, ao lado do castelhano, como língua oficial da nação desde a Constituição de 1992 — é falado por mais de quatro milhões de pessoas.

O ALGR enfoca uma área de contatos lingüísticos complexos: a “Zona Guaranítica”, lugar de contato entre as línguas guarani e castelhana no Paraguai e nas províncias limítrofes, e de contato entre o guarani e o português no Brasil (e também entre o guarani e o castelhano).

As primeiras entrevistas iniciaram-se em 1992, mas, ao contrário do que ocorreu com o ADDU, a recolha dos dados se processou de maneira assaz lenta, visto que perduraram por dez anos, o que se deveu ao fato de o território a ser percorrido, nesse caso, ser maior e menos acessível do que o do Uruguai. Acrescente-se, ainda, o fato de haver menos grupos de pesquisadores envolvidos na execução do ALGR e de seus diretores possuírem obrigações acadêmicas que os impediavam de afastar-se de suas universidades por muito tempo. Assim, o trabalho de campo era realizado, geralmente, durante as férias escolares.

⁶ “es la primera vez que se publica en la historia de la lingüística de la sociolingüística un atlas sociolingüístico de una lengua de origen indígena.” THUN et al. (2002:1)

Dos 105 locais selecionados para a investigação, 49 localizam-se no Paraguai, 35 na Argentina e 21 no Brasil.

O questionário foi organizado em duas partes: uma lingüística e outra estatística e sociolingüística. Esta compreendia 75 perguntas, como dados pessoais, aspectos relativos ao uso das duas línguas, o posicionamento do informante no que tange ao ensino bilíngüe etc. Aquela, por seu turno, apresentava 400 questões, cuja estrutura correspondia a das que foram usadas no atlas uruguaio, com vistas à posterior comparação dos resultados.

A parte estatística e sociolingüística dos inquiridos, a pedido do Ministério de Educação e Cultura do Paraguai, foi ampliada para que se obtivessem informações sobre a atitude dos paraguaios sobre o guarani, o castelhano e outras línguas conhecidas no país. Como resultado disso, foram lançados, no ano de 2002, dois tomos (um com comentários, outro com cartas) do ALGR-Sociologia. O intento principal de tal volume do atlas era “dar uma imagem autêntica do que pensam os paraguaios de suas línguas, do ensino delas, do uso fora da escola, das medidas necessárias para resgatar ou cultivá-las e do papel das línguas na constituição da identidade paraguaia.”⁷ (Thun et al. 2002: 1).

Na porção lingüística da enquete, diferentemente do que acontece no ADDU, existem dados destinados à verificação de fenômenos fonéticos e fonológicos do guarani. O conteúdo lexical, relativo ao tema corpo humano, por sua vez, reproduz as perguntas do questionário do ADDU. A seção gramatical busca evidenciar a influência da sintaxe do guarani na do espanhol ou do português.

3.1.6 Atlas Lingüístico de Hispanoamérica (ALHA)

A proposta de um atlas lingüístico que retratasse a língua espanhola na América foi apresentada por Manuel Alvar — maior nome da dialectologia espanhola — em 1980, em congresso realizado no México.

Em 1984, Alvar e Antonio Quilis decidiram pôr em prática essa idéia e montaram um questionário com 1415 perguntas, sendo 758 lexicais, 394 fonéticas e

⁷ “dar una imagen auténtica de lo que piensan los paraguayos de sus lenguas, de la enseñanza de ellas, de uso fuera de la escuela, de las medidas necesarias para rescatar o cultivarlas y del papel de las lenguas en la constitución de la identidad paraguaya.” (THUN et al. 2002:1)

263 morfossintáticas. Por ser um atlas de amplitude continental, os temas escolhidos foram aqueles que podiam ser comuns aos vários locais enfocados e, ao mesmo tempo, que apresentassem variáveis que comprovassem a existência de diferentes áreas lingüísticas no território hispanoamericano.

O léxico compreendia itens sobre corpo humano, vida, temas familiares e espirituais, ocupações domésticas, tempo e acidentes topográficos, agricultura com culturas generalizantes. A fonética incluía todos os fonemas, excetuando-se [θ], em grande número de combinações. A gramática, por sua vez, trazia questões sobre loísmo e leísmo, problemas de gênero e nome, derivação, irregularidades da conjugação, verbos impessoais, entre outros.

O objetivo era entrevistar dois informantes (um instruído e outro não) em cada localidade, mas, em alguns lugares, por razões políticas ou de guerra, só foi possível realizar o inquérito com uma pessoa.

Essa empreitada começou a ser efetuada na década de 80, porém os frutos só vieram a público depois da virada do milênio. Graças ao financiamento do Conselho Superior de Investigación Científica (CSIC), os resultados desses anos de pesquisas pessoais de Manuel Alvar foram impressos a partir do ano 2000. O volume que principia a coleção sobre os estudos da língua espanhola em terras americanas é dedicado aos Estados Unidos, logo, não deveria constar nessa relação dos estudos latino-americanos. No entanto, por se tratar de uma região fronteira com o México e ainda por ser parte do trabalho geolingüístico de publicação mais recente sobre os países americanos de fala hispanoamericana, considerou-se pertinente a avaliação desse atlas.

(a) El español en le Sur de Estados Unidos

El Espanõl en le Sur de Estados Unidos. Estúdios, mapas, textos, publicado em julho de 2000, é o primeiro volume da série *El español de América*. Ele está dividido em três partes: (i) estudos dedicados ao espanhol dos Estados Unidos (ii) dados transcritos no campo e (iii) textos recolhidos em vários lugares.

O questionário que acabou efetivamente sendo usado foi bastante reduzido em relação a sua primeira versão: apenas cerca de 800 perguntas. As transcrições seguem o modelo usado no *Atlas Lingüístico y Etnográfico de Andalucía (ALEA)*. Como as questões não foram redigidas especificamente para essa recolha, há muitas que se mostram úteis para uns pontos e não para outros. Assim, há pontos que se encontram sem as respostas.

No que concerne à rede de pontos, Alvar deparou-se com um problema. Os assentamentos descontínuos (como a Califórnia) ou muito recentes dos Estados Unidos obrigaram-no a se ater ao que significa o espanhol nas regiões em que ele patrimonialmente se tem mantido. Assim, selecionaram-se 25 pontos: 1 em Luisiana, 8 no Texas, 12 no Novo México, 2 no Colorado e 2 no Arizona.

Com relação ao critério para seleção dos informantes, pode-se dizer que não houve sistematização quanto à idade — os falantes têm entre 28 e 82 anos —, nem quanto ao número de falantes — há locais com um informante, outros com 6 —, nem quanto à escolaridade — há desde doutorandos a pessoas com estudos primários.

O questionário lexical segue uma ordem lógica a partir dos campos semânticos; é composto por 407 itens. O fonético vai do número 408 ao 592, o sintático do 593 ao 625 e o morfológico do 626 ao 798.

As respostas são apresentadas em lâminas, numeradas correlativamente, e vêm acompanhadas de um pequeno mapa no qual se representa cada uma das localidades focalizadas por intermédio de uma abreviatura. Essa mesma abreviatura aparece na coluna esquerda da lâmina e, a seu lado, são postas as transcrições obtidas. Ao pé da página, estão dispostos os termos que não cabiam na resposta correspondente, notas particulares e notas gerais.

Foram gravadas, ainda, por Helena Alvar, conversações livres: relatos sobre a vida do próprio falante ou cultivo típico da região.

(b) El español en la República Dominicana

Para a elaboração de *El español en la República Dominicana*, Manuel Alvar recolheu dados ao longo dos anos de 1982 e 1983, tendo obtido 18.000 vocábulos transcritos no atlas em forma de listas.

Com a intenção de observar o problema das atitudes lingüísticas, o pesquisador realizou quatro gravações de um mesmo texto – um editorial do jornal *La información* – lido por dois homens e duas mulheres, todos com título universitário, sendo um de cada nacionalidade (um espanhol e um dominicano de cada gênero). Os leitores espanhóis foram o próprio Manuel Alvar e sua esposa, Helena Alvar. Feito isso, a gravação era apresentada aos informantes, que respondiam a perguntas pessoais, como as feitas em todas as entrevista de Alvar, e, depois, a questões mais específicas, segundo o objetivo do estudo (*Qual das gravações está em melhor espanhol? Por quê?*, por exemplo).

O questionário foi aplicado a 40 pessoas: 22 homens e 18 mulheres, distribuídos pelos níveis culturais da seguinte forma: eram 6 analfabetos, 15 com instrução fundamental e 19 com ensino médio ou superior.

Os informantes também foram divididos em três faixas etárias: 21 indivíduos com idade entre 17 e 22 anos; 11, entre 30 e 40 anos e 11, entre 52 e 70 anos.

Além disso, o pesquisador analisou dados recolhidos em três capitais caribenhas, San Juan de Porto Rico, Santo Domingo e Havana.

(c) El Español en Venezuela

O terceiro estudo dessa série proposta por Alvar, intitulado *El español en Venezuela. Estudios, mapas, textos*, foi impresso em 13 de junho de 2001 pela Universidade de Alcalá em co-edição com La Goleta Ediciones.

A recolha de material para o atlas iniciou-se em 1995 e durou até 1997. Nos 49 pontos eleitos por Alvar, foram obtidas 68 entrevistas. Em setembro de 1998, a transcrição fonética foi terminada, bem como os espectogramas feitos por Josefa Dorta (Universidad de La Laguna) e Maria Jesús Redondo (Universidad de Alcalá).

Inicialmente, o grande pesquisador espanhol pensou em aproveitar os dados colhidos em vários pontos de Valencia (que seria o ponto de partida da pesquisa) pelos alunos de Manuel Navarro. Contudo, discrepâncias metodológicas – o critério seguido, a seleção das partes do questionário, o parâmetro de valoração dos dados pessoais – fizeram-no desistir e partir para a recolha pessoal que garantiria unidade à obra. Todas as entrevistas foram realizadas pessoalmente por Manuel Alvar, e Helena Alvar gravou as conversações livres com as quais se ilustram os textos fonéticos.

O atlas da Venezuela é composto de 3 volumes: o primeiro contém uma boa série de estudos e textos; os dois outros apresentam as lâminas cartográficas, sendo iniciados pela lista de pontos de inquérito, seguida da relação dos símbolos fonéticos empregados. Há, ainda, algumas explicações sobre os símbolos e sobre a apresentação dos mapas na seção intitulada “Repertório de materiais lingüísticos”. Por fim, há a correspondência com outros atlas lingüísticos sobre línguas latinas.

O volume II apresenta mapas lexicais que vão do número 1 ao 454 (todos com transcrição fonética) e o volume III, mapas fonéticos (do 455 ao 651), mapas sintáticos (do 652 ao 701) e mapas morfológicos (do 702 ao 931). A forma de apresentação dos dados é a mesma usada para os primeiros volumes da coleção.

Estão previstas, ainda, publicações com as análises de Alvar sobre o México, o Paraguai, a Argentina e o Uruguai e o Chile.

Com base no que se expôs nesta seção, pode-se constatar que a preocupação sociolingüística, a perspectiva pluridimensional têm sido realmente uma constante nos trabalhos produzidos nos países da América. A exceção fica por conta dos estudos de Manuel Alvar, um dos precursores na geolingüística espanhola, que se mantém fiel às tradições dessa disciplina.

No item a seguir, observar-se-á a evolução dos trabalhos de perfil geolingüístico no Brasil na tentativa de traçar um paralelo com os realizados na América espanhola e de verificar até que ponto a metodologia européia foi moldada às necessidades descritivas brasileiras. Como se poderá constatar, a princípio, a dialectologia brasileira caracterizava-se por manter a tradição dos estudos europeus, isto é, a linha monodimensional, restringindo-se à variação geográfica. Hoje, os estudos dessa natureza têm procurado atentar para as outras variáveis que podem gerar variação, como a faixa etária, o gênero e o grau de escolaridade do indivíduo. Apesar disso, a realização de um atlas que controle um número tão grande de dimensões como o ADDU ainda não foi possível no Brasil.

3.2. No Brasil

De acordo com FERREIRA & CARDOSO (1994), os estudos dialetais brasileiros podem ser divididos em três grandes fases. A primeira, de 1826 a 1920, é

caracterizada pela elaboração de estudos direcionados ao léxico — dicionários, vocabulários e léxicos regionais; a segunda, iniciada em 1920 com a publicação de *O dialeto caipira*, de Amadeu Amaral, inclui não só trabalhos de caráter lexicográfico, mas também gramaticais; e a terceira, principiada em 1952, é marcada pela execução de pesquisas fundamentadas em *corpora* constituídos de forma sistemática e pelo interesse em elaborar um atlas lingüístico do Brasil —, o que consta do Decreto n° 30.643, de 20 de março desse mesmo ano, no qual se atribui à Comissão de Filologia da Casa Rui Barbosa a efetivação de tal obra.

Como aponta BRANDÃO (1991), o período compreendido entre 1957 e 1959 é de grande relevância para a história da Dialectologia brasileira. Nesse período, (i) realizam-se importantes discussões teórico-metodológicas referentes a essa área, durante o 3° e no 4° Colóquios Internacionais de Estudos Luso-Brasileiros (1957, 1959), o 1° Congresso Brasileiro de Etnografia e Dialectologia (1958) e o 1° Simpósio de Filologia Românica (1958); (ii) publica-se a primeira parte das *Bases para a elaboração do Atlas Lingüístico do Brasil*, em que Antenor Nascentes apóia a divisão do território brasileiro em áreas culturais proposta por Celso Cunha e Serafim da Silva Neto no 3° Colóquio de Estudos Luso-Brasileiros com o intuito de confeccionar atlas regionais que seriam posteriormente reunidos numa publicação nacional; (iii) desenvolvem-se, na Bahia, pesquisas dialetais coordenadas por Nelson Rossi, que acabaram por resultar no lançamento do primeiro atlas lingüístico regional brasileiro: o *Atlas Prévio dos Falares Baianos (AFPB)*, publicado em 1963.

Desde 1958, com o lançamento das referidas *Bases*, os dialectólogos brasileiros se empenharam bastante na execução de pesquisas regionais. Hoje, já são sete os atlas publicados (dois deles em dois volumes) e vários outros ou já foram divulgados em forma de dissertações e teses ou estão em andamento. Acrescente-se a esse quadro o Projeto do *Atlas Lingüístico do Brasil - ALiB*, em curso desde 1996.

Nos primeiros atlas lingüísticos brasileiros publicados, como analisam BRANDÃO & MORAES (1998: 111), não houve a preocupação em sistematizar os dados sobre a ocupação, a idade e sexo dos informantes, que apresentam o seguinte perfil:

- a) são nativos da localidade, bem como seus pais e cônjuges; b) pouco viajam; c) são analfabetos ou semi-alfabetizados.

O *Atlas Prévio dos Falares Baianos*, por exemplo, embora tenha incluído os dois gêneros de informantes em todas as localidades e também tenha contado com indivíduos de idades diferentes, não chega a estabelecer uma distribuição diagenérica, nem diageracional sistemática, devido às condições da época em que foi realizado (como a dificuldade de deslocamento dos inquiridores, bem como sua permanência nos lugares pesquisados por mais dias).

O *Atlas Lingüístico de Sergipe, volume 1*, é pioneiro no que tange à sistematização do gênero dos informantes, tendo sido entrevistados, em cada ponto de inquérito, uma mulher e um homem, identificados pelas letras A e B, respectivamente. É, portanto, o primeiro atlas bidimensional brasileiro.

Na elaboração dos atlas mais recentes, apesar das inúmeras dificuldades decorrentes, principalmente, do alto custo financeiro desse tipo de pesquisa e da crônica escassez de recursos, os geolinguístas têm procurado contemplar essas questões, levando em conta, na seleção dos informantes, sobretudo as variáveis sexo e faixa etária, como se poderá observar nos itens que se seguem.

3.2.1 Atlas concluídos

(a) Atlas Prévio dos Falares Baianos (APFB) - 1963

Esse trabalho pioneiro foi executado entre 1960 e 1962 por Nelson Rossi e oito alunas no Curso de Letras — dentre elas Dinah Callou e Carlota Ferreira — que passaram por um longo período de treinamento. O questionário era formado por 164 perguntas, que, em função da subdivisão de 16 delas em a, b e c, pretendia focalizar 182 itens no total. Os itens abordados giravam em torno de grandes temas: *Terra, Vegetais, Homem e Animais*. O APFB registrou 2 808 formas, em 50 localidades, que deram origem a 154 cartas lingüísticas (algumas ilustradas, outras resumitivas).

Com relação aos informantes, não houve, sistematicamente, o controle do gênero e da faixa etária. Requeria-se, apenas, que tivessem entre 25 e 60 anos; na prática, o quadro de informantes acabou composto da seguinte forma: a maior parte dos indivíduos tinha entre 39 e 69 anos, havendo ainda quatro pessoas com 25 e uma

com 84. Em sete localidades, não foram colhidas amostras de fala de homens; logo, há predomínio de falantes do sexo feminino (dos 100, 57 são mulheres). No que diz respeito à escolaridade, 75 entrevistados eram analfabetos e os demais semi-alfabetizados.

Em quarenta e uma das 50 cidades pesquisadas, foram selecionados dois informantes. Aquele que mais preenchia os requisitos de informante ideal ou cujo inquérito havia se realizado sob melhores condições foi marcado com a letra A, o outro, com B. Em duas localidades, Rio Fundo e Velha Boipeba, entrevistaram-se três indivíduos, identificados por A, B e C. Já nos locais mais afastados, localizados no oeste da Bahia, os inquéritos foram efetuados por Nelson Rossi com apenas um informante. Houve ainda um ponto, Abrantes, o primeiro a ser visitado, com seis falantes inquiridos.

Sem poder contar com o aparato tecnológico dos dias atuais, os inquiridores transcreviam as respostas *in loco*, ou seja, no momento em que eram proferidas. Um dado inovador foi a aplicação do chamado teste de reconhecimento ou identificação, através do qual se verificava, perguntado-se diretamente ao informante, se as expressões não obtidas com o questionário eram de seu conhecimento.

As 198 cartas lingüísticas são de dois tipos – carta-convenção e carta com ilustração – e vêm acompanhadas de notas redigidas ora no discurso dos autores, ora no dos informantes. O APFB fornece, ainda, com as ilustrações e com as notas que completam as informações cartografadas, dados de natureza etnográfica. Há, outrossim, 11 cartas introdutórias, que contêm dados complementares, de âmbito geral.

(b) Esboço de um Atlas Lingüístico de Minas Gerais (EALMG) – 1977

De autoria de Mário Zágari, José Ribeiro, José Passini e Antônio Gaio, o EALMG, iniciado em 1969, foi projetado para ser publicado em quatro volumes, dos quais só se editou o primeiro, em 1977.

Os inquéritos foram realizados tanto *in loco* (em 116 municípios), quanto por correspondência (em 302 localidades). Os locais das entrevistas diretas foram selecionados de modo a haver, aproximadamente, 70 km de distância entre um ponto

e outro. Em quase todos os lugares, foi utilizado um informante principal e um auxiliar.

O volume I é constituído de 73 cartas referentes às áreas semânticas “tempo” e “folgedos infantis”, das quais 45 registram dados exclusivamente lexicais ou lexicais e fonéticos e 28 mostram isófonas ou isoléxicas dos fenômenos observados.

Os resultados do atlas demonstram a co-existência de três falares distintos no território mineiro: o do Sul e Triângulo, o do Norte, e o da região formada pelas Zonas Metalúrgica, da Mata e das Vertentes.

(c) *Atlas Lingüístico da Paraíba (ALPB) – 1984*

O ALPB, parte integrante de um projeto maior de “Levantamento Paradigmo-Sintagmático do Léxico Paraibano”, foi planejado em três volumes, dos quais se publicaram os dois primeiros em 1984.

As autoras, Maria Socorro de Aragão e Cleusa Bezerra de Menezes, entrevistaram de três a dez falantes (com idade de 30 a 75 anos) em cada um dos 25 municípios que formaram a rede de pontos de inquérito. O questionário aplicado foi dividido em duas partes: uma geral, com 289 perguntas; outra específica, com 588 itens que tratavam do léxico relativo aos cinco principais produtos da Paraíba (mandioca, cana-de-açúcar, agave, algodão e abacaxi).

Atestam-se, nas cartas léxicas, inúmeras variações para um mesmo significado, como na carta 19 (“tempestade”), onde são registradas 22 variantes.

O 1º volume do Atlas especifica a metodologia adotada e traz 149 cartas lexicais e fonéticas, obtidas com base na parte geral do questionário, que abrange sete campos semânticos: *Terra, Homem, Família, Habitação e Utensílios domésticos, Aves e animais, Plantação e Atividades Sociais*. O 2º volume contém a análise e a sistematização dos traços fonético-fonológicos e morfossintáticos observados e, ainda, um glossário. O 3º volume mostrará os resultados oriundos do questionário específico.

(d) *Atlas Lingüístico de Sergipe (ALS)*

(i) *Volume I -1987*

Embora tenha sido iniciado logo após a publicação do APFB, o ALS, concluído em 1973, só teve seu primeiro volume publicado 14 anos mais tarde, devido à falta de apoio financeiro para a editoração.

Elaborado por uma equipe de professores da Universidade da Bahia, coordenada por Nelson Rossi, o ALS é uma continuação do APFB, tanto que seus quinze pontos de inquérito são ordenados partindo-se do número 51. A metodologia, no entanto, foi aprimorada, passando-se a empregar critérios mais sistemáticos no que concerne à escolha dos informantes e à transcrição dos dados, por exemplo.

Desta feita, selecionaram-se 30 informantes, sendo um homem e uma mulher por localidade, na faixa etária de 35 a 52 anos, e que podiam ser analfabetos, semi-alfabetizados ou alfabetizados. As transcrições fonéticas, por sua vez, foram executadas *a posteriori*, já que os inquéritos foram integralmente registrados em fitas de rolo, graças aos gravadores portáteis utilizados. Os dados foram ouvidos no Laboratório de Fonética do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, em cabines apropriadas, o que conferiu ao trabalho maior acuidade.

No que tange ao questionário, foram preparadas três versões, duas para sondagem e uma definitiva, formada por 678 perguntas, que incluía as 182 do questionário usado na Bahia. A maioria das 171 cartas é apresentada de modo pormenorizado, encerrando comentários sobre o modo de formulação da questão que gerou a forma obtida e o contexto em que ela ocorreu.

Para confecção das cartas, priorizaram-se as palavras coincidentes com as do APFB, com o objetivo de, com base nos resultados dos dois atlas, delimitar a extensão do falar baiano. Sendo assim, foi usado apenas um terço do material coletado, o que corresponde a, aproximadamente, 150 horas de gravação.

(ii) *Volume II -2004*

O segundo volume do ALS, publicado em 2004, foi apresentado, na UFRJ, por Suzana Cardoso, em 2002, como tese de Doutorado. Teve como base respostas a questões selecionadas do campo semântico *Homem* (144 a 381) do questionário elaborado para o ALS na década de 1960 e que não redundaram em cartas quando da organização do primeiro volume. Constitui-se de duas partes: a

primeira, composta por informações metodológicas e por comentários às cartas e a segunda, por 3 cartas introdutórias e 105 cartas semântico-lexicais.

As cartas semântico-lexicais, além da distribuição das lexias pelos pontos de inquérito, apresentam gráficos que mostram os percentuais de ocorrência das variantes de acordo com o gênero do informante. Os dados fonéticos e as notas foram dispostos no verso das cartas. Há ainda um CD com uma ilustração sonora da fala de cada uma das localidades.

(e) Atlas Lingüístico do Paraná (ALPR)

(i) Volume I - 1994

Apresentado inicialmente como tese de Doutorado por Vanderci de Andrade Aguilera, em 1990, o ALPR foi editado em 1994, em dois volumes. A pesquisa baseou-se na proposta de NASCENTES (1958) e no Projeto do Atlas Lingüístico do Estado de São Paulo, de Pedro Caruso.

Do primeiro volume constam a metodologia, a apresentação das cartas e um glossário das formas registradas. Compõem o segundo volume as 191 cartas lingüísticas (92 lexicais, 70 fonéticas e 29 referentes a isoléxicas e isófonas), obtidas a partir das 318 perguntas descritivas do questionário. Foram ouvidos dois informantes em cada uma das 65 localidades-alvo, sendo um homem e uma mulher, de 27 a 60 anos, que poderiam nunca ter ido à escola ou tê-la freqüentado, no máximo, até a quarta série do Ensino Fundamental. No que diz respeito à profissão, deveriam ser agricultores ou ter ascendência rural.

Dentre as questões formuladas para o ALPR-I e compreendidas nas áreas semânticas *Homem* e *Terra*, houve a preocupação, por parte da autora, de incluir perguntas comuns aos atlas brasileiros até então publicados, o que propiciou a comparação entre os dialetos.

(ii) Volume II – 2007

O segundo volume do ALPR, recentemente apresentado como Tese de Doutorado na Universidade Estadual de Londrina, foi elaborado por Fabiane Cristina Altino, sob a orientação de Vanderci Aguilera. Constitui-se, além de 3 cartas

introdutórias, de 125 cartas léxicas, 50 fonéticas e duas dialectométricas, que dão continuidade à numeração do volume I, composto de 191 cartas (192 a 368). Para sua consecução, foram utilizadas as respostas a questões inéditas, que correspondem a 54% do Questionário aplicado por Aguilera. Na apresentação das cartas léxicas e fonéticas, seguem-se os critérios adotados no volume I, com o acréscimo de gráficos que retratam a distribuição das formas na fala dos homens e das mulheres que serviram de informantes.

O segundo volume do Atlas tem, ainda, caráter pioneiro no Brasil, pelo fato de apresentar uma análise dialectométrica que gerou as cartas 367 e 368, que indicam, respectivamente, os valores do Índice Relativo de Distância (IRD) e do Índice Relativo de Identidade (IRI) entre os falares paranaenses no que tange ao léxico.

(f) Atlas Lingüístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil (ALERS) – 2002

O Projeto ALERS, desenvolvido por uma equipe de pesquisadores coordenada por Walter Koch, Mário Klassman e Cléo Altenhofen, surgiu em 1980 com o Grupo Interdepartamental para o Estudo da Variação Lingüística do Rio Grande do Sul, porém só foi divulgado em 2002.

O questionário, composto por 700 perguntas que, desdobradas, chegavam a 1000 itens, dividia-se em três segmentos: semântico-lexical (800 questões), morfossintático (75 questões), fonético-fonológico – separado em duas partes: a primeira, com 26 questões, de aplicação geral, e a segunda, com 24 questões, destinada a regiões de colonização não portuguesa (vol. 1: p. 18)

Os locais de inquérito, selecionados com base nas localidades indicadas por NASCENTES (1958) e na relevância histórica dos municípios, somavam 275 pontos em zona rural (100 no Paraná, 95 no Rio Grande do Sul e 80 em Santa Catarina) e 19 em zona urbana (6 no Paraná, 6 no Rio Grande do Sul e 7 em Santa Catarina).

Foram entrevistados um homem e uma mulher, de preferência, casados, em cada ponto. Eles tinham entre 28 e 58 anos e podiam ser analfabetos ou ter até a 4ª série do Ensino Fundamental, no caso dos informantes rurais, e analfabetos, alfabetizados, com nível elementar ou com nível médio, no caso dos falantes urbanos.

Para cartografar os dados, utilizou-se um programa computacional que possibilita a visualização de legenda, gráfico e traçado de isoglossas.

(g) Atlas Lingüístico Sonoro do Pará (ALISPA) - 2004

Tendo por escopo formar uma fonoteca dos falares paraenses, o ALISPA, que integra o Projeto do Atlas Geo-Sociolingüístico do Pará, foi iniciado em 1996 e publicado em 2004, sob a forma de CD. O grupo de pesquisadores, coordenados por Abdelhak Razky, inovou ao realizar o primeiro atlas sonoro do país.

A recolha de dados ocorreu em 10 cidades do Pará, por meio de entrevistas e aplicação de questionário a 4 falantes por ponto, um homem e uma mulher, distribuídos por duas faixas etárias (de 18 a 30 e de 40 a 70 anos).

A partir das respostas fornecidas às 157 perguntas que constituem o Questionário Fonético-fonológico do Projeto ALiB, elaborou-se um CD-ROM através do qual se pode visualizar a transcrição fonética das respostas e, ainda, ouvi-las na voz de cada informante. É possível também personalizar a consulta, fazendo a escolha pelo tipo de informante ou pela faixa etária. O CD vem acompanhado por um livro, no qual se apresentam resultados de pesquisas sociolingüísticas elaboradas no âmbito do projeto e que tiveram por objetivo descrever características de alguns falares paraenses.

(h) Atlas Lingüístico do Amazonas (ALAM) - 2004

Desenvolvido como tese de Doutorado por Maria Luiza de Carvalho Cruz na Universidade Federal do Rio de Janeiro, sob a orientação de Silvia Figueiredo Brandão, o ALAM, que ainda não foi publicado, é composto por dois volumes: o primeiro com a introdução metodológica e o segundo com a apresentação de 107 cartas fonéticas e 150 semântico-lexicais.

A rede de pontos é composta por nove municípios representativos das microrregiões do Estado, considerando-se as bacias hidrográficas dos principais afluentes do Amazonas. A pesquisadora, que realizou todo o estudo sozinha, entrevistou seis falantes em cada região, um homem e uma mulher, distribuídos por três faixas etárias (I: de 18 a 35 anos, II: de 36 a 55 anos e III: de 56 a 75 anos). Os informantes poderiam ter até a 4ª série do Ensino Fundamental.

O questionário do ALAM contém uma parte fonético-fonológica, na qual se incluem 162 perguntas, e uma parte semântico-lexical, com 329 itens. Esta última abarca três macrocampos semânticos, *Meio físico*, *Meio biótico* e *Meio antrópico*, cada um deles com suas subdivisões. Foram gravadas também elocuições livres, semidirigidas, com cada informante, para a formação de um banco de dados que, no futuro, possa servir de base para análises morfossintáticas e prosódicas.

Vale ressaltar a pertinácia e a intrepidez da autora que, malgrado o precário acesso aos locais de pesquisa, atingiu todos as suas metas, desbravando a região em aviões de pequeno porte e em barcos. As bem-sucedidas empreitadas de Luiza Cruz evidenciam a vocação feminina para o trabalho dialectológico, contrapondo-se ao que pressupunha NASCENTES (1958: p7):

Ora, para as tarefas de colheita de material, as mulheres são menos adequadas do que os homens, porque num país como o nosso teriam dificuldades de locomoção e alojamento que elas muitas vezes não poderiam vencer.

(i) *Atlas Fonético do entorno da Baía de Guanabara (AFeBG) -2006*

O AFeGB foi apresentado como dissertação de Mestrado na Universidade Federal do Rio de Janeiro por Luciana Gomes de Lima, sob a orientação de Sílvia Figueiredo Brandão. O atlas registra, em 307 cartas, aspectos fonético-fonológicos presentes na fala de quatro localidades situadas no entorno da Baía de Guanabara: Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Magé e Itaboraí, que fazem parte da Região Metropolitana da cidade do Rio de Janeiro.

A pesquisa, que seguiu, no que respeita à seleção de informantes e ao Questionário, os mesmos critérios adotados no MicroAFERJ, forneceu novos elementos sobre os falares fluminenses, pois registrou a fala de comunidades que ainda não haviam sido foco de qualquer análise lingüística.

(j) *Atlas Geolingüístico do Litoral Potiguar (ALiPTG) - 2007*

O atlas, desenvolvido por Maria das Neves Pereira como tese de Doutorado defendida na Universidade Federal do Rio de Janeiro sob a orientação

de Dinah Callou, abrange cinco localidades da área litorânea do Rio Grande do Norte: Natal, Canguaretama, Macau, Touros e Areia Branca.

Com base na metodologia do Projeto ALiB, selecionaram-se 24 informantes de ambos os sexos, distribuídos por duas faixas etárias. Em Natal, contou-se com a participação de 8 falantes — 4 instruídos até a 8ª série do Ensino Fundamental e 4 graduados em qualquer área, exceto em Letras —; nos demais pontos de inquérito, foram escolhidas apenas 4 pessoas com, no máximo, o Ensino Fundamental completo.

Utilizaram-se os três questionários do ALiB tendo sido, ainda, aplicadas aos informantes, quatro Questões Semidirigidas, o que redundou em 80 cartas: 35 fonéticas, 10 morfossintáticas e 35 léxicas. Embora não tenha sido publicado, o Atlas vem sendo divulgado em CD.

(k) Outros atlas

Entre os atlas de pequeno porte, encontra-se *Aspectos lingüísticos da fala londrinense: Esboço de um Atlas Lingüístico de Londrina (EALLO)*, dissertação de Mestrado de Vanderci Aguilera (UNESP, 1987), que, aplicando, com pequenas adaptações, o Questionário do ALESP (317 perguntas) em doze pontos de inquérito, elaborou 80 cartas, 45 lexicais e 35 fonéticas (Apud Brandão, 1991: 68-69).

Altino (2007: 60-61) menciona, de forma sintética, cinco outros atlas⁸ de pequeno domínio, concluídos mais recentemente:

(i) *Pelos caminhos da geolingüística paranaense: um estudo do léxico popular de Adrianópolis* (6 pontos de inquérito, 24 informantes, 109 cartas), dissertação de Mestrado (UEL, 2006) de Fabiane Cristina Altino.

(ii) *Variação lexical e fonética na Ilha de Marajó* (5 pontos de inquérito, 20 informantes, 106 cartas), pesquisa de Iniciação Científica realizada, na UFPA, por Arlon Francisco Carvalho Martins, sob a orientação de Abdelhak Razky⁹.

⁸ Algumas informações (autoria, tipo de trabalho, data) foram obtidas em outras fontes, tais como Aguilera (no prelo) e no endereço mencionado na próxima nota.

⁹ Um texto do autor sobre esse trabalho pode ser encontrado no endereço http://www2.ufpa.br/rcientifica/ed_anteriores/pdf/ed_04_afcm.pdf

(iii) *Estudos com vistas a um atlas lingüístico de Santa Catarina: abordagem dos aspectos lexicais* (35 pontos de inquérito, 70 informantes, 310 cartas), dissertação de Mestrado (USP, 1999) de Ligia Maria Imaguire.

(iv) *Estudo geolingüístico de alguns municípios do litoral sul paulista: abordagem de aspectos semântico-lexicais* (8 pontos de inquérito, 72 informantes, 207 cartas), tese de Doutorado (USP, 2004) de Ligia Maria Imaguire.

(v) *Atlas Lingüístico do Município de Ponta Porã-MS – AliPP: marcas culturais e lingüísticas na fronteira do Brasil com o Paraguai* (8 pontos de inquérito, 16 informantes, 232 cartas), dissertação de Mestrado (UFMS, 2006) de Regiane Coelho Pereira Reis.

3.2.2 Atlas em andamento

Atualmente, diversos trabalhos geolingüísticos estão em curso em todo o território brasileiro, inclusive o projeto que prevê a confecção de um atlas de amplitude nacional. Tentar-se-á, nesta seção, dar uma visão geral desses projetos, ainda que não se disponha de informações suficientes sobre todos eles, visto que muitos não têm sido alvo de publicações por se encontrarem em etapas iniciais de desenvolvimento.

(a) Atlas Lingüístico do Brasil (ALiB)

Embora a elaboração de um atlas lingüístico nacional permeie a mente dos dialectólogos brasileiros há tantos anos — tendo sido alvo, inclusive, de um decreto do Governo Federal em 1952, que estabelece como atribuição primordial da Comissão de Filologia da Casa de Rui Barbosa a definição de um projeto para o cumprimento dessa tarefa — a idéia só foi colocada em prática por ocasião do Seminário *Caminhos e Perspectivas para a Geolingüística no Brasil*, realizado em novembro de 1996 na Faculdade de Letras da UFBA.

O Projeto ALiB, por ser uma obra de abrangência nacional, é coordenado por um Comitê, formado por autores dos atlas lingüísticos regionais publicados: Suzana Cardoso, Jacyra Mota, Maria do Socorro Aragão, Mário Roberto Zágari, Vanderci Aguilera e Walter Koch.

A pesquisa, fundamentada nos princípios da Geolingüística contemporânea, almeja identificar diferenças diatópicas da língua portuguesa para, dentre outros objetivos,

oferecer aos interessados nos estudos lingüísticos um considerável volume de dados que permita aos lexicógrafos aprimorarem os dicionários, ampliando o campo de informações; aos gramáticos atualizarem as informações com base na realidade documentada pela pesquisa empírica; aos autores de livros didáticos adequarem a sua produção à realidade cultural de cada região; aos professores aprofundarem o conhecimento da realidade lingüística, refletindo sobre as variantes de que se reveste a língua portuguesa no Brasil e, conseqüentemente, encontrando meios de, sem desprestigiar os seus dialetos de origem, levar os estudantes ao domínio de uma variante tida como culta. (www.alib.ufba.br).

A rede de pontos do Projeto, estabelecida levando em consideração a extensão territorial de cada região, aspectos demográficos, culturais, históricos e a natureza do processo de povoamento da área, engloba 250 localidades espalhadas pelo Brasil. Os 1100 informantes, de ambos os sexos, foram distribuídos por duas faixas etárias (de 18 a 30 anos e de 50 a 65 anos). Os entrevistados devem ter profissão definida e ser escolarizados, no máximo, até a 7ª série do Ensino Fundamental. No caso das capitais de Estado, incluem-se mais quatro pessoas com nível universitário.

O questionário, que teve uma primeira versão publicada em 1998, foi reformulado e reeditado em 2001 pela Universidade Estadual de Londrina, sendo composto por três partes: a primeira, com 159 perguntas fonético-fonológica e 11 prosódicas; a segunda, com 202, de natureza semântico-lexical; e a terceira, com 49, voltadas para fenômenos morfossintáticos.

O atlas, que pretende fornecer, afora as cartas lingüísticas, análises interpretativas de alguns aspectos observados, encontra-se em fase avançada de recolha de dados. Pelo que se verifica no *site* do Projeto, já se conta com as recolhas integrais referentes a 103 localidades em diferentes estados. Dentre os inquéritos já finalizados, incluem-se, ainda, os das capitais, o que se deve ao fato de, na XII Reunião do Comitê Nacional, ocorrida em 2003, ter-se decidido dar prioridade às entrevistas das capitais dos Estados para que se pudesse agilizar a preparação do primeiro volume do ALiB.

(b) *Atlas Lingüístico do Estado do Ceará (ALECE)*

A equipe de pesquisadores do ALECE era formada por José Alves Fernandes, Alexandre F. Caskey, Hamilton Cavalcante de Andrade, Mário Roberto Lobuglio Zágari, Ignácio Ribeiro Pessoa Montenegro e Luiz Tavares Júnior, e coordenada por José Rogério Fontenele Bessa. O atlas, que tem por principal intento prover, a partir da descrição do falar cearense, alicerces para uma reformulação do ensino de português, especialmente no que tange ao primeiro segmento do Ensino Fundamental, recobre 69 localidades do Ceará.

O questionário, publicado em 1982, reúne 306 perguntas agrupadas por cinco campos semânticos: *Natureza, Tempo, O homem, Parentesco, Partes do corpo*.

Inicialmente, pensou-se em selecionar informantes considerando-se, além das variáveis diatópicas, variáveis diastráticas (sexo, faixa etária e grau de instrução); contudo, a idéia tornou-se inexequível, uma vez que requereria uma grande quantidade de cartas. Controlou-se, desse modo, apenas o nível de escolaridade (analfabetos/alfabetizados).

A intenção da equipe é lançar o ALECE em três volumes. o primeiro, introdutório, exporia a metodologia; o segundo traria as 75 cartas lexicais e as 148 fonéticas; e o terceiro conteria um glossário e um apêndice.

(c) *Atlas Lingüístico do Estado de São Paulo (ALESP)*

Planejado por Pedro Caruso, o ALESP teve seu questionário publicado em 1983. Separadas pelas áreas *Terra* (com 141 itens) e *Homem* (com 161), as perguntas foram feitas a em 100 localidades do Estado. Dispunha-se ainda de seis questões sobre lendas e superstições e uma seção chamada de “Experiência Pessoal”. Os dois últimos *corpora* citados subsidiariam estudos morfossintáticos.

Com a etapa de gravação dos inquéritos concluída desde 1988, o projeto encontra-se em suspenso “por questões diversas, relacionadas, sobretudo, a vicissitudes ligadas à equipe da pesquisa” (Isquierdo, 2006: 82-83).

Como bem ressalta Isquierdo (2006: 83),

A não conclusão do projeto ALESP representa uma lacuna nos estudos dialetológicos brasileiros, em virtude da importância do estado de São Paulo na história social da colonização e do povoamento de diferentes estados da Federação, dentre outros, o Paraná, o Mato Grosso e o Mato Grosso do Sul. O cruzamento dos dados do ALESP com os documentados nesses Estados poderia contribuir para a definição de isoglossas a respeito de traços fonéticos ou lexicais que, por sua vez, poderiam refletir diferentes momentos na história do Brasil que marcaram o sistema de povoamento desses Estados, como o movimento de entradas e bandeiras (séc. XVI e XVII), o ciclo do tropeirismo que se inicia no século XVIII, dentre outros”.

(d) Atlas Geo-Sociolingüístico do Pará

O Projeto, coordenado por Abdelhak Razky, está ligado ao Laboratório de Linguagem da Universidade Federal do Pará e pretende analisar e mapear a variação lingüística paraense. Para tanto, escolheram-se 57 pontos, disseminados pelas seis mesorregiões do Estado, que foram separados em duas áreas de pesquisa: urbana e rural.

Os 42 informantes da zona urbana foram estratificados por gênero (masculino e feminino), renda (alta, média e baixa), escolaridade (nula, 1º grau e 2º grau) e idade (15-25, 26-49 e mais de 50 anos). Os falantes das áreas rurais compreenderam dois homens e duas mulheres, escolarizados até a 4ª série, sendo um para cada uma das duas faixas etárias (de 18-30 e 40-70).

O questionário foi dividido em duas partes: uma geral, que engloba as áreas semânticas *Terra e Homem*, lendas e superstições e uma narrativa pessoal, outra com tópicos específicos sobre a região.

Os dados obtidos com a coleta urbana propiciaram a publicação do ALISPA. A recolha do material rural ainda está sendo realizada.

(e) Atlas Lingüístico de Mato Grosso do Sul (ALMS)

O projeto ALMS, coordenado por Dercir Oliveira, Aparecida Negri Isquierdo, Maria José Gomes e Albana Xavier Nogueira, tem, entre seus objetivos, o propósito

de munir os estudiosos e professores de dados sobre a variação do português, sinalizando para as características lingüístico-culturais das diferentes regiões do Estado.

A partir de aspectos demográficos, históricos e sociais da região, instituíram-se 32 pontos de inquérito. Em cada um deles, foram contactados quatro informantes, estratificados por sexo (masculino e feminino), grau de instrução (rudimentar ou com escolaridade até a 4ª série do Ensino Fundamental) e naturalidade (nascido no município ou nele vivendo desde os 8 anos de idade).

O questionário, composto por 557 perguntas, visa à análise de aspectos fonéticos e lexicais. Os traços morfossintáticos serão observados com base em narrativas feitas pelos entrevistados acerca dos acontecimentos marcantes de suas vidas. A coleta de dados tem sido realizada de forma direta e por correspondência. Para as transcrições fonéticas e grafemáticas, vem sendo usado o programa computacional SPDGL (Sistema de Processamento de Dados Geolingüísticos).

(f) Atlas Lingüístico de Mato Grosso (ALIMAT)

Formam a equipe de pesquisadores do ALIMAT, José Leonildo Lima, Antônio Tadeu de Azevedo, Cássia Regina Tomanin, Liliane Batista Barros, Maria José Marques, Valéria Cardoso, Welligton Quintino e Zeneide Souza.

A pesquisa já tem definido o número de informantes (92: 8 na capital e 4 em cada um dos demais 21 pontos de inquérito) e um questionário elaborado segundo os critérios do Projeto ALiB.

(g) Atlas Lingüístico do Acre

Idealizado por Luísa Galvão Lessa, o atlas abrange 18 localidades, divididas em três áreas: Vale do Acre, Vale do Juruá e Vale dos Purus. A pesquisa desenvolve-se no intuito de levantar e analisar as características lingüísticas e etnográficas de cinco atividades econômicas do Estado, representadas por seringueiros, agricultores, pescadores, madeireiros e pecuaristas.

Os informantes do atlas, de ambos os sexos, foram distribuídos em três faixas etárias e responderam às duas partes do questionário (uma geral, outra específica). Os

dados recolhidos estão em fase de análise e já deram origem a 23 cadernos de estudos sobre a linguagem local, segundo a autora.

(h) Atlas Lingüístico do Rio Grande do Norte (ALiRN)

O Projeto vem sendo executado por uma equipe de pesquisadores da Universidade Potiguar (UnP), liderada por Maria das Neves Pereira.

O ALiRN segue os modelos do Projeto ALiB, ao qual está engajado desde 1998. No entanto, no que se refere à seleção das localidades-alvo, houve um acréscimo: além dos cinco pontos propostos pelo Projeto Nacional, foram incluídos outros, como Touros, Macau, Santa Cruz, Canguaretama e Caraúbas.

Com os inquéritos gravados, o trabalho agora está em fase de transcrição fonética.

(i) Atlas Lingüístico do Maranhão (ALiMA)

Sob a responsabilidade de Conceição de Maria de Araújo Ramos, o grupo de pesquisa do ALiMA espera, através da descrição da realidade lingüístico-cultural maranhense, possibilitar uma revisão da política de ensino-aprendizagem local.

O Atlas segue a metodologia do Projeto ALiB, ao qual está vinculado. No que diz respeito aos pontos de inquérito, mantiveram-se os nove municípios indicados pelo ALiB e acrescentaram-se mais nove, de maneira que se pudesse contemplar pelo menos uma localidade em cada uma das microrregiões do Estado.

A pesquisa utiliza dois questionários: o do Projeto Nacional e outro elaborado especificamente para a área com o propósito de constatar aspectos marcadamente regionais. As perguntas específicas apresentam como tema *Bumba meu-boi, Reggae, Manifestações culturais de raízes africanas, Produtos agroextrativistas, Culinária e Línguas indígenas*.

(j) Atlas Prévio do Espírito Santo (APES)

O APES, coordenado por Catarina Vaz Rodrigues, da UFES, conta, ainda, em sua equipe, com Valéria Cristina Barbosa Gabriel e Valdeciliana da Silva Ramos

Andrade, ambas das Faculdades Vitória. Vanderci Aguilera atua como consultora na área da Geolingüística, havendo, também, um consultor na área de História.

A definição dos pontos de inquérito, que tem por base os 23 propostos por Nascentes e os cinco que constam do ALiB (alguns coincidentes) está em fase de avaliação.

A equipe pretende inquirir adultos entre 30 e 58 anos, analfabetos ou escolarizados até a quarta série do Ensino Fundamental e elaborar um Questionário (com questões fonético-fonológicas, lexicais e morfossintáticas) com base no de outros Atlas regionais e no do ALiB, acrescido de questões específicas para o Estado.

(k) Atlas Lingüístico de Rondônia - ALiRO

Sobre o Projeto, sob a responsabilidade de Iara Maria Teles, tem-se poucas informações¹⁰, em virtude de estar ainda em fase de implementação. Quanto a sua orientação metodológica, sabe-se apenas que se pretende aplicar Questionário(s) do Projeto ALiB em 5 pontos de inquérito a um total de 24 informantes (Altino, 2007: vol.1: 59).

(l) Para um Atlas Lingüístico de São Francisco do Sul (ALSFS)

O Projeto (Guimarães, 2007), de Tânia Braga Guimarães, – que tem por subtítulo *Há nesta ilha um falar específico?* – está ainda em fase inicial, sendo desenvolvido, sob a orientação de Vanderci Aguilera, como pesquisa de tese, na Universidade Estadual de Londrina.

Partindo do QFF e do QSL do ALiB, a doutoranda elaborou um Questionário de 250 questões que foi aplicado, em cada um dos 9 pontos de inquérito, a quatro informantes distribuídos por gênero e duas faixas etárias (18 a 30 e 50 a 65 anos). Dessas questões, já foram selecionadas 100 para a elaboração de 50 cartas fonéticas e 50 semântico-lexicais.

¹⁰ Na web, encontram-se resumos de comunicações a dois Congressos que tratam do projeto em linhas muito gerais. Cf. os endereços: <http://www.mel.ileel.ufu.br/silel2006/caderno/resumo/IaraMariaTeles.htm> e http://www.anpoll.org.br/encontro/exibe_resumo_caderno.php?CodResumo=477, ambos acessados em 02 de dezembro de 2008.

(m) Atlas Lingüístico Sonoro do Estado do Rio de Janeiro – ALiSon- Rio

O Projeto, idealizado por Cláudia de Souza Cunha, visa a uma publicação interativa, em CD-Rom, através da qual serão apresentadas cartas que integrarão imagem, texto e som.

A pesquisa, que está em fase de implantação, abará, ao final, 24 localidades, representando as 8 microrregiões do Estado do Rio de Janeiro. Em cada ponto de inquérito, serão entrevistados quatro informantes com no máximo a 4ª série do Ensino Fundamental, sendo um homem e uma mulher, representantes de duas faixas etárias: de 18 a 30 anos e de 50 anos em diante.

Os inquéritos são executados com base na aplicação do Questionário Fonético-Fonológico adotado pelo do Projeto ALiB e na realização de entrevistas do tipo DID¹¹.

¹¹ As informações foram obtidas em http://www.sigma-foco.scire.coppe.ufrj.br/UFRJ/SIGMA/jornadaIC/publicacao_foco/trabalhos/consulta/relatorio.stm?app=JIC_PUBLICACAO_TRABALHO&ano=2005&codigo=735&buscas_cruzadas=ON

4. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

4.1. Pressupostos teóricos

A Geografia Lingüística ou Geolingüística, método de estudo dialectológico através do qual se apresentam as variantes lingüísticas de áreas geográficas, surgiu entre fins do século XIX e início do século XX, tendo como berço o continente europeu. Sua primeira manifestação ocorreu na Alemanha com Georg Wenker, que publicou, em 1881, um fascículo — contendo seis mapas fonéticos sintéticos — de um ensaio sobre sua pesquisa por correspondência feita em 30 000 pontos da área de fala alemã. Apesar de o estudo não confirmar as idéias de Wenker sobre a unidade dialetal, serviu para comprovar a eficácia do método cartográfico na visualização dos fenômenos lingüísticos de uma região.

Outros atlas seguiram-se ao de Wenker; no entanto, só com Jules Gilliéron a cartografia foi efetivamente inaugurada, ganhando destaque e firmando-se no cenário de estudos lingüísticos. Gilliéron, que já havia publicado em 1880 o *Petit Atlas phonétique du Valais roman*, deu início ao *Atlas Linguistique de la France*, em agosto de 1897. Seu objetivo era realizar um atlas lingüístico de todo o território francês, com base num material homogêneo recolhido, de forma neutra, mediante pesquisa direta por uma única pessoa. Para alcançar esse fim, contou com o auxílio de Edmond Edmont, um comerciante da cidade de Saint-Pol que havia elaborado um trabalho sobre o léxico de sua cidade e que demonstrava excelente capacidade de percepção sobre questões fonéticas. Ele entrevistou mais de 720 sujeitos em 639 localidades francesas e obteve mais de 1 milhão de respostas, publicadas em 36 fascículos com um total de 1920 mapas entre 1902 a 1910. Mais tarde, editaram-se um suplemento sobre a Córsega, com 799 mapas (em 1914 e 1915) e materiais recolhidos por Edmont fora do questionário (1920).

Além de ter sido o nascedouro da geografia lingüística, a Europa mantém-se até os dias atuais como o local de maior desenvolvimento dessa disciplina. Lá, foram produzidos os primeiros grandes atlas, os atlas regionais mais elaborados e, atualmente, as grandes empreitadas, como o *Atlas Linguarum Europae* – ALE- (que abarca todo o continente europeu) e o *Atlas Linguistique Roman* –ALiR- (que abrange a família das línguas românicas). Tanto o ALE, quanto o ALiR são atlas de caráter mais amplo, visto que são plurilíngües, pluriculturais. Em função disso, contam com

equipes bastante numerosas, formadas por especialistas renomados. Trata-se de atlas interpretativos, por isso não foram realizadas investigações específicas; as bases para elaboração das cartas partiram, em grande maioria, de dados de atlas nacionais e regionais precedentes. ALE e ALiR são atlas denominados motivacionais, isto é, cuja finalidade é agrupar as palavras por sua motivação, separá-las de acordo com o sentido de suas formas anteriores.

Apesar das grandes inovações no âmbito da abrangência e do modo de análise dos dados, os atlas lingüísticos europeus ulteriores ao ALF mantiveram o cunho eminentemente diatópico, ou seja, buscavam constatar as variações lingüísticas distribuídas em determinado território. Em decorrência disso, variáveis sociais não eram controladas e, muito menos, mencionadas nas cartas.

Contudo, isso não significa que não se tenham estabelecido, nos atlas mais tradicionais, critérios para a seleção de informantes. Os inquéritos eram sempre realizados com pessoas que apresentavam determinado perfil que se queria registrar: por exemplo, quando se almejava a execução de um estudo etnográfico, era preciso abordar falantes que tivessem determinado tipo de conhecimento. Porém, os informantes não eram distribuídos por faixas etárias, culturais ou por gênero. Em geral, em cada ponto de inquérito, havia um falante principal e um ou mais secundários (que serviam para complementar os dados obtidos com o primeiro informante). O informante padrão da dialectologia tradicional era o chamado *haras*, isto é, homem, adulto, rural, analfabeto e sedentário, e, na maior parte dos casos, pertencia a uma mesma faixa etária que, por muitas vezes, era bem extensa (de 30 a 60 anos).

Na geografia lingüística tradicional buscava-se, ao entrevistar apenas um indivíduo em cada localidade, o princípio da unidade na variedade. Ou seja, acreditava-se que, registrando-se a fala de uma pessoa de determinada comunidade lingüística, se conseguiria saber, de modo aproximado, como se comportavam lingüisticamente os componentes daquela região e de suas adjacências.

No entanto, a partir da década de 1960, momento em que a Sociolingüística se firma como ciência da linguagem, começa-se a investir na adaptação dos estudos dialectológicos aos preceitos metodológicos dessa linha teórica. Passa a haver, por parte de alguns dialectólogos, um crescente interesse em verificar não só as variações horizontais, mas também as verticais.

A questão, contudo, tem suscitado polêmica ao longo dos anos. Há os que, como BLANCH (1978: 40), acreditam no sucesso dessa união:

Se a dialectologia tem como finalidade geral o estudo das falas, deverá tratar tanto das suas variedades regionais como das sociais, tanto do eixo horizontal como do vertical.¹²

Outros lingüistas, embora creiam na produtividade do emprego conjunto das perspectivas de ambas as áreas de estudo lingüístico, defendem a adoção do ideal geolingüístico original, isto é, a captação das variantes do ponto de vista espacial. Na França, por exemplo, em que houve um grande desenvolvimento da geolingüística, não houve interesse em aplicar os princípios da sociolingüística a essa área. GONZÁLEZ (2007) afirma que isso se deve ao fato de ser “difícil sustentar teoricamente o tratamento sociolingüístico dos atlas, em que quase nunca se opera com amostras suficientemente representativas”.

Em solo americano, pode-se dizer que, mais do que uma alternativa, a adoção dos preceitos sociolingüísticos em trabalhos geolingüísticos tornou-se uma necessidade. Os atlas da América foram realizados com uma metodologia bastante peculiar, que procurava, por uma questão de adaptação ao local, adequar os preceitos europeus à realidade lingüística e sócio-cultural regional.

O LANE distingue-se por nele se fazer um controle sistemático das variáveis escolaridade e faixa etária. Os informantes são agrupados consoante três níveis de instrução: i) pouca educação formal, pouca leitura e pouco contato social; ii) educação formal mediana, maior contato com a leitura; iii) educação formal superior, bastante leitura e contato social diversificado. Com relação à faixa etária, separaram-se os idosos (em geral, com mais de 70 anos) das pessoas de meia idade ou mais jovens.

Apesar de seu pioneirismo em relação ao estabelecimento de critérios para seleção de informante, esse atlas foi alvo de críticas, principalmente, da socióloga PICKFORD (1956). A estudiosa levanta-se contra o LANE, argumentando que a coleta de dados havia sido feita de modo a não contemplar o estágio atual da complexidade sociolingüística americana. Pickford lembra que, ao focar as pessoas mais velhas, os resultados refletiriam dados arcaicos. Ela afirma que os dados para

¹² “Si la dialectologia tiene como finalidad general el estudio de *hablas*, deberá atender tanto a sus variedades regionales como a las sociales, tanto al eje horizontal como al vertical.”

terem validade deveriam considerar aspectos como sexo, grupo racial, classe social, religião, entre outros.

WINKELMANN (1996: 343) lembra que “no começo dos anos oitenta, se generaliza dentro da geolingüística a opinião de que uma análise unidimensional e estritamente diatópica não é suficiente para explicar a variação lingüística observada.”¹³

Os estudos geolingüísticos mais modernos têm tratado de incorporar variáveis verticais à análise horizontal. Destarte, os atlas lingüísticos têm atentado para a proposta de RADTKE & THUN (1996) de desenvolver uma dialectologia não só rural, mas também urbana, que leve em conta o parâmetro diassexual e diafásico.

Peter Trudgill, em *Linguistic change and diffusion; description and explanation* (1984), também propõe que se adotem, nas descrições dialetais, alguns preceitos sociolingüísticos além dos geográficos.

Cumpre ressaltar que as pesquisas americanas, como já foi dito no capítulo anterior, se orientam a partir dessa dialectologia social, apregoada por Trudgill, e, por isso, levam em conta a variação entre pessoas dos dois sexos, de faixas etárias distintas e de diferentes classes sociais e níveis culturais. Isso é justificado por CONTINI (2002: 6), pela “situação particular das diferentes regiões do continente, dominado por importantes movimentos migratórios internos, notadamente nas grandes cidades, e pelas diferentes situações de bilingüismo dado o contato entre falas românicas e as línguas ameríndias ainda muito vivas”¹⁴. Esse geolingüista assinala também a necessidade de um número elevado de informantes em cada local para dar conta de uma variação às vezes multidimensional e relacional, no caso das Américas.

O grande problema em considerar tantas variáveis é dar conta de todas elas na representação cartográfica dos dados. A observação dos mapas de trabalhos dessa natureza, de acordo com CONTINI (2002:6) torna-se, comumente, bem complexa e

¹³ “ A comienzos de los años ochenta, se generaliza dentro de la geolingüística a opinión de que un análisis unidimensional y estrictamente diatópica nos es suficiente para explicar la variación lingüística observada.”

¹⁴ “la situation particulière des différentes régions du Continent, dominée par d’importants mouvements migratoires internes, notamment vers les grandes villes, et par différentes situations de bilinguisme dues au contact des parlers romans avec les langues amérindiennes encore très vivantes.”

“pode surpreender o dialectólogo europeu habituado, salvo raras exceções, a levar em conta só a dimensão diatópica”¹⁵.

Os diversos tipos de mapas presentes nos atlas lingüísticos podem, de acordo com GONZÁLEZ (2007), ser classificados a partir de quatro critérios: a) segundo o sentido através do qual se percebe a informação (mapas sonoros, visuais e mistos); b) segundo o sistema de representação dos dados (de transcrição fonética, de transcrição ortográfica, que é o caso, sobretudo, dos mapas lexicais e sintáticos, e de isoglossas, linhas que delimitam fenômenos lingüísticos em áreas geográficas); c) segundo o grau de elaboração (pontuais ou elaborados); d) segundo o tipo de fenômenos de que trate (fonéticos e fonológicos, prosódicos, morfológicos, sintáticos, onomasiológicos, semasiológicos, motivacionais e culturais).

As cartas pontuais são aquelas que registram fielmente as formas; já as elaboradas são as que requerem algum tipo de sistematização ou estudo do material representado. Esse último tipo de carta pode ainda ser subdividido em interpretativo e sintético. As cartas interpretativas são geradas a partir da união de várias formas numa única representação. As sintéticas apresentam resultados que resumem os dados mostrados em vários mapas.

Cumprido ressaltar a diferença entre as cartas onomasiológicas e as semasiológicas. Estas aduzem os vários significados de uma palavra através do espaço; ao passo que aquela representa as diversas denominações de um objeto ou de um conceito. As cartas motivacionais objetivam “descobrir os mecanismos que funcionaram ou funcionam no momento de criar um termo para designar algo, ou bem esclarecer determinados elementos antigos que tiveram vigência na história antropológica dos povos, daqueles de que hoje já não temos consciência”.¹⁶ Os mapas culturais mostram a amplitude geográfica de algum item da cultural material ou espiritual.

Para o MicroAFERJ, foram confeccionados 306 mapas visuais, pontuais e fonético-fonológicas.

¹⁵ “peu surprendre le dialectologue européen habitué, sauf de rares exceptions, à la prise en compte de la seule dimension diatopique”. Ibidem, pág. 6

¹⁶ “descubrir os mecanismos que funcionaram ou funcionam no momento de criar um termo para designar algo, ou bem esclarecer determinados elementos antigos que tiveram vigência na história antropológica dos povos, dos que hoje já não temos consciência.” GONZÁLEZ (2007:57)

Os parâmetros metodológicos que nortearam a elaboração do presente estudo foram definidos com base nos pressupostos tradicionais da Geolingüística e nas reflexões feitas pelos autores supracitados.

4.2. Metodologia

4.2.1. Pontos de inquérito

Os resultados de um atlas dependem fundamentalmente da rede de pontos de inquérito traçada, logo, é necessário ter muita cautela no momento de determinar os locais para aplicação da pesquisa. Nas *Bases para elaboração do Atlas Lingüístico do Brasil*, de 1958, NASCENTES salienta que as localidades-alvo devem ser fixadas em meio a regiões características com relação ao tipo de linguagem. No entanto, quando não se dispõe de dados dessa natureza, devem-se levar em consideração aspectos históricos, geográficos, demográficos e sócio-econômicos, como alertam BRANDÃO (1991), FERREIRA & CARDOSO (1994) e BRANDÃO & MORAES (1995).

Os locais de recolha de dados desta pesquisa foram eleitos com base nos preceitos da Geolingüística. Conciliando o critério histórico — segundo o qual as regiões selecionadas para um atlas lingüístico devem ser as de povoamento mais antigo — e o geográfico — de acordo com o qual os pontos de inquérito devem obedecer a sua distribuição no espaço—, procuraram-se regiões que tivessem sua fundação entre os séculos XVI e XIX e que, ao mesmo tempo, demarcassem os limites do Estado com o oceano, São Paulo, Espírito Santo ou Minas Gerais. Instituíram-se, assim, cinco pontos no litoral — São Francisco de Itabapoana, Quissamã, Cabo Frio, Itaguaí, Parati — e sete pontos no interior — Porciúncula, Santa Maria Madalena, Cantagalo, Cachoeiras de Macacu, Valença, Três Rios e Resende.

Atentou-se, outrossim, para a divisão do Estado em microrregiões geográficas, de modo a contemplar um ou dois municípios em cada uma delas. Selecionaram-se então: São Francisco de Itabapoana e Quissamã na Região Norte Fluminense, Porciúncula na Região Noroeste Fluminense, Cantagalo e Santa Maria Madalena na

Região Serrana, Cabo Frio e Cachoeiras de Macacu na Região das Baixadas Litorâneas, Três Rios e Resende na Região Centro-Sul Fluminense, Itaguaí na Região Metropolitana, Valença na Região do Médio Paraíba e Parati na Região da Baía da Ilha Grande. (Cf. *Anexo 4*)

Levou-se ainda em consideração a proposta feita por TRUDGILL (1984), segundo a qual para que se tenha uma melhor noção da abrangência e da distribuição geográficas dos fenômenos lingüísticos, é preciso dividir o espaço analisado em um número de áreas cuidadosamente estabelecidas. No capítulo 3 de *On dialect*, o autor mostra como exemplo o trabalho de um geógrafo suíço, e demonstra como a área pode ser dividida em células hexagonais. Baseando-se nesse raciocínio, tentou-se, distribuir os pontos de inquérito desta pesquisa de modo a formar amplas células triangulares no território do Estado do Rio de Janeiro. (Cf. *Anexo 5*)

Da mesma forma que a maioria dos atlas regionais, o MicroAFERJ procurou observar as indicações feitas por NASCENTES (1958). Nessa obra, o autor sugere que, no Estado do Rio de Janeiro, o estudo seja feito em 39 municípios¹⁷: *Niterói*, ***São Sebastião de Itabapuna***¹⁸, *São Francisco de Paula*, *São João da Barra*, *Campos*, *Macaé*, *Capivari*, ***Cabo Frio***, *Squarema*, *Marica*, *Rio Bonito*, *Itaboraí*, ***Santa Ana de Japuíba***¹⁹, *Magé*, *Iguaçu*, ***Itaguaí***, *Mangaratiba*, *Angra dos Reis*, ***Parati***, *Ilha Grande*, *Engenheiro Passos*, ***Resende***, *Barra Mansa*, *Bananal*, *Piraí*, *Barra do Piraí*, ***Valença***, *Paraíba do Sul*, *Vassouras*, *Petrópolis*, *Teresópolis*, ***Três Rios***, *Sapucaia*, ***Cantagalo***, ***Santa Maria Madalena***, *Itaocara*, *Santo Antônio de Pádua*, *Itaperuna* e *São Fideli*²⁰. Dos doze pontos do MicroAFERJ, apenas Porciúncula e Quissamã não têm o nome citado na lista de Antenor Nascentes, todavia, até 1947, esses municípios não eram emancipados e pertenciam a Itaperuna e a Macaé, respectivamente, cidades arroladas por esse autor.

Os pontos de inquérito, que, inicialmente eram dez, foram numerados em ordem crescente do norte para o sul do Estado. Por ocasião do exame de qualificação desta pesquisa, o Professor Doutor Antônio João de Moraes sugeriu que fossem acrescentadas mais duas localidades, Quissamã e Resende. Como, a essa altura, o programa computacional criado para cartografia dos dados já estava pronto, não foi

¹⁷ Os pontos do MicroAFERJ encontram-se em negrito.

¹⁸ Essa região corresponde hoje à área de São Francisco do Itabapoana.

¹⁹ A freguesia de Santa Ana de Japuíba localiza-se em Cachoeiras de Macacu.

²⁰ Manteve-se aqui a forma de escrita que consta do original da obra mencionada.

possível renumerar os pontos, optou-se, então, por identificar os novos locais pesquisados com os números 11, para Quissamã, e 12, para Resende.

Em cada município, elegeram-se para aplicação do questionário os distritos menos urbanizados e mais afastados dos centros, uma vez que ali seria mais fácil encontrar informantes com o grau de escolaridade desejado e, a princípio, menos influenciados por outras normas regionais. No entanto, em quatro pontos — Santa Maria Madalena, Cabo Frio, Parati e Três Rios —, não foi necessário sair do distrito-sede para localizar pessoas com esse perfil.

O presente estudo, em função de seu caráter individual, do tempo que lhe foi imposto e de seu elevado custo, não pôde abraçar uma rede de pontos mais ampla. Contudo, crê-se que ele constituirá, por seu ineditismo, um valioso contributo ao conhecimento dos falares do Estado do Rio de Janeiro. Pretende-se, outrossim, após a conclusão deste micro atlas, dar prosseguimento à pesquisa, expandido sua área de aplicação.

A recolha de dados foi feita *in loco* pela própria pesquisadora em todas as localidades-alvo, sendo iniciada em fins de janeiro de 2005 e foi concluída em setembro de 2006. Em cada cidade, permanecia-se por três ou quatro dias, tempo no qual, procuravam-se os informantes, realizavam-se as entrevistas e visitavam-se as bibliotecas públicas em busca de material sobre a História da região.

Com base nos dados históricos e sócio-econômicos recolhidos, apresenta-se a seguir um breve perfil de cada município focalizado neste estudo, indicando-se, entre colchetes, o número que o simboliza nos mapas. Outras informações, como coordenadas geográficas, população e área, foram colhidas e são relatadas na ficha da localidade que consta do volume II deste atlas.

4.2.1.1. *São Francisco de Itabapoana [1]*

A lei 2.379/95, publicada no Diário Oficial em 19 de janeiro de 1995, criou o Município de São Francisco de Itabapoana, cujo território integrava, até então, o Município de São João da Barra. A emancipação fora aprovada pela população local em plebiscito realizado no ano anterior.

Muito antes de ser parte de São João da Barra, a região pertenceu à Capitania de Paraíba do Sul ou São Tomé, concedida a Pero de Góis pelo rei D.João III, em

1536. Dois anos depois, o explorador fundou, com o auxílio de familiares e alguns colonos, uma pequena povoação cognominada Vila da Rainha, onde foram feitas as primeiras plantações de cana-de-açúcar do Estado do Rio de Janeiro. O vilarejo foi erguido nas imediações do atual distrito de Barra de Itabapoana, o que fez dessa localidade a primeira, no território fluminense, a acolher colonizadores portugueses. Esse fato fundamentou a escolha dessa localidade como ponto de inquérito do MicroAFERJ.

Pero de Góis buscou contar com a colaboração dos índios goitacás, outrora os únicos habitantes da localidade. Todavia, a tentativa fracassou. Cruentos conflitos resultaram no abandono do espaço, que só voltaria a abrigar casebres em meados do século XVIII. Em outros pontos das terras que, hoje, formam o Município de São Francisco de Itabapoana, surgiram fazendas a partir do século XVII. O sargento-mor João Velho Pinto era responsável por conferir caráter oficial às posses pleiteadas pelos ocupantes.

Nessa época, Gil de Góis da Silveira, filho do pioneiro desbravador, já havia renunciado à propriedade hereditária da capitania, que ficou sem dono por algumas décadas. Em 1674, foi ela entregue, por decisão régia, à família Correia de Sá, a qual se envolveu em sucessivas contendas com os moradores. Em 1753, a área foi vendida e incorporada à Capitania do Espírito Santo, permanecendo sob seu domínio até 1832, quando passou a fazer parte da Província do Rio de Janeiro.

No século XIX, eram os fazendeiros detentores de grande poder na Freguesia de São Francisco de Paula, correspondente ao atual Município de São Francisco de Itabapoana. Em seus engenhos de açúcar, o labor do negro escravo garantia a produção. Mesmo após a instituição da lei Euzébio de Queiroz, que proibia o tráfico negreiro, algumas praias desertas, espalhadas pelos 62 quilômetros de litoral sanfranciscano, continuavam sendo um receptáculo de escravos. Por muito tempo, a economia da área baseou-se na monocultura de cana.

O município mantém-se como um dos principais produtores de cana-de-açúcar do Rio de Janeiro, além de ter alcançado o primeiro lugar do estado no cultivo de abacaxi e maracujá. O atual panorama econômico, porém, não revela indícios de prosperidade. A pesca, notadamente em localidades como Guaxindiba, Barra de Itabapoana e Gargaú, já teve dias melhores. O turismo ainda é muito incipiente,

apesar da beleza de praias como a Lagoa Doce, dotada de exuberantes falésias. E a produção de farinha de mandioca, tão importante no passado, tornou-se irrisória.

A Fábrica Tipity representou, na década de 40, uma grande esperança de crescimento para a região. Chegou a atingir a marca de 21.280 sacas de farinha de mandioca mensais, afora ter apoiado a construção de estradas e outras melhorias. Costuma-se atribuir a derrocada e o conseqüente fechamento da Tipity a procedimentos errôneos do Ministério da Agricultura.

Com o fim da solitária possibilidade de avanço, reinaram o êxodo e o atraso. Até 1976, só havia escolas primárias no “Sertão”, como era conhecida a fatia setentrional do município de São João da Barra. O primeiro posto de saúde foi levantado em 1977. Saneamento, água encanada e luz elétrica satisfatória também foram conquistas um tanto tardias.

A emancipação deu impulso à nova cidade, que, no entanto, permanece marcada pela precariedade. A população ocupa um território de 1.115 km², em que predominam vastas planícies cortadas por rios e pontilhadas de lagoas e brejos. Além do distrito central, há os de Barra de Itabapoana e Maniva. O município está inserido na Microrregião do Norte Fluminense. Faz divisa, ao norte, com o estado do Espírito Santo; ao sul, com São João da Barra; a leste, com o Oceano Atlântico e, a oeste, com Campos dos Goytacazes. Residem, na cidade, 41.046 pessoas, população exígua se comparada à da vizinha Campos. O início da ocupação do lugar remonta, como já se disse, a meados do século XVI, e é válido acrescentar que, antes disso, uma expedição comandada por Gaspar de Lemos percorrerá o litoral sanfranciscano.

O padroeiro da cidade é São Francisco de Paula, que dá nome à mais conhecida igreja local, erigida em 1856 e reconstruída em 1951. Nos seus arredores comemora-se, no dia 2 de abril de cada ano – feriado municipal –, a festa do padroeiro. Outra relevante festividade religiosa de São Francisco de Itabapoana – de Guaxindiba, mais precisamente – é a que se dedica a Nossa Senhora dos Navegantes, no dia 2 de fevereiro.

4.2.1.2. Porciúncula [2]

Encravada na Microrregião do Noroeste Fluminense, Porciúncula ladeia, para além de dois municípios de seu Estado (Natividade e Varre-Sai), terras do Espírito Santo e de Minas Gerais. Trata-se, pois, de ponto imprescindível a estudos dialectológicos realizados no Estado do Rio de Janeiro.

Coube a José de Lannes Dantas Brandão a formação do primeiro povoado na região, a partir de 1821. O explorador, foragido do Rio de Janeiro, onde tivera desavenças com autoridades militares a que servia, erigiu ali a Fazenda São José, na qual passou a morar com familiares. Embora tenha sido encontrado pelas forças governamentais, não foi detido; acabou sendo premiado com o título de Guarda-mor, por conta dos serviços prestados às zonas inóspitas que, a custo de esforço pessoal, desenvolvera.

Em 1845, José de Lannes ergueu uma capela, base para a fundação do Arraial de Santo Antônio de Carangola. Até a sua morte, sete anos mais tarde, continuou Lannes a explorar minério naquela área, bem como a praticar o cultivo agrícola. A terra fértil atraía cada vez mais fazendeiros e imigrantes. A população e a economia locais cresciam paulatinamente.

No final da década de 1870, a estrada de ferro chegou às imediações de Santo Antônio de Carangola. Nessa mesma época — em 27 de novembro de 1879, mais precisamente —, o lugarejo foi elevado à categoria de freguesia, vinculada ao Município de Campos dos Goytacazes. Poucos anos depois, já estava convertida em distrito de Itaperuna, situação que perdurou até 1935, quando, com o nome de Santo Antônio de Porciúncula — vigente desde 1926 —, passou a ser sede de subprefeitura. Esta foi dirigida, inicialmente, por Eloy Vieira Lannes, bisneto do pioneiro desbravador. O último degrau dessa escada administrativa foi galgado em 1947, no qual se deu a criação do Município de Porciúncula, antigo anseio dos habitantes da localidade.

O nome da cidade é uma homenagem a José Tomaz de Porciúncula, presidente do Estado do Rio de Janeiro no fim do século XIX. A razão do preito foi o fato de o político ter determinado a construção de uma estação ferroviária no centro de Porciúncula, após seguidos protestos dos moradores. Hoje desativada, a velha estação abriga o Centro Cultural Edésio Barbosa. Outra edificação assaz representativa da história porciunculense é o do Fórum, onde decênios atrás funcionou o Grupo Escolar Orlindo Veiga, o primeiro do então Município de Itaperuna.

A economia de Porciúncula estriba-se, atualmente, na pecuária e no comércio. Apesar da pacata atmosfera de pequena urbe interiorana, a cidade não escapou da ocupação desordenada das encostas de seus morros, traço típico das regiões metropolitanas.

O município é composto de três distritos — o distrito-sede, Santa Clara e Purilândia. Neste, foram aplicados os seis questionários deste estudo. Trata-se de um lugar sobremodo tranqüilo, a 16 quilômetros do distrito-sede. Lugar onde todo o povo escuta as badaladas do sino da igreja; onde se pode chamar pelo nome a qualquer transeunte; onde as crianças brincam livremente, com uma paz que provoca inveja nos filhos da cidade grande.

4.2.1.3. Santa Maria Madalena [3]

Dos doze municípios visitados no transcurso da pesquisa, Santa Maria Madalena é o que apresenta a maior altitude: 615 metros. Montanhas e numerosas quedas d'água caracterizam o relevo. Dentre as cidades que compõem a Microrregião Serrana, Santa Maria Madalena é uma das que mais cedo se formaram. Datam de 1835 as primeiras incursões documentadas em solo madalenense, efetuadas pelo mascate Manoel Teixeira Portugal.

O precursor não se fixou nessas terras, rumando para o interior. O próximo a penetrar no território que hoje corresponde ao Município de Santa Maria Madalena foi José Vicente, provavelmente um perseguidor de escravos, o qual conferiu o nome de Santíssimo ao local em que se instalou. Anos depois, o padre Francisco Xavier Frouthé, descendente dos suíços que colonizaram Nova Friburgo, aportou na região, em busca de almas que pudesse salvar. Sua espingarda alemã despertou interesse em José Vicente, que sugeriu sua troca pelo território do mapa fluminense por ele desbravado.

O padre aceitou. Tempos depois, doou sua propriedade, a fim de que nela fosse levantada uma capela dedicada a Santa Maria Madalena, que o teria curado de uma moléstia nos olhos. A santa proveu o nome do novo Curato, pertencente à Freguesia de São Francisco de Paula, município de Cantagalo.

A progressão administrativa de Santa Maria Madalena foi um tanto veloz, se comparada à de outros municípios do Estado do Rio de Janeiro: em 1855, tornou-se freguesia, ainda atrelada a Cantagalo; em 1861, emancipou-se, conquista creditada, em parte, ao empenho do Coronel Braz Fernandez Carneiro Viana, que, hoje, empresta seu nome à praça que abriga a prefeitura e a câmara de vereadores da cidade.

Como em várias outras localidades do Estado do Rio de Janeiro, também em Santa Maria Madalena a cultura cafeeira experimentou uma fase áurea. Em 1883, havia cerca de 13 mil escravos na cidade, mais que os 10.850 habitantes do censo de 1991. A abolição decretou o declínio do café e gerou incontrolável êxodo.

Em 1892, foi inaugurada a imponente Igreja Matriz de Santa Maria Madalena, de 52 metros de altura. Em seu entorno, está a Praça Frouthé. O vale sobre o qual se fincam tais construções é a paragem à qual teria chegado Manoel Teixeira Portugal, em suas andanças exploratórias. Na praça, hoje, há dois quiosques, rodeados por simples mas aconchegantes mesinhas. Tais estabelecimentos, que vendem pizzas, refrigerantes e outros gêneros alimentícios, constituem a principal opção para aqueles que, à noite, procuram um lugar para recobrem suas forças — os poucos restaurantes da pacata cidade, na sua maioria, só servem almoço.

Excetuando-se as ocasiões em que conhecidos artistas realizam shows musicais ao ar livre, a cidade é deveras silenciosa. Por certo, essa virtude é um legado das antigas gerações, como se pode constatar por meio da leitura do artigo 124 do Código de Posturas de Santa Maria Madalena, datado de 1897: “Não são permitidos aos quitandeiros, os gritos descomedidos, a pretexto de apregoarem os gêneros que vendem”. (CAMARA MUNICIPAL DE SANTA MARIA MADALENA, 1897)

A título de curiosidade, vale o registro de que, nas duas últimas décadas, a cidade se tornou famosa por conta da comediante Dercy Gonçalves, que lá nasceu e mandou construir, em 1991, na entrada do cemitério, o seu futuro mausoléu. Essa edificação e o museu que leva seu nome tornaram-se parte do roteiro turístico da cidade. Outra curiosidade é o fato de o primeiro divórcio do Brasil ter ocorrido em Santa Maria Madalena, mais precisamente no Distrito de Sossego do Imbé, em agosto de 1916. Nos dias atuais, o mencionado distrito chama-se apenas Sossego, e é um dos seis que integram o município. Os outros cinco são o distrito-sede, Triunfo, Santo Antônio do Imbé, Doutor Loreti e Renascença.

Ultimamente, o turismo tem sido incrementado pela popularidade da referida comediante e pelas belezas do Parque Estadual do Desengano. Inclusive, um dos hotéis recém-inaugurados – o Girassóis da Serra –, em frente à antiga estação ferroviária (hoje funcionado como Casa da Cultura) – foi instalado na bela casa construída, em inícios do século XX, para residência do Engenheiro Chefe das obras de construção da ferrovia, agora desativada. Também uma das famílias tradicionais da área – Verbicaro – pôs em funcionamento em 2007 uma bem equipada pousada.

4.2.1.4. Cabo Frio [4]

Mesmo com a emancipação de Arraial do Cabo e Armação de Búzios, nos últimos anos, a cidade de Cabo Frio, a mais populosa da Microrregião das Baixadas Litorâneas, continua sendo um dos pólos turísticos mais visitados do Estado. O desordenado crescimento, a favelização e a poluição maculam a visão que se tinha de Cabo Frio há algumas décadas — um paraíso de águas cristalinas e cotidiano tranqüilo —, mas não suprimem a perfeita combinação do sol com a beleza colossal de suas praias.

Além do elemento natural, o componente histórico faz de Cabo Frio um local capaz de gerar aguçado interesse, visto que, em 1504, foi ali erigida a primeira feitoria do Brasil, por obra de Américo Vespúcio.

Iniciava-se, assim, a exploração da região. A nau Bretoa, comandada por Fernão de Noronha, extraiu de Cabo Frio e levou para Portugal, em 1511, 5.000 toros de pau-brasil. Várias outras expedições portuguesas deram prosseguimento à atividade exploratória. As constantes aparições dos navegantes lusos, todavia, não impediam que o território cabo-friense fosse penetrado por aventureiros de outras nacionalidades, notadamente franceses, os quais, por sinal, demonstraram mais habilidade no tratamento dado aos índios tamoios, tornando-os seus aliados.

Desafiados, os portugueses se entregaram a lutas cruentas, que culminaram com o massacre dos indígenas e a expulsão dos invasores, em 1575. Quando, séculos mais tarde, iniciou-se a construção de salinas no local onde se deu o funesto episódio, foram encontradas ossadas de índios mortos na batalha.

A dura ação das forças portuguesas teve, entretanto, efeito apenas paliativo. Poucos anos depois, naus holandesas já aportavam no litoral cabo-friense. O então

governador geral, Gaspar de Souza, decidiu enviar àquelas terras o capitão-mor Constantino de Menelau, que foi bem-sucedido em sua missão de derrotar e afugentar os inimigos estrangeiros.

A vitória teve como consequência a fundação da Vila de Santa Helena, em 13 de novembro de 1615. Um ano depois, alterou-se o nome da vila para Nossa Senhora D`Assunção de Cabo Frio. A Igreja Nossa Senhora D`Assunção foi levantada na mesma época e é, hoje, um dos monumentos históricos mais interessantes da região.

No princípio do século XVIII, a economia da cidade passou a depender da pesca, pois já não se encontrava pau-brasil com facilidade. O século XIX marcou o surgimento das primeiras salinas, que se multiplicaram nas décadas seguintes. O sal representou, para Cabo Frio, a possibilidade de evoluir economicamente sem estragar a comunhão com o meio físico. A maior parte das salinas hoje desativadas foram tombadas pelo INEPAC como Patrimônio Cultural do Estado do Rio de Janeiro.

A Rodovia Amaral Peixoto impulsionou a construção de casas de veraneio e incrementou o turismo. A Via Lagos, anos depois, facilitou ainda mais o trânsito com a capital do estado.

Em alguns dos bairros mais desfavorecidos da cidade, como Cajueiro e Siqueira, encontraram-se as pessoas que serviram de informante.

4.2.1.5. Cantagalo [5]

A condição de pioneiro núcleo populacional da Microrregião Serrana, ostentada pelo município de Cantagalo, ratifica a adequação de sua escolha como ponto de inquérito desta pesquisa. Durante muito tempo, atribuiu-se a Nova Friburgo, que se tornou vila em 1820, semelhante primazia, devido ao equívoco de se calcular a idade de Cantagalo a partir da data de sua elevação à categoria de cidade, em 1857, relegando-se a fundação da vila, que remonta aos idos de 1814, ao esquecimento. Como o rótulo de cidade foi, até 1929, um mero indicador de *status* — as vilas gozavam, igualmente, de autonomia político-administrativa, embora constituíssem povoações menores —, conclui-se que, de fato, a formação de Cantagalo antecede a dos outros municípios que integram a sua Microrregião.

Afora a antigüidade, a localização concorre para que a cidade seja um relevante vértice dos triângulos delineados por este Atlas, já que faz fronteira com o

Estado de Minas Gerais e com vários municípios fluminenses, muitos deles antigas freguesias de Cantagalo.

O processo de desmembramento de Carmo, Itaocara, São Sebastião do Alto, Bom Jardim e Duas Barras acelerou-se no fim do século XIX, quando um surto de febre amarela acentuou a crise por que passava a cidade, decorrência do esgotamento das terras do café e da abolição dos escravos. A lavoura cafeeira fora grande instrumento do progresso de Cantagalo, inclusive de seu burgo, que sempre dependeu da economia agrária. O clima e a altitude locais revelavam-se ideais para cultivo da rubiácea.

Antes do café, Cantagalo despertava o interesse de aventureiros — como Manuel Henriques, conhecido como “Mão de Luva” — por conta do ouro que havia em suas terras. A atividade mineradora, que se iniciou na segunda metade do século XVIII em solo cantagalense, coincidiu com o declínio de Vila Rica e acendeu a cobiça de autoridades políticas, como o governador de Minas, Luís da Cunha Menezes. No começo do século XIX, todavia, as terras já se encontravam exauridas, o que desencadeou o êxodo populacional e uma preocupante ausência de perspectivas, revertidos somente quando o café reconduziu o lugar à rota da prosperidade.

Porém, como já se disse, os cafezais também tiveram seu ocaso, e a cidade voltou a ficar desprovida de rumo. No século XX, enquanto Nova Friburgo – cujo território outrora pertencera à vila de São Pedro de Cantagalo, recebeu fluxos migratórios, tornou-se cidade de porte médio e aprimorou sua vocação turística –, Cantagalo cresceu a passos lentos.

Hoje, o setor industrial é o mais importante da economia cantagalense. Há três fábricas de cimento de grande porte na cidade. Nos distritos de São Sebastião do Paraíba e Boa Sorte, a agropecuária é bem desenvolvida. Santa Rita da Floresta, localidade onde foi aplicado o questionário, é mais residencial. Sentar-se num dos bancos de sua sossegada pracinha central e observar o brando ritmo de seu cotidiano é um passatempo capaz de operar deleitantes viagens no tempo. Algumas gravações foram feitas nessa praça, e uma maritaca foi responsável pelo único ruído capaz de incomodá-las.

As mais antigas informações a respeito do Município de Cachoeiras de Macacu, componente da Microrregião das Baixadas Litorâneas, vêm de 1567, quando o escrivão Miguel de Moura ganhou uma sesmária cortada pelo Rio Macacu. Quatro anos depois, as terras foram doadas a padres jesuítas, que, em seguida, as repassaram às mãos de Manoel Fernandes Ozouro. Este levantou uma capela dedicada à devoção de Santo Antônio, base para a formação de um núcleo agrícola denominado Santo Antônio de Caceribu.

A fertilidade da terra fomentou o plantio de cana-de-açúcar, milho, e mandioca. O progresso gerado pela grande produção e exportação desses itens alçou o povoado, em 1679, à condição de vila, que recebeu o nome de Santo Antônio de Sá.

O crescimento do local foi contínuo até 1831, ano em que uma moléstia epidêmica, conhecida como Febre de Macacu, começou a dizimar sua população. Antes uma localidade em plena ascensão, a vila ficou em estado de completo abandono. Devido à calamidade, a sede do município teve de ser transferida para a Freguesia de Santíssima Trindade de Sant`Anna de Macacu, mais tarde denominada Sant`Ana de Japuiba.

A chegada da malha ferroviária a Cachoeiras de Macacu, na segunda metade do século XIX, proveu-lhe novo ânimo. Os viajantes que desejavam subir até Nova Friburgo usavam Cachoeiras como lugar de transbordo, dando-lhe um movimento jamais visto antes. Em 1930, a desativação do ramal de Cantagalo destituiu o município dessa função, que garantia o sustento direto ou indireto de boa parcela dos habitantes. A essa altura, a sede administrativa já havia sido transferida para o povoado de Cachoeiras de Macacu, nome definitivo do município.

No começo da década de 40, foram distribuídas terras para assentamento de colonos advindos das áreas de citricultura da Baixada Fluminense. Com as novas colônias, a economia do município concentrou-se na agropecuária. Mais recentemente, a indústria moveleira e a de bebidas passaram a desempenhar relevante papel.

O turismo ecológico vem-se desenvolvendo, dada a grande quantidade de atrações naturais, entre as quais se destacam as Cachoeiras de Santo Amaro, dos Três Desejos, das Sete Quedas e de Santo Amaro, a Pedra do Oratório, a Serra de Sant`Ana, a montanha conhecida como Ninho dos Pássaros e a Furna da Onça.

As gravações foram, em sua maioria, realizadas no bairro de Ribeira, em Papucaia. Antes, foram feitas incursões na isolada localidade rural chamada Vecchi, supondo-se que lá se encontrariam informantes. Todavia, o perfil dos habitantes não satisfazia às exigências da pesquisa, visto que eles vinham de outros pontos do Estado, tendo firmado em Vecchi raízes há não mais do que 50 anos.

4.2.1.7. Itaguaí [7]

Situado na Microrregião Metropolitana, o município fica no limiar com a Microrregião da Baía de Ilha Grande. A largada para a colonização das terras de Itaguaí foi dada quando índios da Ilha de Jaguaramenon, sob influência do governador Martim Afonso de Sá, transferiram-se para a de Piaçavera (hoje, Itacuruçá) e, posteriormente, para o continente, entre os rios Itinguçu e Itaguaí.

Os indígenas foram catequizados por jesuítas que se estabeleceram no local e nele edificaram uma igreja. O objetivo original era lançar a semente de uma futura vila, porém os próprios missionários constataram que o terreno da Fazenda Santa Cruz, mais perto do litoral, poderia ser mais apropriado para a formação de uma aldeia. Portanto, para lá partiram os membros da Companhia de Jesus, acompanhados pelos outros moradores do pequeno povoado. Em 1729, os índios, sob a direção dos jesuítas, terminaram de construir, no novo espaço, um templo dedicado a São Francisco Xavier.

Por força da perseguição à ordem jesuítica, promovida pelo Marquês de Pombal, os religiosos foram obrigados a deixar, em 1759, o aldeamento por eles idealizado, que passou a ser propriedade da Coroa. Importante ponto de passagem no transporte comercial da época, Itaguaí foi se desenvolvendo gradativamente, até que, em 1818, virou vila, desvinculando-se de Angra dos Reis. Quatro anos depois, D. Pedro I, a caminho de São Paulo, onde proclamaria a independência do Brasil, pernoitou em Itaguaí, mais precisamente no lugar onde hoje fica a Rua General Bocaiúva.

Nas décadas seguintes, a cafeicultura assumiu o posto de principal fonte de renda para a vila. Já no século XX, o município se destacaria na produção de quiabo, banana, coco e goiaba. O extrativismo mineral (saibro, areia e pedras) também viria se tornar economicamente importante para a região.

Nos anos mais recentes , a instalação, em solo itaguaiense, de empresas como a Nuclep, a Metalmax e, principalmente, o Porto de Sepetiba, fomentou a esperança de uma evolução sócio-econômica para a região, calcada na maior oferta de trabalho e em um possível aumento dos investimentos públicos.

Propositamente, deixou-se a pesca, outra importante atividade de Itaguaí, por último, em virtude de o seu principal ponto na cidade ser a Ilha da Madeira, localidade onde foram feitas as gravações da pesquisa. Os informantes masculinos das faixas 2 e 3 são pescadores e interromperam gentilmente seu serviço para responderem ao questionário. Duas das mulheres entrevistadas, escolhidas ao acaso, são esposas de pescadores, o que indica que a pesca é, de fato, um ponto de referência para o modesto lugar. Modesto, mas muito bonito: a paisagem marinha que se tem da Ilha é capaz de provocar embevecimento, especialmente nos dias ensolarados.

Vale ressaltar que, em Itaguaí, houve certa dificuldade na coleta de materiais concernentes à história do município.

4.2.1.8. Parati [8]

Vizinha da cidade de Angra dos Reis, da qual se desvinculou no remoto ano de 1667, Parati limita-se, ainda, com três municípios paulistas: Cunha, Ubatuba e São José do Barreiro. À antigüidade de sua ocupação — antes de 1590, já havia lá um núcleo de civilização — e à posição-chave nas rotas do ouro e do café, deve-se a inclusão de Parati entre os pontos de inquérito do MicroAFERJ, representando a Microrregião da Baía da Ilha Grande.

Parati mantém com o mar uma relação de grande cumplicidade. Em dias de maré alta, a água invade as ruas como quem adentra a casa de alguém muito próximo. O mar sempre esteve relacionado com o modo de vida da cidade. O escoamento do ouro advindo de Minas, o embarque do café oriundo das fazendas do interior, a pesca, o turismo: quase todas as atividades econômicas que sustentaram Parati ao longo dos séculos basearam-se no contato com o mar.

Antes de os portugueses depararem com as terras paratienses, já a conheciam bem os índios, notadamente os guaianás, responsáveis por grande parte da toponímia da região. Foram os silvícolas que primeiro cruzaram a Serra do Facão para atingirem o Vale do Paraíba, de onde se podia seguir para São Paulo ou Minas Gerais, conforme

o intento. A trilha guaianá foi vastamente utilizada pelos exploradores brancos no transporte das riquezas procedentes de Minas Gerais.

Enquanto o ouro e as pedras preciosas permaneceram desembocando em Parati, a vila viveu tempos de notável prosperidade. No entanto, os perigos que o percurso apresentava, entre eles a enorme quantidade de assaltos e emboscadas, estimulou a criação de outro trajeto, o que excluía Parati do circuito aurífero. O uso do velho caminho chegou mesmo a ser proibido. Em 1715, foi reativado, contudo já não era o preferido. A importância de Parati, por conseguinte, sofreu um decréscimo.

Em virtude do constante fluxo de valiosas cargas e do fácil acesso por via marítima, Parati era freqüentemente atacada por piratas. Para que a cidade ficasse mais protegida, alguns fortes foram erigidos. O Defensor Perpétuo é o único até hoje existente. Nele, atualmente, funciona o Centro de Artes e Tradições Populares de Parati.

Outra medida que visava à autopreservação consistia na construção de sótãos que se abriam no telhado. Desse modo, os moradores podiam vigiar a aproximação de embarcações suspeitas. A ligeira tortuosidade do traçado da cidade representou, outrossim, uma forma de defesa, visto que dificultava a ação dos salteadores.

Com o início do ciclo do café, Parati recuperou o prestígio da época colonial, o que resultou em sua elevação à categoria de cidade, em 1844. O caminho da Serra do Facão reviveu o intenso movimento dos séculos anteriores. Da serra vinha o café, e para lá iam os produtos estrangeiros solicitados pelos ricos barões da serra. A fim de angariar fundos para a conservação da velha estrada, desgastada pela grande afluência de pessoas, foi instituído um pedágio.

No fim do século XIX, uma linha férrea passou a ligar o Vale do Paraíba ao Rio de Janeiro. A novidade beneficiou os produtores do café, mas levou Parati à derrocada e ao abandono. Nas primeiras décadas do século XX, a cidade viveu da pesca, da fabricação de aguardente e do plantio de banana. Mas o chão de pedras, a beleza da costa, o casario antigo, a história de cada esquina, tudo isso continuou em Parati, que acabou se tornando, para turistas de todo o mundo, um destino aprazível e enriquecedor.

O centro histórico, em cujas cercanias o questionário foi aplicado, abriga várias construções importantes, como a Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Remédios, onde se realizam a Festa da Padroeira, a Festa do Divino Espírito Santo e

as cerimônias da Semana Santa. Além dos muitos festejos religiosos, vários festivais e eventos culturais são sediados em Parati.

A importância histórica e cultural da cidade pode ser aquilatada pelo fato de ter sido tombada pelo IPHAN como Patrimônio Histórico Nacional e pelo INEPAC como Bem Cultural do Estado. Além disso, Parati está incluída na Área de Proteção Ambiental de Cairuçu (criada pelo IBAMA), que se estende de Tarituba a Trindade²¹.

4.2.1.9. Valença [9]

Situada na Microrregião do Médio Paraíba, Valença é, dentre os municípios selecionados para esta pesquisa, o que possui o mais amplo território. Fica 560 metros acima do nível do mar, apresenta clima ameno e se orgulha do epíteto “Princesa da Serra”, que, reza a tradição, teria sido proferido pela primeira vez por D. Pedro II, quando esteve na cidade para inaugurar, em meio a grande festa, a Estrada de Ferro União Valenciana.

A malha ferroviária teve papel crucial na era imperial, em que Valença vivia o apogeu do café e desfrutava de elevado prestígio na Província do Rio de Janeiro, sendo, inclusive, residência de números barões, viscondes, marqueses e duques. Antes do advento da cultura cafeeira, colonos trabalhavam no plantio de milho, cana e mandioca.

A origem do povoamento remonta ao século XVIII, quando os índios coroados deixaram de ser os únicos habitantes da região. No início do século XIX, em 1803, foi rezada missa solene na implantação da aldeia de Nossa Senhora da Glória de Valença, que virou freguesia em 1817. Três anos mais tarde, iniciava-se a construção da Igreja Matriz, no mesmo ponto onde se erguera a velha capela. Por influência de D. Pedro I, que admirava a hospitalidade dos habitantes do lugar, Valença chegou à categoria de vila, instalada em 1926. No ano subsequente, levantou-se o prédio, até hoje existente —em frente à Igreja da Matriz—, no qual iria funcionar a Câmara de Vereadores.

A primeira planta da Vila de Valença, desenhada em 1836, soprou novos ares de civilização por sobre a antiga aldeia dos coroados. À época, já havia sido

²¹ IPHAN : Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; INEPAC: Instituto Estadual do Patrimônio Cultural; IBAMA: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

inaugurada a primeira escola pública da Vila, que abriu caminho para a longa tradição no campo educacional que Valença carrega consigo. A partir de 1967, o Município ganhou notoriedade no ensino superior, abrigando faculdades de Filosofia, Letras, Direito, Economia, Odontologia, Medicina e, mais recentemente, Informática e Veterinária. Não por acaso, trata-se da única cidade do mundo a ter um monumento dedicado à inteligência. Fica na Praça Visconde do Rio Preto, também conhecida como Jardim de Cima.

Há, ainda, um Jardim de Baixo em Valença, que é a Praça D. Pedro II. O ajardinamento dessas áreas ocorreu em 1884, tendo sido projetado pelo urbanista francês Auguste François Marie Glaziou, que realizara o mesmo serviço na Quinta da Boa Vista e no Campo de Santana, importantes pontos da cidade do Rio de Janeiro.

O embelezamento de Valença se coadunava com a riqueza do período imperial. Com o empobrecimento causado pela queda da produção cafeeira, a economia da cidade voltou-se para a pecuária leiteira, a fabricação de laticínios, a confecção de roupas e a indústria têxtil.

Hoje, o afluxo de turistas e estudantes é uma das fontes de receita para o Município. As antigas fazendas de café atraem muitos visitantes; as serestas do Distrito de Conservatória conservam e celebram a histórica relação entre Valença e a música; a Serra da Beleza, da qual se tem exuberante vista no Distrito de São Sebastião do Rio Preto, chama a atenção de ufólogos e apreciadores da natureza em geral.

Valença tem, ainda, outros três distritos: Parapeúna, Barão de Juparanã (onde a tarefa de encontrar informantes se mostrou árdua, em função do alto nível de escolaridade dos habitantes) e Pentagna. Neste último, o questionário foi aplicado a cinco informantes. Trata-se de um lugar de gente simples e muito receptiva. Ruas de barro predominam no local, que passara a dispor de luz elétrica somente um mês antes da realização das entrevistas.

4.2.1.10. Três Rios [10]

Localizada na Microrregião do Centro-sul Fluminense, Três Rios ocupa um espaço estratégico no território do Estado: além da confluência dos rios Paraíba,

Paraibuna e Piabanha, a cidade acolhe o cruzamento entre a BR-393 e BR-040, rodovias através das quais se pode rumar para outros estados e regiões do Brasil. Essa privilegiada condição topográfica foi a principal responsável pelo progresso trirriense.

Muito antes das estradas de asfalto, e até da construção da estação ferroviária (inaugurada em 1867, ano em que o local se encontrava em avançado estágio de desenvolvimento agrícola), o território de Três Rios fizera parte do caminho entre Parati e Minas Gerais, traçado por aventureiros em busca de ouro. O povoamento do local, no entanto, só veio a se dar no século XIX. Mariana Barroso Pereira, a Condessa do Rio Novo, dona da área em que a cidade se formou, determinou, em seu testamento, que as terras fossem divididas e arrendadas, e que o montante daí obtido fosse repassado a uma casa de caridade. Quatro anos depois da execução dessa cláusula testamental, o povoado então conhecido como Entre-Rios foi elevado à categoria de 2º distrito de Paraíba do Sul.

Apenas em 1938, o distrito conseguiu sua emancipação, tornando-se o Município de Três Rios. A autonomia foi a culminância de um movimento que se iniciara uma década antes, deflagrado que fora por um artigo do jornal *O Arealense*. Seguiu-se a publicação de muitos outros de mesmo teor e a fundação da Liga Progresso de Entre-Rios. Os discursos inflamados nos comícios da Praça Dr. Oscar Weinschank — que, depois, passaria a se chamar Praça da Autonomia — foram marcos da campanha autonomista.

Nesse período, a rivalidade entre Paraíba do Sul e Entre-Rios era grande e se manifestava de forma aguda nas partidas de futebol entre o Riachuelo (de Paraíba) e o Enterrriense, de cujo time se podiam pinçar alguns membros da Liga Progresso de Entre-Rios. A alcunha de “colônia”, atribuída a Entre-Rios por seus adversários, era freqüentemente ouvida nesses embates, aos quais a presença de policiamento parecia imprescindível.

No mandato do prefeito Walter Gomes Franklin, que gozava de prestígio junto ao governador Amaral Peixoto, deu-se o tão desejado desmembramento. Hoje, o território de Três Rios, é consideravelmente menor que o da época da emancipação, visto que ex-distritos, como Areal e Comendador Levy Gasparian, optaram pela separação.

Outrora sede de fazendas de café, nos dias atuais, Três Rios dedica-se primordialmente, aos setores secundário e terciário da economia. Carnes, massas,

cerâmicas e embalagens plásticas estão entre os produtos industrializados na cidade. O comércio expandiu-se bastante. No campo da cultura, destacam-se o Teatro Celso Peçanha e o legado deixado pelos poetas que escreviam para *O Arealense* e outros jornais do Estado. O turismo da região vem crescendo, tendo as corredeiras do Rio Paraibuna como um dos grandes chamarizes.

Dividida em sede e distrito de Bemposta, Três Rios mescla edifícios sofisticados com moradias bem simples, situadas em bairros afetados pela precária infra-estrutura. Em dois deles, Caixa D'água e Oito de Maio, foram realizadas as gravações desta pesquisa. O questionário foi aplicado, ainda, a alunos do supletivo da Escola Municipal Eloísio Ferreira.

4.2.1.11. Quissamã [11]

Somente em 1989, por intermédio de um plebiscito realizado no ano anterior, Quissamã, localidade litorânea situada na Microrregião do Norte Fluminense, conquistou sua emancipação, desmembrando-se de Macaé. Equivoca-se, porém, quem julga ser esta uma área do território fluminense ocupada tardiamente. Em 1633, sete capitães, aos quais o Governador Martim de Sá cederá uma sesmaria que ia do Rio Macaé ao Rio Iguazu — em pagamento ao inestimável serviço que o grupo havia executado, ao expulsar holandeses e franceses daquela faixa do litoral fluminense —, instalaram-se no local que, hoje, se chama Barra do Furado. Ali, foi praticada, inicialmente, a criação de gado bovino.

As gravações referentes a Quissamã foram feitas exatamente em Barra do Furado, que fica a 38 quilômetros do centro da cidade. O recente asfaltamento da estrada que faz essa ligação facilitou o acesso a esse Distrito, cujas praias mantêm um aspecto selvagem, apesar de haver modestas casas e estabelecimentos comerciais em seu redor.

O nome da cidade tem origem assaz curiosa. Numa de suas viagens exploratórias, os sete capitães depararam com alguns índios. Entre eles, encontrava-se um negro, que, indagado acerca de sua misteriosa proveniência, afirmou pertencer à Nação Quissamã. Estava definido, a partir dessa singular conversação, o topônimo do novo povoado. Em 1994, em visita ao município, Ismael Diego da Silva, Cônsul de Angola, revelou que Quissamã, cujo significado é “fruto da terra que está entre o rio e

o mar”, é mesmo o nome de uma cidade angolana, que fica a 80 quilômetros da capital Luanda, na foz do Rio Kwanza.

A lavoura canavieira, introduzida em Quissamã no fim do século XVIII, atingiu o ápice de sua produtividade no século seguinte. O solo quissamense, perfeito para o cultivo da cana, fez com que proliferassem os engenhos pela região. Em 1877, o governo imperial autorizou a instalação, no Município, do primeiro Engenho Central do Brasil.

Esse Engenho acabou encampando as terras dos outros fazendeiros que, depois da crise mundial de 1929, não tiveram alternativa senão a de desistir do negócio. Nos dias atuais, Quissamã ainda é um grande produtor de cana. Ademais, especializou-se na cultura de abacaxi e coco.

Dentre os capítulos cruciais da história recente de Quissamã, há de se aludir à descoberta de petróleo na Bacia de Campos e ao plebiscito de 1988. Na verdade, esses itens estão entrelaçados. Já havia irrompido no local, nos idos da última década de 40, um movimento emancipacionista, que não obteve êxito. Nos anos 80, os royalties do petróleo reavivaram a esperança de desenvolvimento de Quissamã, que, por meio de suas autoridades políticas, passou a articular nova requisição de autonomia, desta vez aprovada pelo livre sufrágio.

Desde então, a cidade tem se esforçado para resgatar sua história e reforçar seu apelo turístico.

4.2.1.12. Resende [12]

Pertencente à Microrregião do Médio Paraíba, Resende faz fronteira com os Estados de São Paulo e Minas Gerais. A cidade fica às margens da Rodovia Presidente Dutra, e o fato de equidistar de Rio de Janeiro e São Paulo faz dela um ponto de singular importância na relação entre as duas maiores metrópoles do país. Nos últimos anos, a chegada de indústrias metalúrgicas e automobilísticas a Resende tem-lhe feito alcançar novos patamares de progresso.

Antes habitadas pelos índios puris, as terras do atual Município de Resende foram devassadas no século XVIII, por ocasião da febre do ouro. Em 1744, Simão da Cunha Gago, coronel do regimento de milícias de Jacareí, obteve permissão para desbravar a área. Montou um acampamento onde hoje está o bairro Montese;

posteriormente, transferiu-o para o outro lado do Rio Paraíba. Nossa Senhora da Conceição da Paraíba Nova foi o primeiro nome dado ao lugar.

Em 1756, atingiu a categoria de freguesia. Em 1801, por ordem do Conde de Resende (daí a definitiva denominação da cidade), vice-rei do Brasil, o local foi alçado à condição de vila. Nesse tempo, residiam em Resende aproximadamente 4.000 pessoas.

Em 1821, foi construída a primeira ponte sobre o Rio Paraíba do Sul, que corta a cidade. No mesmo lugar, ergueu-se, em 1905, a Ponte Velha, de pé até os dias atuais. Outras duas pontes foram edificadas posteriormente — Miguel Couto (1965) e Doutor Tácito Viana (1972).

Como vários outros municípios fluminenses, Resende viveu anos de esplendor no ciclo do café. O dinheiro adquirido com a venda da rubiácea proporcionou opulência às fazendas, novo padrão de vida às famílias abastadas (muitos jovens iam estudar no exterior) e avanço ao ambiente urbano da vila, onde os fazendeiros ergueram sobrados. Um deles é o Solar da Dona Maria Benedita, tida como a rainha do café de Resende. Hoje, funcionam na velha casa uma academia de ginástica e um mercado.

No fim da década de 1870, já se configurava um quadro de decadência da lavoura cafeeira, agravado com o fim da escravidão. Muitos cafeicultores rumaram para o oeste paulista, ao passo que emigrantes mineiros, interessados nos cafezais abandonados, deram início ao ciclo da pecuária em Resende. A nova aposta foi bem sucedida: no início do século XX, o município arcava com um terço de todo o leite do estado e era o segundo maior produtor de queijo e manteiga. Muitos imigrantes italianos, trabalhando no ramo de alimentos e bebidas, ou exercendo ofícios como sapateiro e alfaiate, também contribuíram para alavancar a economia da cidade, depois do café.

A Rodovia Presidente Dutra (e sua posterior duplicação), a Hidrelétrica do Funil e a Academia Militar de Agulhas Negras (AMAN) decretaram uma nova era de progresso para Resende, corroborada pelo já mencionado aporte de indústrias de vulto. Hoje, a cidade tem um shopping center (pioneiro no Vale do Paraíba fluminense), oferece bom aparato para o turismo de negócios e explora sua beleza natural, mormente no Distrito de Visconde de Mauá.

O clima europeu, as charmosas pousadas e os agradáveis restaurantes de Mauá dão ao distrito uma imagem de requinte e sofisticação, que contrasta violentamente com a singeleza dos casebres à margem do circuito turístico. Foi ali, no lugar conhecido como Lote 10, onde todos os endereços são iguais (Rua Venceslau Braz, s/número), que se realizaram as entrevistas.

4.2.2 Informantes

Em cada ponto de inquérito, foram selecionados seis informantes, um homem (H) e uma mulher (M) em cada uma das seguintes faixas etárias: 1 - 18 a 35 anos; 2 - 36 a 55 anos; 3 - 56 anos em diante. O esquema abaixo indica a norma de apresentação das respostas nos mapas:

H 1	M 1
H 2	M 2
H 3	M 3

Os informantes da pesquisa podiam ser escolarizados no máximo até a 4^a série do Ensino Fundamental; precisavam ser naturais da região, assim como seus pais e cônjuges; e não deveriam ter se afastado da região por mais de um terço de suas vidas. Outro critério para a seleção de informantes diz respeito ao aparelho fonador: dever-se-iam evitar falantes sem dentes ou com problemas de fala, para que a pronúncia das palavras não fosse prejudicada.

A localização dos informantes não se deu de modo fácil, por variados motivos. Como não se pôde contar com um “facilitador”, ou seja, alguém da região que pudesse apresentar pessoas com o perfil desejado para participar do estudo, não havia uma indicação específica para os informantes. Ao chegar à localidade, procurava-se por moradores mais antigos que pudessem servir de informantes ou indicar alguém para a função, mas, poucas vezes isso era o suficiente. Em geral, eram necessárias muitas horas de busca pelo lugar até que se encontrasse uma pessoa que preenchesse todos os pré-requisitos citados alhures.

Quando se localizava um pretendente a informante, outra barreira precisava ser vencida: a da timidez. As pessoas sentiam-se envergonhadas e temiam ver suas respostas divulgadas em algum meio de comunicação. Em quase todas as localidades, a pesquisadora, por portar microfone e gravador, foi tida como repórter.

Vencido o medo, a entrevista decorria bem até o momento em que o falante percebia sua extensão²². Nesse momento, a pessoa demonstrava — algumas vezes delicadamente, outras, nem tanto — seu desconforto e seu desejo de que tudo acabasse logo. Houve casos, inclusive, em que foi preciso encerrar a entrevista a pedido do informante. Em Parati, uma enquete foi interrompida na metade, pois o falante alegava que precisava trabalhar, apesar de, inicialmente, ter dito que não tinha compromissos. Foram necessários muitos argumentos e pedidos para convencê-lo, no dia seguinte, a continuar a entrevista.

Cumpre ressaltar que os informantes não receberam nenhum tipo de pagamento ou agrado para participarem da pesquisa. A pesquisadora abordava-os, dizendo que se tratava de um trabalho de faculdade cujo objetivo era a comparação entre as palavras usadas na cidade do Rio de Janeiro e em outras cidades do Estado e aqueles que concordavam em ajudar faziam-no exclusivamente para colaborar.

Em alguns lugares, o grande problema foi encontrar indivíduos que atendessem aos pré-requisitos da pesquisa. Em Valença, por exemplo, foi necessário ir duas vezes à cidade até que se localizassem informantes com o grau de instrução desejado. Na primeira viagem, foram gastos três dias no Distrito de Barão de Juparanã e só uma pessoa serviu para aplicação da pesquisa. Apenas na segunda viagem foram descobertos, no distrito de Pentagna, os outros cinco informantes. Em Itaguaí e em Cachoeiras de Macacu, também foram precisas várias visitas até que se conseguissem todos os informantes. Em Cabo Frio, a grande dificuldade foi achar pessoas nascidas na região e que dela não houvessem se afastado por muito tempo.

Como localizar pessoas adequadas à metodologia do trabalho e convencê-las a participar do estudo era bastante difícil, as entrevistas foram realizadas no local em que o informante se encontrava, para que não houvesse desistência de sua parte.

²² A aplicação do questionário — que durava de 30 a 60 minutos, a depender da velocidade de resposta do informante —, apesar de extremamente rápida em relação aos questionários de atlas lingüísticos, era considerada extenuante por quase todos os informantes.

Sendo assim, as gravações foram feitas em ambientes variados: praças, bares, lojas, beiras de ruas, varandas e dentro de algumas casas.

4.2.3 *Técnicas de recolha de dados*

O questionário utilizado para a execução desta pesquisa foi preparado em conjunto pela autora deste estudo, pela autora do AFeBG, Luciana Gomes de Lima, e pela Professora Sílvia Figueiredo Brandão (orientadora de ambos os trabalhos). Depois de uma versão preliminar, composta por quase quatrocentas perguntas, instituíram-se duzentas e setenta e oito questões, as quais foram aplicadas aos seis informantes de cada um dos pontos de inquérito. Antes de iniciar a aplicação das perguntas, indagava-se ao informante o gentílico da cidade, o que permitiu a elaboração de duas cartas introdutórias (as de nº V e VI), a primeira em transcrição grafemática, a segunda, com a transcrição fonética das respostas dos informantes.

Algumas dessas perguntas que compõem a enquete são subdivididas — as de número 190, 242 e 275 segmentam-se em duas respostas; a de número 276, em dez; a de número 277, em sete; e a de número 278, em doze. Sendo assim, no cômputo geral, há um total de trezentas e sete palavras, que redundaram em trezentas e seis cartas, tendo em vista que os dados referentes à questão 83 (*desde*) não foram computados, como se comenta no item 4.2.5.

Os vocábulos que formam o questionário foram, de início, ordenados alfabeticamente e as perguntas seriam feitas seguindo essa ordem. Entretanto, algumas alterações foram necessárias ou para que fossem aproximados vocábulos pertencentes ao mesmo campo semântico — que é o caso de *nó* (carta 7), *isca* (carta 19), *ontem* (carta 14), *piolho* (carta 56) e *lêndea* (carta 57) e *gatinho* (carta 212), que foram postos após *agulha* (carta 6), *anzol* (carta 18), *amanhã* (carta 13), *caspa* (carta 55) e *porquinho* (carta 213), respectivamente — ou para que fossem afastadas palavras com contexto fônico bastante similar, de modo a evitar condicionamentos — como os itens iniciados graficamente por *es* e os termos *óleo/olhos* e *teia/telha* que foram intercalados com outros para que se evitasse a influência da realização de uma palavra na outra. Assim, as perguntas do Questionário do MicroAFERJ, embora sejam

as mesmas do Questionário do AFeBG, não estão exatamente na mesma ordem. Em síntese: em relação ao Questionário do AFeBG inovou-se apenas no que respeita ao ordenamento e, por conseguinte, à numeração das questões.

Como já se ressaltou ao final da introdução (item 1) deste volume, em virtude de as questões do Questionário fazerem parte das cartas, não se considerou necessário apresentá-lo em sua forma integral, o que é praxe em outras pesquisas da mesma natureza.

Como a pesquisa teria de ser finalizada em três anos²³, optou-se por elaborar somente questões de natureza fonético-fonológica. Não foram contemplados fatos morfossintáticos, por se acreditar, assim como BRANDÃO & MORAES (1998:109), que “*esse tipo de variação é dificilmente captado por meio de questionários*”.

As perguntas visam à observação de fenômenos descritos, entre outros, por CASTILHO (1992: 248-250) como típicos da fala não escolarizada. Desse modo, procurou-se incluir palavras em que se pudesse verificar a realização dos fonemas consonantais com relação à:

- concretização do –R e do –S pós-vocálicos em contexto medial e final de vocábulo (*árvore, carta e mar; estátua, caspa e arroz*)²⁴;
- troca de L por R em final de sílaba e em grupos consonânticos (*maldade e plástico*);
- alternância entre V e B em alguns itens lexicais (*vassoura, verruga*);
- alternância entre [ʎ] e [j] (*telha, vermelho*);
- aspiração ou queda do -S em final de palavra (*óculos, lápis*) ou, ainda que não mencionado por esse autor, em posição medial de vocábulo (*mesmo, nordestino*).

No que concerne aos fonemas vocálicos, buscou-se averiguar, por exemplo, os seguintes fenômenos apontados por Castilho (1992):

- elevação das vogais médias pretônicas (*escola, tomate*);
- aférese ou nasalização da vogal átona inicial (*identidade, educação*);
- síncope da vogal postônica (*cócega, árvore*);
- perda do contraste vogal x ditongo (*beijo, bandeja*);
- desnasalação e monotongação de ditongos nasais finais (*homem, nuvem*);

²³ A pesquisa só foi iniciada depois de um ano de ingresso no Curso de Doutorado, período no qual se cursaram disciplinas teóricas.

²⁴ As palavras entre parênteses são exemplos de itens que constam do questionário em que se pretende analisar tal fenômeno.

- monotongação dos ditongos crescentes átonos finais (*paciência, experiência*);
- metáteses (*água, estátua*).

As perguntas que constituem o questionário foram redigidas de modo claro e objetivo, a fim de que não gerassem mais de uma resposta, optando-se, muitas vezes, por estruturas completivas. Apesar disso, depois de aplicado a algumas localidades, o questionário sofreu algumas alterações em texto original, já que algumas construções não estavam sendo compreendidas pelos informantes. Alguns fatores estavam implicando a não obtenção da palavra desejada como, por exemplo, a falta de conhecimento do significado de um vocábulo empregado no enunciado — como o caso do termo “contrário”, que estava sendo utilizado em algumas questões e foi excluído devido a alguns informantes desconhecerem seu sentido ou o interpretarem como “sinônimo”.

Outro problema foi encontrado com relação à pergunta de número 171, que visava à emissão do vocábulo *motor*. — *Qual é a parte do carro que fica debaixo do capô e que o faz andar?* — que, quando feita a informantes do gênero feminino causava dúvida e hesitação. Decidiu-se, então, redigir uma pergunta complementar, destinada a essas mulheres que não sabiam responder à primeira questão — *Quando a geladeira queima é porque queimou o _____* — e, com ela, a resposta foi obtida de modo mais rápido.

O gênero do informante também influenciou na resposta à questão 172²⁵, *Como é o nome da roda de borracha que existe no carro, que, às vezes fura e se precisa trocar?*. Quando se tratava de alguém do sexo masculino, obtinha-se a forma “câmara de ar”. A pergunta de número 124²⁶, *Como se chama aquele vento forte que arrasta pessoas e casas?*, quando feita a pescadores, também gerava uma resposta condizente a um léxico especializado, diferente daquela que se esperava, pois os mesmos diziam “sudoeste”.

Outro dado interessante, observado durante a aplicação do questionário, foi a resposta *camaleão*, dada pelos falantes de Cabo Frio e de Cachoeiras de Macacu à pergunta 145 do questionário, “*Como se chama aquele bicho que sobe pela parede e*

²⁵ A resposta a essa pergunta está cartografada no mapa de número 171.

²⁶ Essa questão deu origem à carta 123.

*come mosca e mosquito?*²⁷”. Ao formular tal questão, esperava-se obter a palavra “*lagartixa*”, o que ocorreu nas demais localidades-alvo da pesquisa, exceto nas acima mencionadas. Esse fato aponta para uma variante léxico-semântica dentro do Estado que deverá ser melhor investigada.

Além das respostas ao questionário, foram gravadas também elocuições livres semidirigidas, que variam de 15 a 30 minutos por informante. A finalidade desse material é constituir um *corpus* suplementar que sirva de base para estudos futuros e que possibilite a investigação de fenômenos prosódicos e morfossintáticos.

As entrevistas foram gravadas em mini-discs com o auxílio de um aparelho MD Sony modelo MZ- NF 810 e de um microfone Philips SBC MD110. Cumpre mencionar, no entanto, a fragilidade desse tipo de aparato tecnológico que, apesar de seu elevado custo, não cumpriu, em muitos momentos, sua tarefa de modo satisfatório, ocasionando falhas nos registros e até perda de dados.

4.2.4 Transcrição e informatização dos dados

Para facilitar o acesso aos dados, os inquéritos foram digitalizados por intermédio do programa computacional Sound Forge 7.0 e foram copiados em CD. Procedeu-se, ainda, à conversão das entrevistas em arquivos de MP3.

Depois de recolhidas, as respostas ao questionário foram transcritas foneticamente de acordo com o IPA e são apresentadas em mapas no segundo volume deste trabalho. Os dados foram cartografados por meio de um programa computacional específico, desenvolvido pela JSK Consultoria e Treinamento a partir de uma adaptação do programa, de autoria de Sílvia Brandão e Luísa Cruz, utilizado no *Atlas Lingüístico do Amazonas*.

O programa computacional MicroAFERJ permite que os dados transcritos a mão sejam inseridos, símbolo a símbolo, em uma base de dados. Feito isso, geram-se as cartas com os resultados de cada localidade dispostos de acordo com seu posicionamento no mapa do Rio de Janeiro.

²⁷ O mapa 144 corresponde a essa pergunta.

4.2.5 Critérios gerais de elaboração das cartas

Os mapas fonéticos gerados a partir do resultado da aplicação do questionário constituem o volume II deste estudo. São 306 cartas em que os dados são transcritos de acordo com o Alfabeto Fonético Internacional (IPA).

De todas as perguntas, a única que se mostrou pouco produtiva foi a de número 83, usada para obter a palavra *desde* (*Há quanto tempo você mora nesta cidade?* ou *Há quanto tempo você está acordado?*). Como os informantes, em geral, respondiam fornecendo o número exato de anos ou de horas e não emitiam o vocábulo desejado, optou-se por não formular a carta que corresponderia a essa pergunta, embora os poucos dados obtidos sejam comentados no capítulo 5.

Há casos em que a palavra esperada deveria estar no singular e o informante a dizia no plural, ou ao contrário. Quando a troca do número do vocábulo não acarretou uma mudança significativa em seus constituintes fônicos, manteve-se a forma transcrita no mapa fonético. O mesmo ocorreu com relação à troca do gênero da palavra. Em contrapartida, os casos em que o falante dizia a palavra alterando seu grau foram retirados da carta e inseridos nas notas que constam da folha que antecede o respectivo mapa fonético.

As demais normas de organização das cartas, mais especificamente aquelas que se referem à apresentação dos dados, encontram-se no volume 2.

5. A FALA FLUMINENSE

Os estudos dialectológicos realizados com base na fala do Estado de Rio de Janeiro não são numerosos. O mais propalado e comentado e, historicamente, o mais representativo, *O linguajar carioca em 1922*, lançado em 1923 por Antenor Nascentes, é, indubitavelmente, um marco na história da dialectologia nacional. Nesse livro, Nascentes, demonstrando aguçada percepção para questões lingüísticas, distingue dois grandes grupos de subfalares brasileiros — o do Norte, marcado pela pronúncia aberta das pretônicas e pelo que ele chama de cadência “cantada”, e o do Sul, caracterizado pela concretização fechada das pretônicas e pela cadência “descansada”.

Tal monografia dialetal, assentada na forma de falar do próprio autor — que, por ser “filho de pais cariocas, nascido e criado no atual Distrito Federal”, julgava-se “um legítimo representante da fala genuinamente carioca (...) habilitado a fazer o estudo dela, por isso e por não ter jamais sofrido influências estranhas” (op. cit. p.26) —, ambiciona “fazer da língua do povo uma fixação que de futuro seja aproveitável”(p. 14).

A obra, reeditada em 1953 e renomeada apenas *O linguajar carioca*, traz algumas reformulações. A mais significativa diz respeito à subdivisão do território em áreas lingüísticas. A proposição inicial era de quatro subfalares: o nortista, o fluminense, o sertanejo e o sulista. A última propunha a existência de seis: dois no Norte (amazônico e nordestino) e quatro no Sul (baiano, fluminense, mineiro e paulista).



MAPA 2: Fonte: NASCENTES, Antenor. *O linguajar carioca*. 2 ed. Rio de Janeiro: Simões, 1953. p. 19.

Decorridos mais de 80 anos da publicação da primeira versão desse trabalho, as ponderações nele presentes não perderam o valor, ao contrário: não obstante a inadequação da pesquisa aos parâmetros científicos hodiernos, a divisão proposta por Nascentes é a que fundamenta os estudos da atualidade e, paulatinamente — conforme o lançamento de atlas lingüísticos regionais —, vem sendo ratificada.

5.1 Contribuições de três projetos

A partir da década de 1970, outros trabalhos sobre a linguagem do Estado do Rio de Janeiro vêm sendo divulgados, desenvolvidos segundo outras orientações teórico-metodológicas, sobretudo a sociolingüística. A maioria deles tem por base dados constantes dos acervos de três projetos, PEUL, NURC-RJ e APERJ, sediados na Faculdade de Letras da UFRJ, os dois últimos inicialmente coordenados por Celso Cunha. Portanto, não seria plausível focalizar a fala fluminense, sem que se

mencionassem, brevemente, as contribuições desses projetos para o conhecimento do falar carioca e de outros falares do Estado.

5.1.1 O NURC e o PEUL

Como relata Celso Cunha (1985) em um de seus numerosos textos sobre a variedade brasileira do português, o Projeto NURC (Projeto de Estudo Conjunto e Coordenado da Norma Lingüística Oral Culta de Cinco das Principais Capitais Brasileiras ou simplesmente Projeto de Estudo da Norma Lingüística Urbana Oral Culta) vinculou-se ao *Proyecto de Estúdio Coordinado de las Principales Ciudades de Iberoamérica y de la Península Ibérica* em janeiro de 1968, instituindo-se, no ano seguinte, o grupo responsável por sua efetivação: Albino Bem Veiga (de Porto Alegre), Isaac Nicolau Salum e Ataliba Teixeira de Castilho (de São Paulo), Celso Ferreira da Cunha (do Rio de Janeiro), Nelson Rossi (de Salvador) e José Brasileiro Vilanova (de Recife).

Designados para proceder à constituição de equipes aptas a caracterizar a variedade culta dos cinco centros urbanos que representam, os referidos lingüistas procederam à orientação de seus respectivos núcleos para a recolha de material durante a década de 1970. O Projeto que, dentre suas finalidades objetivava concretizar um estudo conjunto a respeito da modalidade falada culta, muito vem contribuindo para o conhecimento que se tem hoje das normas regionais do Brasil.

Os *corpora* do Projeto assentam em amostras de falas de pessoas de ambos os sexos, com nível universitário, que se inserem em três diferentes faixas etárias: de 25 a 35 anos, de 36 a 55 anos e de mais de 65 anos. Os inquéritos, gravados em fitas magnetofônicas, são de três espécies: diálogo entre documentador e informante (DID), diálogo entre dois informantes (D2) e elocução formal (EF). Assim, seria possível avaliar as variações diatópicas, diastráticas e diafásicas. Na década de 1990, o Projeto, já sob nova supervisão na maioria das cidades, cumpriu outra empreitada para ampliar seu arquivo sonoro: gravou inquéritos de recontato com alguns de seus informantes a fim de criar uma base de dados através da qual se pudessem examinar variações na fala do mesmo indivíduo, em decorrência da passagem do tempo. Nessa mesma época, publicaram-se as transcrições, de acordo com regras especificamente

preparadas para tal, de algumas entrevistas. Os textos foram compilados segundo seu tipo (DID, D2 ou EF).

No que tange à cidade do Rio de Janeiro, especificamente, o acervo do Projeto tem originado análises fecundas em todos os níveis de estudo lingüístico: fonético-fonológico, morfológico, sintático, semântico e até pragmático. Os trabalhos sobre a fala carioca realizados ou orientados por Dinah Callou, atual coordenadora do NURC-RJ, e sua equipe, desfizeram equívocos, confirmaram e infirmaram hipóteses, preencheram lacunas e muniram os pesquisadores de valiosas informações. Graças a eles e a outras tantas pesquisas abalizadas nos *corpora* do Projeto NURC/RJ, vários traços do português falado no Rio de Janeiro já foram diagnosticados e cuidadosamente esmiuçados. Sabe-se, em função de análises com dados do NURC, por exemplo, que os cariocas, em geral, preferem a realização palatalizada do *S* implosivo (cf. CALLOU & MARQUES, 1975) e que não pronunciam o *R* final ou o emitem como uma fricativa velar ou laríngea (aspiração), a depender de uma série de fatores estruturais e extralingüísticos (cf. CALLOU, 1979). Essas e outras análises possibilitam a identificação de aspectos que tipificam a fala carioca em sua variedade culta e permitem que se delineie seu perfil. Resta, agora, ter essa mesma noção com relação ao dialeto fluminense como um todo para que se possa observar em que medida essas normas locais se complementam e/ou se distinguem.

O Projeto que, a partir de finais da última década de 80, se denomina *Programa de Estudos sobre o Uso da Língua* (PEUL) resultou do interesse de pesquisadores liderados por Anthony Julius Naro em estudar fenômenos variáveis com base na fala popular carioca. Em 1979, o grupo deu início à organização da Amostra Censo da Variação Lingüística no Rio de Janeiro, hoje mais conhecida por *Corpus Censo*, com um total de 64 informantes, 48 deles adultos distribuídos por três faixas etárias (e também estratificados por gênero e três níveis de escolaridade) e 16 crianças entre 7 e 14 anos (SILVA, 1996).

Com o tempo, à amostra Censo foram-se juntando outras amostras, entre as quais o *corpus* Mobral, que servira de base ao Projeto Competências básicas do Português, desenvolvido por Miriam Lemle e Naro (SCHERRE, 1996). Já há, inclusive, *corpora* de recontato, bem como de língua escrita (PAIVA & SCHERRE, 1999), que, em breve, será disponibilizado em CD e na *web*, sob a denominação de Banco de Dados do PEUL.

Como observam PAIVA & SCHERRE (1999: 221), ao longo do tempo:

[...] o grupo PEUL procurou não apenas desvendar o universo de variação da fala não culta do Rio de Janeiro como também ampliar o domínio da Sociolinguística quantitativa por meio da incorporação de outros paradigmas interpretativos de variação e mudança linguística.

A abrangência dos temas focalizados pelo NURC e pelo PEUL – que permitem uma descrição bastante ampla do falar carioca – podem ser aquilatadas pelas referências bibliográficas presentes, respectivamente, em CALLOU (1999: 240-250) e PAIVA & SCHERRE (1999: 222-230), artigos em que se fazem retrospectivas históricas das contribuições desses projetos.

5.1.2 O APERJ

Outro Projeto bastante significativo para o conhecimento dos falares do Estado do Rio de Janeiro é o APERJ (Atlas Etnolingüístico dos Pescadores do Estado do Rio de Janeiro). Iniciado em 1989 e desativado em 2000, foi idealizado por uma equipe de professores-pesquisadores da Faculdade de Letras da UFRJ — Sílvia Figueiredo Brandão, Laerte Carpena de Amorim, Cilene da Cunha Pereira, Maria Emília Barcellos da Silva e Edila Viana — sob o comando de Celso Cunha.

Motivados pela vontade de fixar o linguajar e a cultura do pescador fluminense, esses estudiosos empreenderam a coleta de materiais, que, nas palavras da última das coordenadoras do Projeto, Sílvia Brandão em artigo publicado no ano de 2003 na Revista eletrônica *Com Ciência*,

não constituem apenas um *corpus* para análises linguísticas, mas consistem, ainda, num rico acervo de informações de natureza ecológica, econômica, antropológica, sociológica, entre outras. Os depoimentos, os comentários marginais às perguntas que lhes foram feitas permitem ao pesquisador conhecer mais de perto a história de segmentos sociais marginalizados pelo Poder e pela História, mas que, em última instância, são os reais delineadores da cultura,

dos valores e da variedade da língua portuguesa que dão identidade ao país.(www.comciencia.com.br)

O levantamento dos dados – inicialmente previsto para realizar-se em 45 pontos de inquérito selecionados com base nas 21 colônias de pesca do Estado, segundo a divisão da antiga SUDEPE (Superintendência do Desenvolvimento de Pesca) – circunscreveu-se a 13 comunidades do litoral e do interior do Norte-Noroeste fluminense.

O questionário, que em sua versão preliminar continha 650 perguntas, foi sintetizado em 422 questões, organizadas em três campos conceituais: meio físico, meio biótico (fauna e flora) e meio antrópico (homem e atividade). Ademais, foram gravadas elocuições livres, na forma de diálogos entre informante e documentador (DIDs).

Os informantes selecionados para aplicação do questionário, todos do sexo masculino e analfabetos ou escolarizados até a 4^a. série do Ensino Fundamental, distribuíam-se por três faixas etárias: de 18 a 30 anos, de 31 a 50 anos, de mais de 50 anos.

Com base nas elocuições livres do *Corpus* APERJ, diversos aspectos dos falares fluminenses vêm sendo analisados. O Projeto permitiu a execução de monografias, dissertações, teses que versam sobre aspectos fonético-fonológicos, morfológicos, sintáticos e semântico-lexicais que têm por foco sobretudo a fala de 13 comunidades do Norte e do Noroeste do Estado: Barra do Itabapoana, Guaxindiba, Gargaú, Atafona, Farol de São Tomé; São João da Barra, Macaé; Cambuci, Ponta Grossa dos Fidalgos, São Benedito, São Fidélis, Itaocara e Itaperuna.

É importante ressaltar que, à exceção do trabalho de Gryner & Macedo (2000) sobre o *S* em coda silábica na fala de Cordeiro, na Região Serrana, os únicos estudos sobre a fala popular fora da capital do Estado até o surgimento do AFeBG, em 2006, foram realizados pela equipe do APERJ. Muitos dos trabalhos que constam da bibliografia desta tese testemunham a produtividade do grupo (cf. as indicações marcadas com asterisco: [*], ao final).

No ano passado, Brandão et alii (2007e) juntamente com três de suas ex-orientandas, membros da antiga equipe do APERJ e hoje pesquisadoras-docentes da

UFRJ²⁸, elaboraram o Projeto AVAL-RJ (Acervo das Variedades Lingüísticas do Estado do Rio de Janeiro), numa linha geo-sociolingüística, e que tem entre seus objetivos organizar *corpora* das modalidades oral e escrita, representativos de municípios do Estado, para a realização de pesquisas de caráter geo-sociolingüístico.

Esse Projeto, que terá início em 2008, propiciará, com recolhas feitas em outras localidades com o controle de variáveis como sexo, faixa etária e escolaridade, ampliar e aprofundar as descrições e análises já realizadas fora da capital.

Nesse sentido, o MicroAFERJ, como já acontece com o AFeBG, complementa e, ao mesmo tempo, constitui importante fonte de dados e de orientações para essas novas pesquisas, conforme se poderá observar no item a seguir, em que se selecionaram algumas variáveis para análise.

5.2 Contribuições do MicroAFERJ

Na tentativa de contribuir para o conhecimento do subfalar fluminense, procedeu-se, com base nos dados do MicroAFERJ, à análise de um fenômeno variável que se tem mostrado assaz relevante para a diferenciação das áreas lingüísticas brasileiras: a realização do *S* pós-vocálico, também focalizado em especial no Atlas *Lingüístico do Amazonas – ALAM* (Cruz, 2004) e no Atlas *Fonético do entorno da Baía de Guanabara – AFeBG* (Lima, 2006), o que, neste último caso, enseja considerações de natureza comparativa.

Para uma melhor compreensão e visualização dos resultados obtidos e discutidos a seguir, formularam-se gráficos com os valores percentuais de ocorrência das variantes por gênero e faixa etária, que são apresentados no volume 2, no campo reservado às notas relativas a cada mapa fonético em que se registram vocábulos com *S* em contexto pós-vocálico.

²⁸ Trata-se de Eliete Figueira Batista da Silveira; Márcia dos Santos Machado Vieira e Silvia Rodrigues Vieira.

Os estudos variacionistas que tratam da questão demonstram que o *S* apresenta polimorfismo de realizações: em geral, pode ser concretizado como fricativa alveolar, pós-alveolar ou glotal (aspirada) ou ser cancelado. Assim, objetiva-se verificar os índices de frequência dessas variantes nas doze localidades pesquisadas, de modo a contribuir para a formulação de hipóteses sobre o comportamento da variável também na fala de comunidades não focalizadas neste atlas.

A análise foi realizada (a) levando em conta a posição do *S* no vocábulo – interna ou externa – e, nesta última, o fato de ter ou não valor morfêmico e (b) considerando, além do plano diatópico, também os planos diageracional e diagenérico.

Faz-se-á, outrossim, uma sintética comparação dos resultados obtidos pelo MicroAFERJ com os do AFeGB — que, por terem sido preparados com a mesma metodologia, dispõem do mesmo tipo de *corpus* — e os de pesquisas realizadas sobre essa variável na fala da cidade do Rio de Janeiro, na de Cordeiro-RJ e na de treze localidades das Regiões Norte e Noroeste do Estado.

Antes, porém, de iniciar o estudo com base nos dados do MicroAFERJ, tecem-se, nos itens 5.2.1 e 5.2.2, comentários sobre alguns trabalhos sobre o tema.

5.2.1. A variação de *S* em coda silábica

No português do Brasil, em posição de coda silábica, o tipo de concretização do *S* pode estar relacionado a questões de natureza lingüística, já que, diante de consoante surda e pausa, geralmente, ocorrem as variantes surdas (por exemplo, pe[s]coço ou pe[ʃ]coço) e, nos demais contextos, a sonora (por exemplo, de[z]maio ou de[ʒ]maio).

No entanto, diferenças diatópicas e diastráticas também podem influir no seu modo de produção. Para um leigo, a realização mais posterior (como em ca[ʃ]pa) logo remete à fala carioca, enquanto a concretização mais anterior (ca[s]pa), à de um mineiro, um paulista, um paraense ou um gaúcho, por exemplo; já a emissão de uma aspirada (ma[h]tigar) ou mesmo o seu cancelamento (ma[ø]tigar), pode remeter à fala de indivíduos de baixo grau de escolaridade.

Por hipótese, é possível afirmar que a pronúncia pós-alveolar — ca[ʃ]ca, me[ʒ]mo — não é predominante em todo o território brasileiro, mas não se pode ter

ainda certeza de sua área de abrangência, uma vez que não há a descrição de todas as variedades regionais do Português do Brasil, ou seja, não há ainda resultados advindos do ALiB, o futuro atlas lingüístico de âmbito nacional.

Antenor Nascentes, Mário Marroquim e Serafim da Silva Neto atribuem esse tipo de realização apenas às falas de Alagoas, Pernambuco, Ceará e Santa Catarina — além do Rio de Janeiro. Contudo, não se conhece com exatidão o motivo pelo qual ela predomina nos dialetos supracitados.

A realização do S sempre variou, desde o latim. No português medieval, existiam duas sibilantes: uma pré-dorsal e uma apical; a variante pré-dorsal evoluiu posteriormente, tornando-se apical. O fato é que, durante o século XVI, época do descobrimento e colonização do Brasil, a pronúncia pré-dorsal ainda vigorava em Portugal. Esse fato motivou REVAH (1958) a apontar a pronúncia pré-dorsal portuguesa dessa época como a origem da realização alveolar brasileira.

Há duas hipóteses interpretativas para o fato de a pronúncia alveolar não se ter enraizado na fala carioca. A primeira é que, à época em que a família real portuguesa chegou ao Rio, 1808, a mudança de [s] > [ʃ] já havia sido concluída em Lisboa, logo, os portugueses trouxeram para a cidade do Rio de Janeiro um novo modelo, diferente do anterior. Não foi difícil difundir esse novo padrão, uma vez que se tratava de uma norma prestigiada por ser falada pelas pessoas da corte. A segunda hipótese baseia-se na idéia de uma inovação local independente.

A primeira hipótese parece mais lógica, já que a realização palatalizada configura-se até hoje como padrão de fala da cidade do Rio de Janeiro. Nas demais cidades do Estado, onde não houve essa influência expressiva da corte, parece haver o predomínio das variantes fricativas alveolares, realização também comum em partes dos estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Paraná. De acordo com a divisão das áreas lingüísticas do Brasil proposta por Antenor Nascentes, parte de Minas Gerais e esses dois outros estados apresentam características lingüísticas bem aproximadas e podem ser agrupados num mesmo subfalar: o fluminense. Contudo, a cidade do Rio de Janeiro, parece ser um caso isolado, já que apresenta marcas distintas, pelo menos no que se refere ao S, das demais localidades do Estado.

5.2.1.1. Os estudos sobre o S implosivo na fala do Rio de Janeiro

Os trabalhos sobre o *S* implosivo na fala do Rio de Janeiro não são numerosos. A maior parte dos que existem abordam a variável na capital do Estado e foram desenvolvidos no âmbito dos Projetos NURC-RJ e Gramática do Português Falado, neste último caso, em comparação com a fala de quatro outras capitais (Recife, Salvador, São Paulo e Porto Alegre (cf., entre outros trabalhos, CALLOU, D.; LEITE, Y.; MORAES, J., 2002.)).

Para fins de explanação, comentam-se aqui os três estudos sobre o *S* que podem ser considerados pioneiros no que toca às áreas fluminenses focalizadas: CALLOU & MARQUES (1975), na cidade do Rio de Janeiro, GRYNER & MACEDO (2000), em Cordeiro, na Região Serrana e RODRIGUES (2001), em treze comunidades das Regiões Norte e Noroeste.

CALLOU & MARQUES (1975) analisaram o comportamento do *S* na fala carioca, com base em 2.669 dados extraídos de 36 entrevistas com informantes de seis áreas da cidade (Campo Grande, Jacarepaguá, Madureira, Zona Norte, Centro e Zona Sul), distribuídos por três níveis de escolaridade (superior, secundário e primário) com idades de 20 a 40 anos. Os resultados do estudo revelaram a predominância da variante palatal — que chega a ser realizada em 85,4% dos casos. A variante alveolar é registrada em apenas 8,6% dos dados. Quanto à localização geográfica, as autoras observaram que nos lugares mais afastados do centro da cidade, Campo Grande e Jacarepaguá, encontram-se os maiores níveis de palatalização (98,3% e 93,3%, respectivamente). Já em relação ao nível de escolaridade, Callou & Marques constataram dois fatos dignos de nota: a) os falantes com nível 1 (universitário) utilizam a variante palatal em 97,4% dos dados — segundo elas, esses falantes agem como elementos de “difusão e irradiação da articulação palatal”, uma vez que veiculam um padrão prestigiado; b) nos dados dos falantes do nível 3 (primário), estão os maiores percentuais de cancelamento e aspiração.

A pesquisa sobre a fala de Cordeiro (GRYNER & MACEDO, 2000), feita de 1975 a 1978, fundamenta-se na análise de 5401 ocorrências do –*S* pós-vocálico, retiradas de entrevistas com 23 falantes, de 13 a 70 anos de idade, de ambos os sexos, com escolaridade primária, secundária e universitária. Foram excluídos do *corpus* os casos em que o *S* é marca de plural, o *S* como marca de 2ª pessoa do singular, o *S* do vocábulo *mesmo*.

Dos 5401 dados, 2935 foram de realizações alveolares, 1664 de palatais, 373 de aspiradas e 429 de zeros fonéticos. Logo de início, as pesquisadoras perceberam que o contexto fonológico seguinte desempenhava forte influência no tipo de concretização do *S*. Através do exame dos dados, constataram uma distribuição complementar bem marcada: a palatal é favorecida pelas coronais altas seguintes ([tʃ] e [dʒ]) e as alveolares pelas não-coronais. No que concerne à posição do *S* no vocábulo, viu-se que o emprego das palatais é ligeiramente propiciado no interior da palavra, ao passo que a aspirada e o zero ocorrem mais em posição final.

Quanto aos fatores extralingüísticos, notou-se uma preferência pelo uso das palatais pelos falantes universitários, que, ao mesmo tempo, evitam a variante zero, bastante usada pelos falantes de nível primário. A variante alveolar e a aspirada não sofrem modificações de uso em função do grau de escolaridade do informante. Outro fator que não atua consideravelmente na realização de palatais ou alveolares é o gênero. No entanto, a variante aspirada aponta para uma tendência maior dos homens a esse processo, ao contrário das mulheres, que o evitam. O fator idade mostra a tendência dos idosos à pronúncia alveolar e dos jovens à aspiração e à realização palatal; a faixa intermediária utiliza-se com mais frequência que as demais do apagamento. Com base nos resultados obtidos, as autoras postulam regras fonológicas para explicar os usos de *S* como resultado de mudanças em processo.

O trabalho de RODRIGUES (2001) faz uma análise sociolingüística do –*S* pós-vocálico na fala de treze comunidades das regiões Norte e Noroeste do Estado do Rio de Janeiro, a saber: Barra do Itabapoana, Guaxindiba, Gargaú, Atafona, Farol de São Tomé, Macaé, São João da Barra, São Fidelis, Cambuci, Itaocara, Itaperuna, Ponta Grossa dos Fidalgos e São Benedito. Na primeira etapa da pesquisa, foi constatado que as quatro variantes (alveolar, palatal, aspirada e zero) faziam-se presentes na fala de todas as comunidades consideradas e que, apesar de haver uma maior representatividade numérica das realizações alveolares, podia-se notar uma tendência ao fenômeno de palatalização.

A partir de 3820 dados eliciados de elocuições livres de 78 inquiridos do Projeto APERJ (Atlas Etnolingüístico dos Pescadores do Estado do Rio de Janeiro), a autora analisou, na linha sociolingüística variacionista, a influência de dez variáveis lingüísticas e três extralingüísticas. No que toca aos fatores estruturais, notou-se, entre

outras coisas, que o contexto final é propício ao cancelamento, enquanto que o medial às demais realizações; e que as palatais são motivadas pelas consoantes coronais (altas ou não altas) e pelas sílabas enunciadas com maior intensidade (tônicas e pretônicas). Os fatores extralingüísticos mostraram que as localidades de Macaé e Itaocara diferenciam-se das outras por apresentarem maior percentual de variantes palatais e que os falantes mais jovens utilizam-se mais das palatais e do cancelamento, ao passo que os mais velhos optam pelas alveolares.

Na segunda etapa da análise, a pesquisadora busca os fatores condicionantes da palatalização e conclui que tal processo se encontra em estágio inicial. Ela verifica ainda que, em contexto medial, a palatal pode ser motivada pela presença de vogais que apresentem o traço [+alto] ([i] e [u]) no contexto antecedente, embora a presença de [t d tʃ dʒ] em contexto subsequente seja o fator estrutural mais significativo para a palatalização.

5.2.1.2. Resultados da análise dos dados do MicroAFERJ

Das 306 palavras obtidas com o questionário fonético-fonológico, 58 contêm S em coda silábica, conforme se lista a seguir.

(a) 31 em contexto interno²⁹:

ISCA, CASCA, CASPA, DENTISTA, DESMAIO, ESCOLA, ESCOVA, ESCURO, ESPINHO, ESQUECER, ESTÁTUA, ESTÔMAGO, ESPERIÊNCIA, FESTA, FÓSFORO, HOSPITAL, INTESTINO, [JESUS] CRISTO, LESMA, MÁSCARA, MASTIGAR, MESMO, MOSCA, NORDESTINO, PASTA, PESCOÇO, PLÁSTICO, POSTE, TRANSPORTE, SEXTA, AGOSTO .

(b) 27 em contexto externo, aqui distribuídas em dois grupos.

(i) 17 com valor não-morfêmico:

ARCO-ÍRIS, ARROZ, CRUZ, DEPOIS, FELIZ [NATAL], GIZ, JESUS [CRISTO], LÁPIS, LUZ, NARIZ, PAZ, PUS, VOZ, DOIS, TRÊS, SEIS e DEZ.

²⁹ As palavras foram ordenadas segundo a seqüência das cartas do MicroAFERJ. Os números das cartas correspondentes a tais palavras é fornecido na tabela 6.

(ii) 10 com valor morfêmico

CÓCEGAS, ÓCULOS, DOENTES, GALHOS, JANELAS, LÁBIOS, NUVENS, OLHOS, SOFÁS e UNHAS .

Para esta análise, consideraram-se apenas os dados cartografados no MicroAFERJ, o que fez com que a soma das ocorrências de *S*, incluindo-se todos os contextos, perfizesse um total de 4.062 dados. Desse valor,

53% (2.144) correspondem à coda interna,

30% (1216), à coda externa com valor não-morfêmico, e

17% (702), a coda externa com valor morfêmico.

Optou-se por analisar as variantes surdas e sonoras em conjunto, pois, como foi comprovado pelos dados, a escolha por uma ou outra variante está condicionada à sonoridade do segmento subsequente ao *S*.

Contabilizando-se os dados relativos aos dois contextos (interno e externo), verifica-se que, apesar de a pronúncia mais comum ser a palatal (1.873 das 4.062 ocorrências, o que corresponde a 46,1%), o número de realizações alveolares se mostra bastante elevado – 1.722 ocorrências (42,4%). Houve, ainda, 69 casos de aspirada surda (1,7%) e 398, de não concretização (9,8%).

A diferença entre a variante palatal e a alveolar é de apenas 4 pontos percentuais, o que demonstra ser pertinente analisar a variável segundo a posição que ocupa no vocábulo.

Nas páginas a seguir, expõem-se os índices referentes às realizações de *S* em cada palavra em que ele se encontra em coda interna (Tabela 6) e externa sem valor morfêmico (Tabela 7).

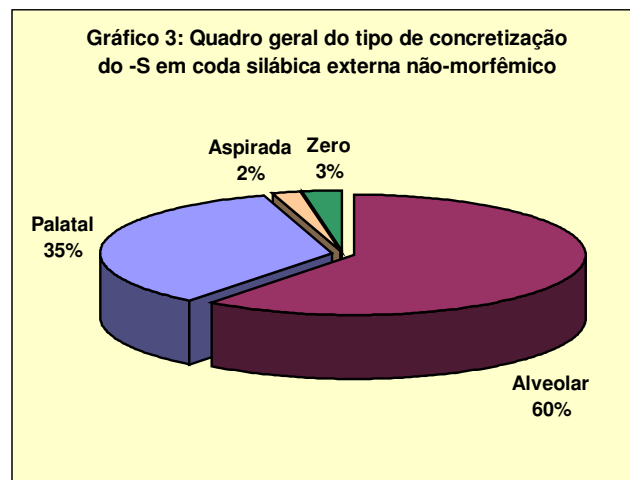
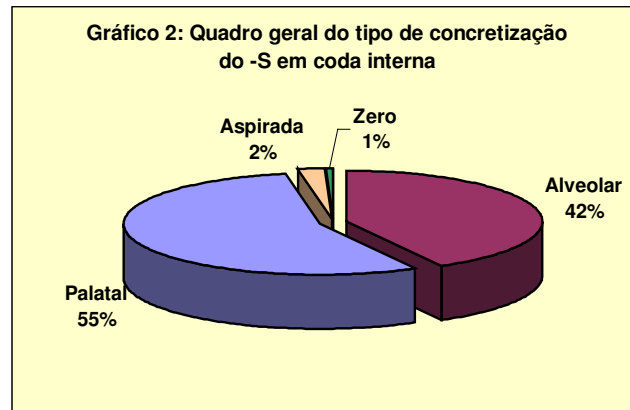
TABELA 6: Número de ocorrências do –S em coda silábica interna por tipo de concretização nos dados do MicroAFERJ

RESULTADOS OBTIDOS COM BASE NOS DADOS DE –S EM CODA INTERNA						
Nº DA CARTA	PALAVRA	TIPO DE CONCRETIZAÇÃO DO FONEMA				Total de ocorrências
		Alveolar	Palatal	Aspirada	Zero	
19	ISCA	49	21	0	0	70
54	CASCA	47	25	0	0	72
55	CASPA	52	19	1	0	72
141	CRISTO	25	46	0	0	71
81	DENTISTA	18	54	0	0	72
83	DESMAIO	43	21	6	0	70
95	ESCOLA	32	40	0	0	72
97	ESCOVA	33	39	0	0	72
99	ESCURO	36	36	0	0	72
101	ESPINHO	40	31	0	0	71
103	ESQUECER	46	25	0	0	71
105	ESTÁTUA	18	51	0	1	70
107	ESTÔMAGO	19	52	0	0	71
109	EXPERIÊNCIA	33	32	0	0	65
110	FESTA	15	55	1	0	71
119	FÓSFORO	28	21	0	4	53
134	HOSPITAL	29	41	0	0	70
139	INTESTINO	2	62	1	2	67
149	LESMA	46	23	2	0	71
160	MÁSCARA	40	32	0	0	72
161	MASTIGAR	3	59	9	0	71
167	MESMO	42	21	4	2	69
170	MOSCA	47	25	0	0	72
178	NORDESTINO	0	59	7	1	67
196	PASTA	24	48	0	0	72
205	PESCOÇO	47	23	2	0	72
208	PLÁSTICO	0	41	2	1	44
215	POSTE	3	53	11	0	67
256	TRANSPORTE	45	25	0	1	71
292	SEXTA	19	53	0	0	72
302	AGOSTO	18	54	0	0	72
Nº total de ocorrências		899	1187	46	12	2144

TABELA 7: Número de ocorrências do –S em coda silábica externa não morfêmico por tipo de concretização nos dados do MicroAFERJ

RESULTADOS OBTIDOS COM BASE NOS DADOS DE –S EM CODA EXTERNA NÃO-MORFÊMICO						
Nº DA CARTA	PALAVRA	TIPO DE CONCRETIZAÇÃO DO FONEMA				Total de ocorrências
		Alveolar	Palatal	Aspirada	Zero	
21	ARCO-ÍRIS	41	13	0	15	69
23	ARROZ	52	18	0	1	71
80	CRUZ	48	24	0	0	72
82	DEPOIS	52	19	0	1	72
108	FELIZ	9	40	21	2	72
130	GIZ	41	30	0	0	71
141	JESUS	47	24	0	0	71
146	LÁPIS	51	13	1	7	72
154	LUZ	53	19	0	0	72
174	NARIZ	46	26	0	0	72
197	PAZ	55	17	0	0	72
224	PUS	47	24	0	0	71
275	VOZ	54	16	0	1	71
279	DOIS	20	52	0	0	72
280	TRÊS	26	46	0	0	72
283	SEIS	44	22	0	6	72
287	DEZ	52	19	0	1	72
Nº total de ocorrências		738	422	22	34	1216

As duas tabelas, bem como os dois gráficos a seguir (2 e 3), que expressam em valores percentuais os índices gerais nelas expostos, mostram diferentes realidades. Em contexto interno, predomina a variante palatal (1.187 oco, 55%) sobre a alveolar (899 oco, 42%). Já em contexto final absoluto, quando o S não é morfema de número, a variante alveolar suplanta a palatal em 25 pontos percentuais (738 oco, 60% contra 422 oco, 35%), o que permite formular a hipótese de que na posição interna se teria iniciado a disseminação da palatal, que, ao que tudo indica, é a variante inovadora.



O quadro referente ao contexto externo morfêmico é corroborado pelos dados da Tabela 8 e do Gráfico 4 a seguir.

Como se pode observar, se o *S* tem valor morfêmico, a tendência é o cancelamento (352 oco, 50%), mas, quando ele é concretizado a variante alveolar predomina: 236 oco (34%), contra 113 oco (16%) referentes à variante palatal. Eliminando-se os casos de cancelamento (50%) e a única ocorrência de aspirada, o percentual da variante alveolar sobe para 67%, índice altamente significativo.

Como têm demonstrado diversos estudos sobre a concordância no âmbito do sintagma nominal (SCHERRE, 1988, 1989a, 1989b, 1991, 1992, 1994, 1996, 2005), na variedade *substandard* do Português do Brasil, é muito freqüente o cancelamento do morfema de número a depender de variáveis de ordem morfossintática, entre as quais, o número de elementos que constitui o sintagma, a classe do vocábulo e a sua posição nessa estrutura.

Algumas das perguntas do Questionário que tinham por objetivo obter vocábulos no plural são do tipo lacuna, como

(QFF 125) *Nas árvores, os passarinhos costumam ficar pousados nos _____ (galhos),*

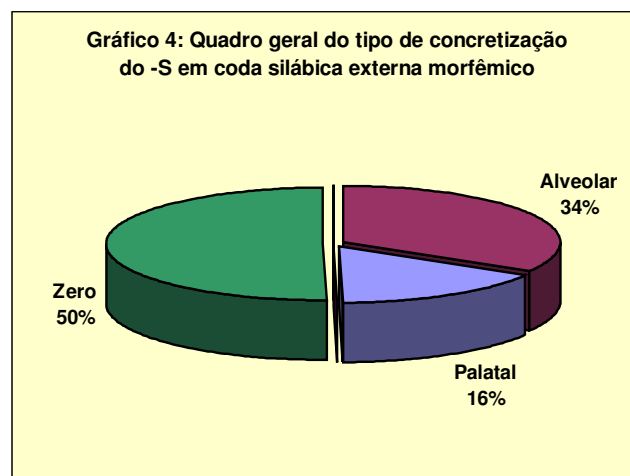
(QFF 91) *Os médicos nos hospitais cuidam dos _____ (doentes).*

(QFF 242) *Qual o móvel que fica na sala, é feito de espuma e que serve para duas ou três pessoas sentarem? E quando são dois, são dois ____ (sofás),*

que propiciam a formação de um sintagma composto por dois elementos: um numeral ou um artigo (enunciado pelo documentador) e um substantivo (o núcleo, enunciado pelo informante). Em sintagmas desse tipo, a presença de marca no primeiro elemento (*os, duas*) condiciona o apagamento da marca no núcleo (*galhos, doentes, sofás*), daí o alto índice de cancelamento aqui obtido e que corroboram dados de ALMEIDA (1997), BRANDÃO & ALMEIDA (1999) e BRANDÃO (1994a, 1994b, 2007d), no que toca à fala popular das Regiões Norte e Noroeste do Estado.

TABELA 8: Número de ocorrências do –S morfêmico por tipo de concretização nos dados do MicroAFERJ

RESULTADOS OBTIDOS COM BASE NOS DADOS DE –S EM CODA EXTERNA MORFÊMICO						
Nº DA CARTA	PALAVRA	TIPO DE CONCRETIZAÇÃO DO FONEMA				Total de ocorrências
		Alveolar	Palatal	Aspirada	Zero	
67	CÓCEGAS	2	2	0	60	64
90	DOENTES	19	2	0	51	72
124	GALHOS	19	6	0	47	72
140	JANELAS	22	15	0	34	71
143	LÁBIOS	38	15	0	18	71
182	NUVENS	14	2	0	56	72
185	ÓCULOS	38	25	0	9	72
189	OLHOS	38	28	0	5	71
243	SOFÁS	20	9	1	35	65
263	UNHAS	26	9	0	37	72
Nº total de ocorrências		236	113	1	352	702



Procedeu-se, então, tendo em vista resultados de outras análises, à investigação da influência do contexto subsequente na implementação das variantes palatal e alveolar.

Em coda interna, constatou-se que o ambiente mais propício à variante palatal é aquele em que ao *S* se segue uma consoante africada (cf. tabela 8, acima), fato que também fora constatado na fala de Cordeiro, na do Norte e Noroeste do Estado, bem como em outros falares brasileiros (cf., em especial, a síntese realizada por MOTA, 2002).

Conforme também se pode verificar pela referida tabela, as realizações alveolares são mais freqüentes diante de segmentos não-coronais (oclusiva velar ou labial, fricativa labial e consoante nasal). Diante de oclusiva alveolar, há um pequeno predomínio das realizações palatais, mas o contexto que realmente favorece a palatalização é o das africadas [tʃ] e [dʒ]. Diante delas, houve um número irrisório de realizações alveolares (2 em *intestino*, 3 em *mastigar*, 0 em *nordestino* e 3 em *plástico*) no total das 272 ocorrências referentes aos quatro vocábulos que apresentam esse contexto. Além dessas 272 ocorrências, há mais 37, em que o *S* passa de pós a pré-vocálico (cf cartas nº 208, 215, 119), ressilabificando-se como [ʃ] – plá[ʃ]ico (28 oco), po[ʃ]e (5 oco) e fo[ʃ]o (4oco), caso que se poderia denominar de assimilação progressiva .

As variáveis extralingüísticas – área geográfica, gênero e faixa etária – permitem melhor aquilatar a distribuição das variantes na fala dos diferentes grupos.

Os Gráficos 5, 6 e 7, pertinentes à distribuição espacial das variantes, respectivamente, pelos contextos interno, externo não-morfêmico e externo

morfêmico, não só concorrem para reforçar a hipótese, acima formulada, de que na posição interna se teria iniciado a disseminação da palatal, mas também demonstram que três são as localidades em que essa variante pode ser considerada norma, isto é, de fato mais freqüente do que a alveolar.

No Gráfico 5, referente ao contexto interno, verifica-se que a variante palatal predomina em seis localidades:

São Francisco do Itabapoana (ponto 1), com índice de 51%;

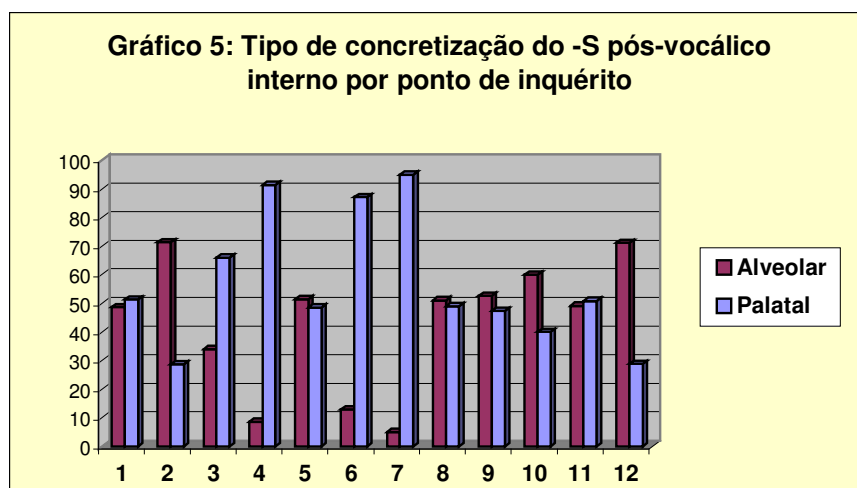
Santa Maria Madalena (ponto 3), com índice de 66%;

Cabo Frio (ponto 4), com índice de 91%;

Cachoeiras de Macacu (ponto 6), com índice de 87%;

Itaguaí (ponto 7), com índice de 95%;

Quissamã (ponto 11), com índice de 51%.



Pelo Gráfico 6, relativo ao contexto final não-morfêmico, observa-se que tal quadro se modifica: são apenas três as localidades em que a variante palatal apresenta índices superiores a 50%:

Cabo Frio (ponto 4), com índice de 88%;

Cachoeiras de Macacu (ponto 6), com índice de 93%;

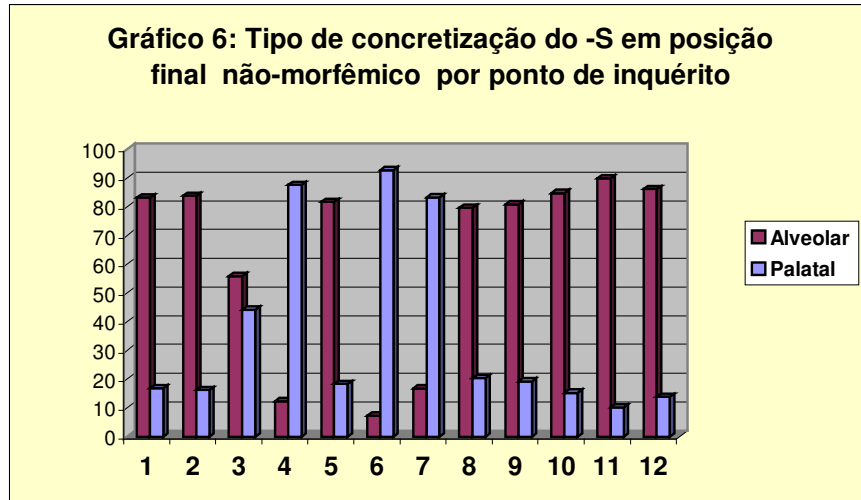
Itaguaí (ponto 7), com índice de 83%;

Nas outras três localidades, os índices da variante palatal decrescem drasticamente, à exceção de Santa Maria Madalena:

São Francisco do Itabapoana (ponto 1): 17%;

Santa Maria Madalena (ponto 3): 44%;

Quissamã (ponto 11): 10%.



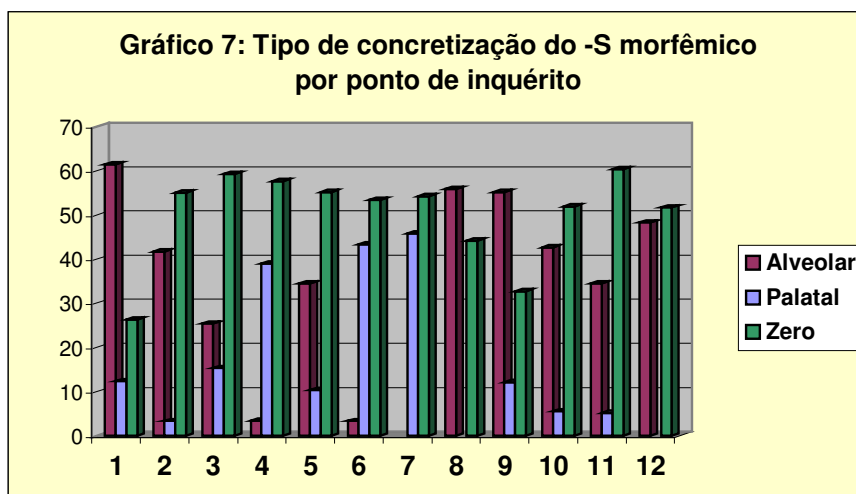
Pelo gráfico 7, referente ao S morfêmico, em que o cancelamento é a variante mais produtiva em nove das doze localidades pelos motivos já expostos, repete-se o que se observou no outro gráfico pertinente ao contexto externo, quanto ao predomínio da variante palatal:

Cabo Frio (ponto 4): 39%;

Cachoeiras de Macacu (ponto 6): 43%;

Itaguaí (ponto 7): 46%.

Deve-se observar, no entanto, que em Itaguaí (ponto 7) não houve nenhuma ocorrência de variante alveolar, ao passo que em Parati (ponto 8) e Resende (ponto 12), nenhuma de variante palatal.



Na Tabela 9, comparam-se os índices expostos nas três tabelas anteriores apenas em relação à variante palatal, indicando-se a média obtida entre os três percentuais de cada contexto por localidade.

TABELA 9: Percentuais das variantes de S por localidade e posição no vocábulo

ÍNDICES REFERENTES À VARIANTE PALATAL DE S POR LOCALIDADE E POSIÇÃO NO VOCÁBULO					
PONTO	LOCALIDADE	CONTEXTOS			MÉDIA
		INTERNO %	NÃO MORFÊM %	MORFÊM. %	%
1	S. Francisco de Itabapoana	51	17	12	26,6
2	Porciúncula	29	16	3	16
3	Santa Maria Madalena	66	44	15	41,6
4	Cabo Frio	91	88	39	72,6
5	Cantagalo	49	18	10	26,6
6	Cachoeiras de Macacu	87	93	43	74,3
7	Itaguaí	95	83	46	74,6
8	Parati	49	20	0	23
9	Valença	47	19	12	26
10	Três Rios	40	15	6	20,3
11	Quissamã	51	10	5	22
12	Resende	29	14	0	14,3

Sobre as variantes de S em coda silábica, a tabela 9 revela que: *a variante palatal:*

(a) constitui norma apenas em três localidades: Itaguaí, na Região Metropolitana, e Cachoeiras de Macacu e Cabo Frio, ambas na Região das Baixadas Litorâneas;

(b) já apresenta significativa produtividade em Santa Maria Madalena (41,6%), embora em Cantagalo, também na Região Serrana, seu índice seja ainda de 26,6%.

(c) tem seus menores índices de frequência em Resende (14,3%) e Porciúncula (16%), localidades, respectivamente, das Regiões Centro Sul e Noroeste fluminenses.

(d) tem baixa representatividade na Região Norte – São Francisco do Itabapoana (26,6%) e Quissamã (22%) – ; na Região Centro Sul – Três Rios (20,3%) e em Resende (16%), já mencionada; na Região do Médio Paraíba – Valença (26%); na região da Baía da Ilha Grande – Parati (23%)

Deduz-se, assim, que *variante alveolar*:

(a) predomina na fala de nove das localidades pesquisadas, o que equivale, em tese, a 75% do território fluminense;

(b) não constitui norma em Itaguaí, Cabo Frio e Cachoeiras de Macacu, talvez por essas localidades manterem vínculos mais estreitos com a cidade do Rio de Janeiro; muitos dos habitantes de Itaguaí, que constitui um dos municípios da Região Metropolitana, trabalham na cidade do Rio de Janeiro; Cabo Frio é local de turismo de final de semana e Cachoeiras de Macacu, onde se desenvolvem atividades agrícolas, é ponto de passagem para acesso a áreas turísticas como Friburgo e Santa Maria Madalena, por exemplo, o que pressupõe um maior contato com falantes oriundos da cidade do Rio de Janeiro.

Os dados acima expostos confirmam e complementam estudos sobre o *S* em coda silábica realizados por LIMA (2006, vol. 1, cap.5) e por RODRIGUES (2001), respectivamente, na linha geolingüística e sociolingüística variacionista.

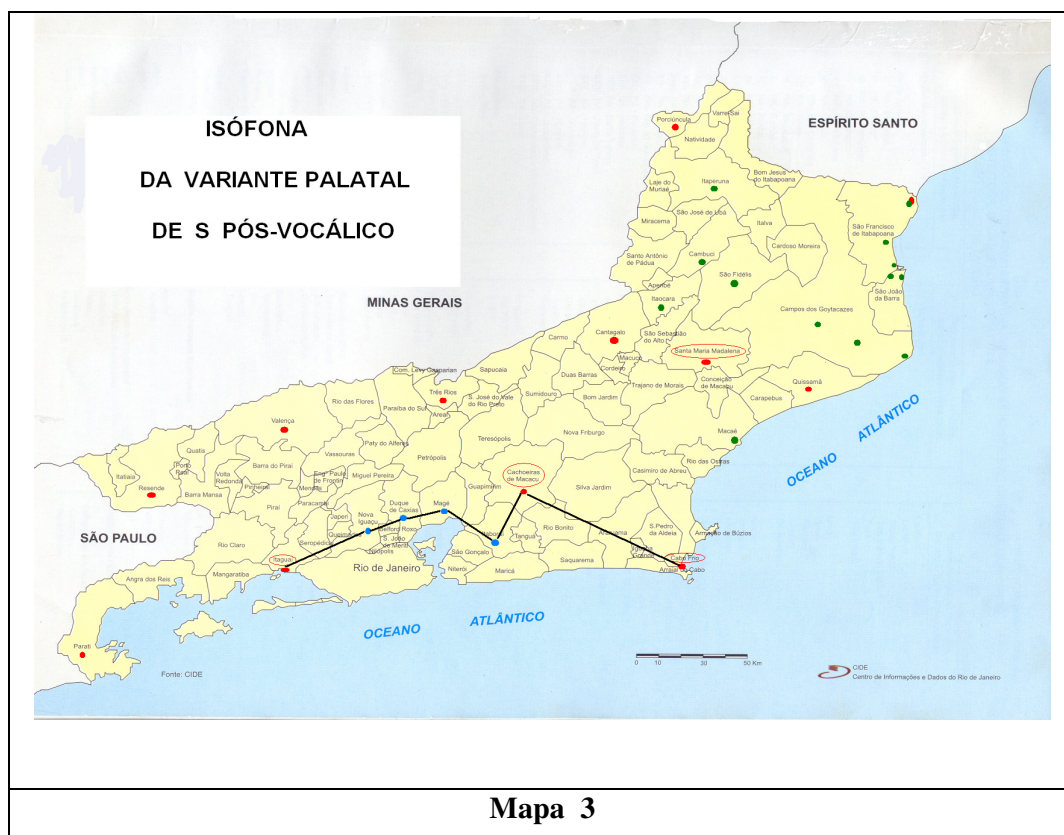
(a) LIMA (2006: vol. 1, cap 5), no AFeBG, observou que, na fala de Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Magé e Itaboraí – quatro Municípios da Região Metropolitana – a norma é a variante palatal, com índices de frequência superiores a 80%, o que é confirmado em Itaguaí, embora com índice de 74,6%.

(b) RODRIGUES (2001) mostra que, na fala de treze comunidades das Regiões Norte e Noroeste predomina a variante alveolar, nelas destacando-se, na

primeira, Macaé e, na segunda, Itaocara, onde a palatal, embora minoritária, apresenta os maiores índices de frequência: respectivamente, 42% e 40%.

Com base nos resultados dessas análises, traça-se, no mapa a seguir, o que se denominará de isófona da variante palatal de S pós-vocálico com base na fala de 28 comunidades do Estado do Rio de Janeiro: 12 do *MicroAFERJ*, 12 do estudo de RODRIGUES (2001) e 4 do AFeBG (LIMA, 2006)³⁰.

Os pontos coloridos marcam as comunidades focalizadas no *MicroAFERJ* (em vermelho), no AFeBG (em azul) e no trabalho de RODRIGUES (em verde). Note-se que, nos pontos não abarcados pela linha, predomina a variante alveolar³¹.



Como se verifica, a isófona, baseada nos estudos de que já se dispõe, restringe-se às Regiões Metropolitana e das Baixadas Litorâneas, que gravitam em torno da cidade do Rio de Janeiro.

³⁰ O *MicroAFERJ* e o estudo de RODRIGUES (2001) têm em comum um ponto de inquérito: Barra de Itabapoana, em São Francisco do Itabapoana, daí serem 28 os pontos aqui focalizados.

³¹ Apresenta-se este mesmo mapa em anexo para melhor visualização.

O cruzamento das variáveis gênero e faixa etária em relação à posição de *S* no vocábulo pode ser observada nos gráficos 8, 9 e 10.

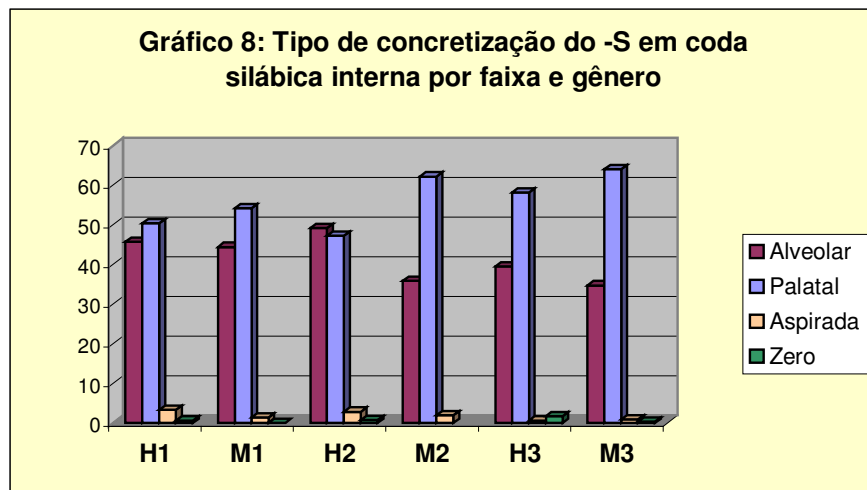
No gráfico 8, referente à coda interna, verifica-se que:

(a) na faixa 1, na fala tanto dos homens (46% e 50%) quanto das mulheres (44% e 54%) respectivamente as variantes alveolar e palatal apresentam índices aproximados;

(b) o mesmo não acontece nas faixas 2 e 3, em que as mulheres apresentam nítida preferência pela variante palatal – 62%, no primeiro grupo, 64%, no segundo;

(c) os maiores índices da variante aspirada encontram-se entre os homens das faixas 1 (3,3%) e 2 (2,8%), embora as mulheres da faixa 2 (2%) apresentem percentual próximo do obtido na fala desses indivíduos.

(d) o cancelamento de *S* em coda interna, que é pouco expressivo, supera a marca de 1% apenas na fala dos homens mais velhos (1,7%) e não ocorre na das mulheres das faixas 1 e 2.

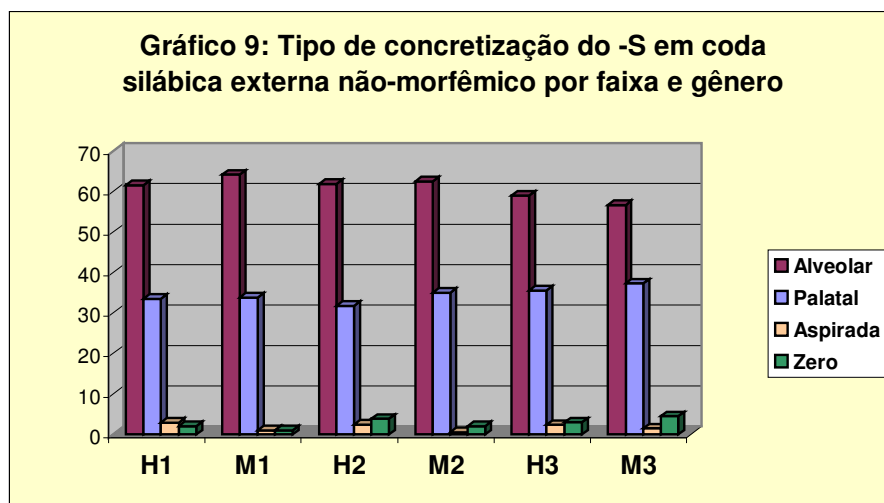


Em coda externa, quando o *S* não tem valor morfêmico (cf. Gráfico 9):

(a) observa-se o predomínio da alveolar na fala de de ambos os sexos em todas as faixas, de forma bem equilibrada (os índices variam de 57% a 64%);

(b) a variante aspirada predomina na fala dos homens: faixa 1-2,9%, faixa 2 – 2,5%, faixa 3 – 2,4%.

(c) já o cancelamento de *S* distribui-se equilibradamente pela fala dos homens e das mulheres da faixa 2, deles destacando-se as mulheres mais velhas (4,5%) e as mais novas (1%), por apresentarem o maior e menor índices dessa variante.



O gráfico 10, que diz respeito ao *S* em coda externa com valor morfêmico, mostra que:

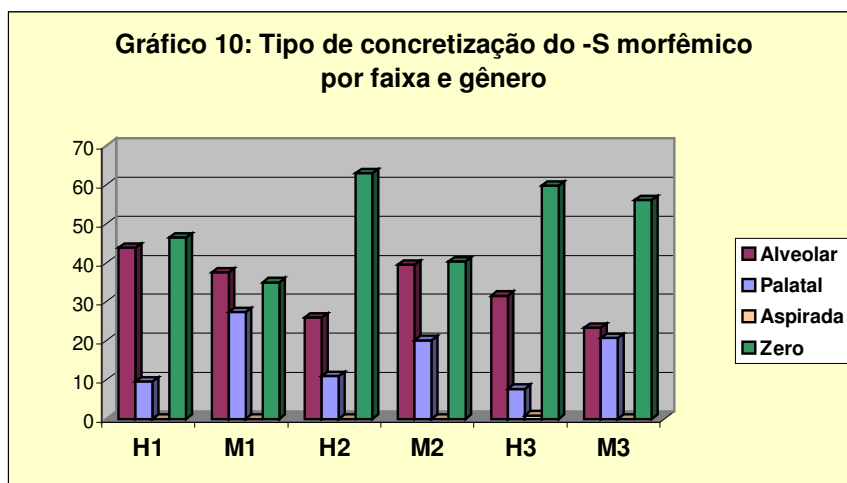
(a) o cancelamento predomina na fala de todos os indivíduos, exceto na das mulheres da faixa 1, em que a variante alveolar (37,6%) o suplanta em apenas 2,6 pontos percentuais (35%);

(b) são os homens os que mais cancelam a marca de número: faixa 1- 46,5%, faixa 2 – 63%, faixa 3 – 59,8%.

(c) a alveolar é a variante que predomina na fala de ambos os sexos e nas três faixas etárias quando o *S* é produzido;

(d) a variante palatal, embora minoritária, ocorre com mais frequência na fala das mulheres: faixa 1- 27,4%, faixa 2 – 20,2%, faixa 3 – 20,7%;

(e) a aspirada só ocorre na fala dos homens mais velhos: 0,9%.



5.2.2 Outras variáveis

Cabe mencionar, de forma sintética, outros traços da fala fluminense registrados nas cartas do MicroAFERJ.

No que concerne à variação do *R* inicial de vocábulo, nota-se a forte presença da fricativa velar surda em Porciúncula (ponto 2), Quissamã (ponto 11), Santa Maria Madalena (ponto 3) e Resende (ponto 12). Em São Francisco do Itabapoana (ponto 1), Três Rios (ponto 10), Valença (ponto 9) e Cabo Frio (ponto 4), há certo equilíbrio entre as variantes glotal e a velar. Em contrapartida, a fricativa glotal desvozeada é a mais freqüente nas duas cidades mais próximas da capital – Itaguaí (ponto 7) e Cachoeiras de Macacu (ponto 6) –, ainda, em Parati (ponto 8) e Cantagalo (ponto 5). Vale destacar que, nestas duas últimas localidades, existe uma distribuição por gênero bastante regular: as mulheres tendem a usar [h], enquanto os homens optam normalmente pelo [x].

Em coda silábica interna, são encontradas tanto as variantes [+ant] de *-R*, quanto as [-ant].. A aproximante retroflexa, afora dados esparsos, concentra-se em Resende. Já o tepe, igualmente significativo em Resende, é extensivo às demais localidades — salvo Cabo Frio, Cachoeiras de Macacu, Valença e Três Rios —, notadamente em falantes da faixa 3.

No que tange às variantes [-ant], a posição medial torna mais nítido o quadro já esboçado na análise da posição inicial: nos pontos 2, 3 e 11, os falantes, de um modo geral, preferem as variantes velares. As demais regiões — excluindo-se Resende, que

se distingue das demais por conta da preponderância das variantes [+ant] — caracterizam-se pela utilização da aspirada nesse contexto.

Em posição final de vocábulo, como já se tem comprovado em outros estudos, é patente a tendência ao apagamento do *R*, especialmente nos casos de infinitivo verbal. Nos vocábulos pertencentes a outras classes, a incidência de cancelamento é bem menos expressiva, embora preponderante.

No que tange a *L* em coda silábica, os dados revelam que a vocalização é praticamente categórica, tendo sido registradas apenas três ocorrências da variante lateral velarizada, todas em Cantagalo: na palavra *alto* (carta 11) na fala do informante masculino da faixa 3; na palavra *anzol* (carta 18), na da mulher da faixa 3; e na palavra *azul* (carta 26), na da falante do gênero feminino da faixa 2. Ocorre também um caso de aspirada no lugar do *L* em *almoço* (carta 10).

Em ataques ramificados formados com //, o rotacismo é extremamente comum em quase todos os pontos de inquérito. A cidade de Valença é a que revela menor tendência a esse fenômeno.

A alternância entre as labiais [b] e [v] é corriqueira em todas as cidades, como se pode verificar nas cartas de número 25 (assobio), 128 (gengiva), 265 (vassoura), 267 (ventilador), e 269 (verruca) e como foi também atestado no AFeBG (Lima, 2006).

A assimilação de [d] nas formas verbais do gerúndio dá-se em aproximadamente 30% dos casos. Merece menção o fato de os informantes do sexo masculino serem responsáveis pela maioria dessas ocorrências — quase o dobro das que foram produzidas pelas mulheres. A variação diatópica, no que diz respeito a esse fenômeno, é de pouco interesse, visto que não há grande disparidade quantitativa na fala das diferentes localidades.

Ainda a propósito da supressão de fonemas, cabe mencionar as vogais iniciais sobre as quais atua a aférese. Em palavras como *açúcar* (carta 4), *assobio* (carta 25), *aluguel* (carta 12), *amanhã* (carta 13), *educação* (carta 96), *eleição* (carta 98), *inocente* (carta 137) e *obrigado* (carta 184), iniciadas por sílaba sem ataque nem coda, registrou-se, em maior ou menor escala, o referido fenômeno. Constatou-se que, quanto mais velho o falante, maior a probabilidade de eliminar esse segmento — de todos os casos de aférese colhidos nas respostas ao Questionário, cerca de 60% advêm dos informantes pertencentes à faixa 3, 35% dos da faixa 2 e 15% dos da faixa 1.

As consoantes dentais são produzidas como africadas – [tʃ] e [dʒ] – quando diante de [i], a exemplo do que ocorre na fala carioca e, ainda, na de Minas Gerais (cf. *EALMG*) e na do Paraná (cf. *ALPR*).

Em contexto pretônico, as vogais médias anterior e posterior realizam-se como [e], [ɛ], [i] e [o], [ɔ], [u], respectivamente. O alteamento é bastante difundido em todo o território fluminense, sendo Quissamã a localidade em que ele ocorre com menos intensidade. O *S* que trava a sílaba pretônica, quer quando produzido como fricativa alveolar quer como fricativa pós-alveolar, como já tem sido confirmado por trabalhos variacionistas que abordam o tema, propicia o alteamento da vogal média anterior – cf. cartas 95 (escola), 97 (escova), 99 (escuro), 101 (espinho), 103(esquecer), 105 (estátua), 107 (estômago) e 109 (experiência). Os dados que registram o timbre aberto das médias pretônicas circunscrevem-se às cartas dos vocábulos *redondo* (230), *relógio* (231) e *rezar* (232), para a anterior, e *nordestino* (178) e *noventa* (190), para a posterior.

A finalização deste trabalho permite ratificar a importância de estudos na linha geolingüística. A consulta ao *MicroAFERJ*, um *valioso inventário de formas*, possibilitará, complementarmente a outros estudos, a descrição de diversas características da fala do Estado do Rio de Janeiro

Através da análise das cartas aqui arroladas, viu-se, ainda que preliminarmente, que é possível esboçar uma isófono de uma das variantes de *S* pós-vocálico. Sabe-se que outras poderão ser traçadas com base no *corpus*.

Com a constituição desta amostra, formada por dados comparáveis entre si, espera-se contribuir tanto para estudos contemporâneos como para investigações futuras e ainda fornecer subsídios para o estabelecimento das áreas dialetais brasileiras.

6. CONCLUSÃO

Os últimos anos, no Brasil, têm sido marcados por um grande avanço na área da Geolingüística. Diversos projetos vêm sendo desenvolvidos: após a virada do milênio, este é o sexto atlas finalizado, que se soma ao ALERS, ao ALISPA, ao ALAM, ao AFeBG e ao ALiPTG —, e , ainda, ao volume II do ALS e do ALPR. Sabendo-se que, antes disso, o Brasil contava apenas com cinco atlas, torna-se notório o largo passo que foi dado em direção ao conhecimento dos falares brasileiros.

É provável que, em pouco tempo, a divisão dialetal proposta por NASCENTES (1953) seja substituída por outra mais atualizada, fundamentada em trabalho de campo e em rigorosas bases metodológicas, tendo em vista os referidos atlas e a elaboração do ALiB, projeto que, desde a última década de 50, povoava a mente dos grandes dialectólogos brasileiros, mas que só há doze anos se tornou realidade. Apenas com base em um atlas nacional será possível traçar o verdadeiro panorama da diversidade lingüística deste país. Não obstante, os atlas de menor amplitude têm grande relevância, visto que fornecem diretrizes não só para outras pesquisas dialetais, mas também para estudos de natureza diversa.

Esta pesquisa representa uma modesta contribuição para a caracterização dos falares fluminenses, já que sua rede de pontos conta apenas com doze localidades. Tem-se consciência de que, sozinho, o MicroAFERJ não é capaz de propiciar uma visão profunda das peculiaridades lingüísticas do Estado do Rio de Janeiro. No entanto, se aliado aos trabalhos já realizados pelo APERJ, pelo PEUL, pelo NURC-RJ e pelo AFeBG, essa visão se dilata sobremaneira. Desse modo, crê-se ter galgado mais um degrau na escalada rumo ao desvendamento de uma variedade pouco explorada, que é o subfalar fluminense, no que tange à área do Rio de Janeiro.

Sendo assim, cumpre destacar os contributos que este estudo aduz. Calcado nos preceitos geolingüísticos e em parâmetros da Sociolingüística, este atlas enfoca

doze municípios do Estado do Rio de Janeiro, quase todos ainda não focalizados por estudos de natureza lingüística³², o que o torna uma obra inovadora..

Formado por dois volumes, este microatlas traz, no seu segundo volume, 306 cartas fonéticas que permitem que se visualize a concretização de fonemas consonantais e vocálicos em contextos de maior variação. Com base no controle sistemático da idade e gênero, possibilitam a observação de variações dos fenômenos em três dimensões: tanto no plano horizontal – diatópico –, quanto no vertical – diageracional e diagenérico.

O primeiro volume apresentou, no capítulo 2, além da descrição física do Estado do Rio de Janeiro, um breve panorama de sua formação histórica, no intuito de promover a familiarização do leitor com o território explorado.

O capítulo 3 versou sobre os trabalhos geolingüísticos de maior relevo já publicados nos países de colonização espanhola da América Latina, com a finalidade de mostrar as adaptações sofridas pela metodologia de origem européia em terras do Novo Continente, para dar conta da realidade de línguas transplantadas. Essa seção delineou, com o mesmo objetivo, um pormenorizado quadro dos atlas brasileiros já divulgados e em andamento.

O capítulo 4 expôs os parâmetros teórico-metodológicos que nortearam o desenvolvimento da pesquisa. Nessa seção, também se abordaram a história e a situação atual dos doze municípios nele focalizados. Indubitavelmente, estar a par da cultura, do modo de vida e das singularidades de cada localidade foi fundamental para o trabalho, munindo-o, simultaneamente, das estratégias para o labor prático — o processo de escolha dos distritos, dos bairros e dos informantes mais apropriados para a aplicação do questionário, por exemplo — e concorrendo para uma visão mais reflexiva acerca dos dados obtidos. Supõe-se que tais dados possam propiciar, no futuro, uma investigação mais acurada dos elos existentes entre fatores lingüísticos e extralingüísticos.

No capítulo 5, foram citados os poucos trabalhos dialetais sobre a fala fluminense, destacando-se a atuação de três projetos, o APERJ, o PEUL e o NURC-RJ. Ali também se expõem, com o auxílio de gráficos e índices estatísticos, resultados

³² O único município que já havia sido estudado do ponto de vista lingüístico é São Francisco de Itabapoana, observado pelo Projeto APERJ.

e ilações obtidos com o MicroAFERJ, notadamente no tocante à concretização do *S* pós-vocálico.

Constatou-se que a variante palatal predomina em apenas três das doze localidades estudadas. Não por acaso, são elas Cachoeiras de Macacu, Cabo Frio e Itaguaí, comunidades geográfica e culturalmente próximas à capital do Estado, onde essa variante constitui norma. Vale acrescentar que a palatal se revela significativamente produtiva também em Santa Maria Madalena. Nas demais regiões do território fluminense, seus índices de frequência são bem mais baixos, encontrando-se as menores taxas em Resende e Porciúncula, o que permite formular a hipótese de que isso se deva à maior proximidade, respectivamente, com os Estados de São Paulo e de Minas Gerais, onde a variante alveolar predomina.

Sem dúvida, no futuro, os dados do MicroAFERJ e do AFeBG, aliados, de um lado, a estudos que impliquem a abordagem de novos pontos de inquérito em território fluminense e, de outro, à divulgação dos resultados do ALESP e dos volumes II e III do EALMG, poderão contribuir para traçar o que há de comum, do ponto de vista lingüístico e sociocultural, entre esses três Estados, cujos vínculos e importância histórica são inegáveis.

Os dados do MicroAFERJ, congregados aos do AFeBG, bem como aos de RODRIGUES (2001), permitiram traçar uma isófona da variante palatal de *S* pós-vocálico com base na fala de 28 comunidades do Rio de Janeiro. Tal isófona, embora de caráter preliminar, pois a observação da fala de outras localidades pode fazê-la projetar-se mais para o interior, esboça o que se acredita constituir a área de influência direta da cidade do Rio de Janeiro no que toca à palatalização de *S* pós-vocálico.

Os dados do MicroAFERJ possibilitaram, ainda, a observação de outras peculiaridades da fala fluminense, esboçadas de forma sintética ainda no capítulo 5, dentre elas destacando-se as ocorrências, no que toca ao *R* pós-vocálico, das variantes aproximante retroflexa e tepe, sobretudo em Resende.

O desenvolvimento da grande empreitada que é um atlas lingüístico fez com que se pudesse perceber a validade de algumas frases empregadas por um de nossos maiores dialectólogos. Não há dúvida de que Nelson Rossi tinha razão ao afirmar, em diferentes passagens da Introdução ao APFB, que *só se aprende a fazer fazendo* e que é o trabalho de campo o melhor livro de dialectologia que se conhece. Realmente, só

quem esteve lá, – e, como ele diz, pode ser difícil chegar lá (ROSSI: 1965) –, é capaz de aquilatar seu real valor e transmitir a sua verdadeira dimensão.

7. REFERÊNCIAS

- ACRUCHE, Roberto Pinheiro. *Apontamentos para a História de São Francisco de Itabapoana*. Rio de Janeiro: EdG, 2002.
- AGUILERA, Vanderci de Andrade. *Atlas Lingüístico do Paraná*. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado do Paraná, 1994. 1 v.
- . *Atlas Lingüístico do Paraná; Apresentação*. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 1995.
- . (org.) *A geolingüística no Brasil: caminhos e perspectivas*. Londrina: Editora da Universidade Estadual de Londrina, 1998.
- . “Caminhos da dialetologia: os atlas lingüísticos do Brasil”. In: HENRIQUE & PEREIRA (orgs.). *Língua e transdisciplinaridade: rumos, conexões e sentidos*. São Paulo: Contexto, 2002.
- , MILANI, Gleidy Aparecida & MOTA, Jacyra Andrade, (orgs.). *Projeto Atlas Lingüístico do Brasil- ALiB. Documentos*. Salvador: ILUFBA: EDUFBA, 2003.
- (org.). *A geolingüística no Brasil: trilhas seguidas, caminhos a percorrer*. Londrina: Eduel, 2005.
- *Geolingüística e conhecimento da sócio-história do português do Brasil*. A ser publicado na *Revista Signum Estudos da Linguagem*, Londrina-PR. No prelo.
- ALMEIDA, E. M *A variação da concordância nominal num dialeto rural*. Rio de Janeiro: UFRJ. Dissertação de Mestrado, 1997 [*]
- ALMEIDA, Fabiana da Silva Campos. *MicroAtlas Fonético do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: UFRJ. Texto apresentado para Exame de Qualificação de Tese, 2006.
- ALTINO, Fabiane Cristina. *Atlas Lingüístico do Paraná – ALPR-II*. Londrina-PR: Universidade Estadual de Londrina. 2. v. Tese de Doutorado, 2007.

- ALVAR, Manuel. *Estúdios canários*. Las Palmas: Cabildo Insular de Gran Canaria, 1968.
- . *Estruturalismo, geografia lingüística y dialectologia actual*. 2 ed. Madrid: Gredos, 1973.
- . *Atlas lingüístico de hispanoamérica. Cuestionário*. Madrid: Instituto de Cooperación Iberoamericana, 1984. p. IX-XXVIII.
- . *Atlas Lingüístico y Etnográfico de Cantabria (ALECant)*. Madrid: Arco/Libros, 1995. S.L. 2 v.
- . *El español en la República Dominicana. Estudios, encuestas, textos*. Espanha: La Goleta Ediciones, 2000.
- . *El español en el sur de Estados Unidos. Estudios, encuestas, textos*. Espanha: La Goleta Ediciones, 2000.
- . *El español en Venezuela. Estudios, mapas, textos*. 3 v.a: La Goleta Ediciones, 2001.
- AMARAL, Amadeu. *O dialeto caipira*. 3 ed. São Paulo: Hucitec, Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia, 1976.
- AMORIM, Laerte Carpena de *As salinas de Cabo Frio*. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras da UFRJ, 1988. Tese de Doutorado.[*]
- AQUINO, Maria de Fátima. “Uso variável do ditongo em contexto sibilante”. In: HORA, Demerval da (org.). *Estudos sociolingüísticos: perfil de uma comunidade*. João Pessoa: UFPB/BC, 2004. p.45-54.
- ARAGÃO, Maria do Socorro Silva. & MENEZES, Cleuza P. B. de. *Atlas Lingüístico da Paraíba*. Brasília: UFPB/CNPq, 1984. 2 v.
- ARAYA, Guillermo (dir.). *Atlas Lingüístico-etnográfico del sur de Chile*. Valdivia: Instituto de Filología de la Universidad Austral de Chile y Editorial Andres Bello, 1973.
- BATISTA DA SILVEIRA, Eliete Figueira. *Estruturas completivas do português*. XVI Jornada de Estudos Lingüísticos - UFF/*Anais*, setembro de 1998.
- . *A integração clausal no âmbito das construções completivas de verbo preposicionadas*. Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Letras. Tese de Doutorado em Língua Portuguesa, 2003.
- . *Integração de cláusulas completivas ligadas a verbo*. 10º Simpósio Nacional de Letras e Lingüística – UFU/*Anais*, outubro de 2004.
- BERANGER, Abel. *Dados históricos de Cabo Frio*. 3. ed. Cabo Frio: Banco do Brasil, 2003.
- BESSA, J.R.F. “O Atlas Lingüístico do Ceará”. *Desafio*, Fortaleza, 1988. v 1.
- et al. *Questionário do Atlas Lingüístico do Estado do Ceará*. Fortaleza: Imprensa da Universidade Federal do Ceará, 1982.
- BISOL, Leda. *Harmonização vocálica: uma regra variável*. Rio de Janeiro Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tese de Doutorado em Lingüística. 1981.

- _____. “O ditongo na perspectiva da fonologia atual”. *DELTA*, 5 (2): 185-224, 1989.
- _____. “Ditongos derivados”. *DELTA*, 5, (n. esp.): 123-140, 1994.
- _____. (org) *Introdução a estudos de fonologia do português brasileiro*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.
- BLANCH, Juan Lope. “La Sociolingüística y la dialectología hispánica”. In: ALVAR, Manuel & BLANCH, Juan Lope. *En torno a la sociolingüística*. México: Instituto de Investigaciones Filológicas, 1978. p. 35-57.
- _____. (dir.). *Atlas lingüístico de México*. México: El Colegio de Mexico, 1990.
- BOLÉO, Manuel de Paiva & SILVA, Maria Helena Santos. *O mapa dos dialetos e falares de Portugal Continental*. Boletim de Filologia, Lisboa, **20**, 1962.
- BRANDÃO, Silvia Figueiredo. *O pescador do município de Campos: universo e linguagem*. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras da UFRJ. Tese de Doutorado, 1988. [*]
- _____. *A geografia lingüística do Brasil*. São Paulo: Ática, 1991. [*]
- _____. “Presença/ausência da marca de número em constituintes do sintagma nominal”. In: *I Congresso Internacional da ABRALIN/ Atas.../ Salvador, Bloco 8, comunicação 11*. Impressão em disquete Vol 2: Comunicações, 1994. [*]
- _____. “Em torno de um velho tema: o cancelamento da marca de número na fala das comunidades rurais brasileiras”. *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, Lisboa, 1994, 12: 50-57. [*]
- _____. “O /R/ implosivo no Norte do Estado do Rio de Janeiro”. In: PEREIRA, Cilene C. & PEREIRA, Paulo R. D (org.) *Miscelânea de estudos lingüísticos e literários in memoriam Celso Cunha*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1995. p. 49-58. [*]
- _____. “Rede de localidades para a elaboração de um atlas lingüístico nacional: considerações iniciais”. In: *Seminário: caminhos e perspectivas para a Geolingüística no Brasil*. Salvador: UFBA, 1996. [*]
- _____. *Considerações sobre metodologias e técnicas na elaboração de atlas lingüísticos e sua utilização no Brasil*. XI Comunicação apresentada ao Congresso Internacional da Associação de Lingüística e Filologia da América Latina (ALFAL). Universidade de Las Palmas de Gran Canaria/ALFAL. Las Palmas de Gran Canaria, Espanha. 22-27 de jul. 1996. [*]
- _____. “Aspectos sociolingüísticos de um dialeto rural”. In: HORA, Dermeval da (org) *Diversidade lingüística no Brasil*. João Pessoa: Idéia, 1997. p. 61-69. [*]
- _____. “A história e as contribuições de um projeto na linha geolingüística”. In: AGUILERA, V. (org.) *A geolingüística no Brasil: caminhos e perspectivas*. Londrina: Editora da Universidade Estadual de Londrina, 2005. p. 357-370. [*]
- _____. “Um estudo contrastivo sobre as vogais médias pretônicas em falares do Amazonas e do Pará com base nos dados do ALAM e do ALISPA”. In: AGUILERA, V. (org.) *A geolingüística no Brasil: caminhos e perspectivas*. Londrina: Editora da Universidade Estadual de Londrina, 2005. p. 299-318. [*]

- _____. “Sobre a lateral palatal no Português do Brasil”. In: ASSIS, Rosa (org) *Estudo de língua portuguesa (e de todas as línguas que fazem a nossa)*. Belém-PA: Unama, 2006a. p. 63-86. [*]
- _____. “A história e as contribuições de um projeto na linha geolingüística”. In: CUNHA, Cláudia de Souza (org). *Estudos geo-sociolingüísticos*. Rio de Janeiro: UFRJ, Pós-graduação em Letras Vernáculas, 2006b. p. 29-37. [*]
- _____. *Um estudo variacionista sobre a lateral palatal*. III Seminário Internacional de Fonologia. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre-RS, 09-13 abril de 2007. A ser publicado na *Revista Letras de Hoje, Porto Alegre-RS*. [*]
- _____. *A atuação de fatores extralingüísticos na implementação de variantes de -S e de -R em coda silábica na fala popular das Regiões Norte e Noroeste do Estado do RJ*, apresentada na Mesa Redonda *Variação e mudança: estudos sincrônicos de orientação geo-sociolingüística*. Semana de Língua Portuguesa. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro-RJ: 11-15 jun de 2007 (b) [*]
- _____. *Sociolingüística e geolingüística: uma perspectiva histórica*. I Encontro Internacional do GT de Sociolingüística da ANPOLL. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 31 ago a 03 de 2007(c). [*]
- _____. “Concordância nominal”. In: VIEIRA, Silvia R; BRANDÃO, Silvia F. *Ensino de gramática: descrição e uso*. São Paulo: Contexto, 2007. p. 57-83. (d) [*]
- _____. et alii. *Acervo das Variedades Lingüísticas Fluminenses – AVAL-RJ*. Projeto de Pesquisa. Rio de Janeiro: UFRJ. 2007e[*]
- _____. *Variação em coda silábica na fala fluminense*. Comunicação ao V Congresso Internacional da Associação Brasileira de Lingüística (ABRALIN). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte-MG, 28 fev – 03 mar de 2007. A ser publicado na *Revista da ABRALIN*(No prelo-a) [*]
- _____. “A fala popular do Estado do Rio de Janeiro numa perspectiva geosociolingüística”. A ser publicado em *Português brasileiro II*(No prelo-b) [*]
- _____. “Nas trilhas do –R retroflexo”. A ser publicado na *Revista Signum Estudos da Linguagem*, Londrina-PR(No prelo-c). [*]
- _____. & ALMEIDA E. M. “Ainda sobre a concordância no âmbito do sintagma nominal”. In: *Estudos da Linguagem: renovação e síntese*. VII Congresso da ASSEL-Rio /Anais.../ Rio de Janeiro, 3-6 de nov. de 1998. Rio de Janeiro: Associação de Estudos da Linguagem do Rio de Janeiro (ASSEL-Rio). 1999. p. 835-843. [*]
- _____. & BARBOSA, Afrânio Gonçalves Barbosa. “O Português do B[rasil] (Variações)”. In: CRISTÓVÃO, Fernando (dir e coord) et al. *Dicionário Temático da Lusofonia*. Lisboa: Texto Editores; ACLUS, 2005. 855-856. [*]
- _____. CALLOU, Dinah & DUARTE, Maria Eugênia. Lamoglia. “As estruturas de complementação na fala standard e não standard do Rio de Janeiro”. In: GROBE, Sybille & ZIMMERMANN, Klaus (org.). *O português brasileiro: pesquisas e projetos*. Frankfurt am Main, 2000. v. 1, p. 189-205. [*]

- ____ & MORAES, João Antônio de. *Geolingüística no Brasil: resultados e perspectivas*. Terceira Margem, 3. Faculdade de Letras da UFRJ, 1995. [*]
- ____, & MOTA, Maria Antónia C. da. *Análise contrastiva de variedades do Português*. Rio de Janeiro: In-Fólio/Faculdade de Letras, 2003. [*]
- ____, MOTA, Maria Antónia C. da & CUNHA, Cláudia de Souza. “Um estudo contrastivo entre o português europeu e o português do Brasil: o –R final de vocábulo”. In: BRANDÃO, Silvia F. & MOTA, Maria Antónia. *Análise contrastiva de variedades do Português: primeiros estudos*. Rio de Janeiro: In-Fólio, 2003. p.163-180 [*]
- ____ & SANTOS, Alessandra de Paula. *O comportamento das vogais médias postônicas não-finais na fala fluminense*. Simpósio sobre as Vogais (SIS-Vogais). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa: 15-17 nov de 2007.
- ____ & VIEIRA, Silvia Rodrigues. “Aspectos morfossintáticos da fala de comunidades pesqueiras: um estudo variacionista”. In: GROBE, Sybille & ZIMMERMANN, Klaus. (org.). *Substandard e mudança no Português Brasileiro*. Frankfurt am Main, 1998.p. 227-254. [*]
- BRESCANCINI, C. “A representação lexical das fricativas palato-alveolares: uma proposta”. *Revista Letras*, 61, especial: p.299-310, Curitiba, UFPR, 2003.
- CAGLIARI, Luiz Carlos. *A palatalização em português: uma investigação palatográfica*. Campinas: IEL/UNICAMP. Dissertação de Mestrado, 1974.
- ____. *Processos fonológicos do português brasileiro interpretados pela fonologia de geometria de traços*. 2. ed. rev. Campinas: Edição do Autor. Parte I, 1998.
- ____. *Análise fonológica: introdução à teoria e à prática com especial destaque para o modelo fonêmico*. Campinas: Mercado de Letras, 2002.
- CALLOU, Dinah Maria Isensee. *Variação e distribuição da vibrante na fala urbana culta do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: UFRJ/FL, 1979.
- ____ “Um problema na fonologia do português: variação das vogais pretônicas”. In: PEREIRA, Cilene & PEREIRA, P. R. D. *Miscelânea de estudos lingüísticos, filológicos e literários in memoriam Celso Cunha*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995. p. 59-70..
- ____ “Processos em curso no português do Brasil: a ditongação”. In: HORA, D. & COLLISCHONN, G. (orgs.). *Teoria lingüística: fonologia e outros temas*. João Pessoa: Editora Universitária, 2003. p.232-250.
- ____ *Sobre o -S em coda silábica no Rio de Janeiro: fala culta e popular I* Encontro Internacional do GT de Sociolingüística da ANPOLL. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro-RJ: 31 ago a 03 set 2007.
- ____ “O Projeto NURC no Brasil: da década de 70 à década de 90”. *Lingüística*, 11: 231-250.
- ____ & BRANDÃO, Silvia. “A palatalização no Português do Brasil”. *Lingüística*, 18: 2006. p.57-73.

- _____ & COUTINHO, Lilian. “Elevação e abaixamento das vogais pretônicas no dialeto do Rio de Janeiro”. *Organon*, 5 (18): 71-77, 1991.
- _____ COUTINHO, Lilian & CUNHA, Cláudia. “Um problema da fonologia do português: variação das vogais pretônicas”. In: PEREIRA, C. & PEREIRA, P. *Miscelânea de estudos lingüísticos, filológicos e literários in memoriam Celso Cunha*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 19 p.59-70.
- _____ & LEITE, Yonne. “As vogais pretônicas no falar carioca”. *Estudos lingüísticos e literários*, 5: 151-162, 1986.
- _____. *Como falam os brasileiros*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.
- _____ & MARQUES, M. H. “O –s implosivo na linguagem do Rio de Janeiro”. *Littera*, 14. Rio de Janeiro, 1975. p. 9-137.
- _____. “A norma de pronúncia do S e do R pós- vocálico: distribuição por áreas regionais”. In: CARDOSO, Suzana (org) *Diversidade lingüística e ensino*. Salvador: EDUFBA, 1996. p. 133-147.
- _____ & MORAES, João “Elevação e abaixamento das vogais pretônicas no Rio de Janeiro”. *Organon*, Porto Alegre, 18, 1991: 71-78.
- _____. & MORAES, João. “A ditongação no português do Brasil: estudo de dois casos”. *Actes du XXII Congrès International de Linguistique et de Philologie Romanes*. Bruxelas, v. III, 1998. p.95-101.
- _____ & MORAES, J. “Processo(s) de enfraquecimento consonantal no português do Brasil”. In: *Gramática do Português falado. Vol. VIII: Novos estudos descritivos*. Campinas, UNICAMP, 2002. p. 537-556.
- CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. *Para o estudo da fonêmica portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 1953.
- _____. *Introdução às línguas indígenas brasileiras*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1965.
- _____. *Estrutura da língua portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 1970.
- CAMARA MUNICIPAL DE SANTA MARIA MADALENA. *Código de Posturas*. Santa Maria Madalena: Typ. do Protesto, 1897.
- CAMPOS, O. G. L.de S. et alii (1993) “Flexão nominal: indicação de pluralidade no sintagma nominal”. In: ILARI, R. (org) *Gramática do português falado*. 2. ed.Campinas-SP: Editora da UNICAMP, vol. 2 : Níveis de análise lingüística.
- CANOVAS, M.I. *Variação fônica de /S/ pós-vocálico e de /v,z,ʒ/ cabeça de sílaba na fala da cidade de Salvador*. Dissertação de Mestrado. Letras/UFBA, 1991.
- CARDOSO, Suzana. “Tinha Nascentes razão?” (Considerações sobre a divisão dialetal do Brasil). *Estudos lingüísticos e literários*, Salvador, 1986. 5: 47-57.
- _____. *Sobre a africada [tʃ] no português do Brasil*. DIG, 1, 1993. 92-111.
- _____. No caminho das áreas dialetais brasileiras: [tʃ] no decurso de it. ABRALIN *Boletim da Associação Brasileira de Lingüística*, 14, São Paulo, 1993. p. 302-312.

- _____. (org). *Caminhos e perspectivas para a geolingüística no Brasil*. Seminário Nacional. Salvador: Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras, 1996.
- _____. *Projeto Atlas lingüístico do Brasil -ALiB*. 1ª. Reunião do Comitê Nacional. Maceió, 1997.
- _____. Histórico e objetivos do Projeto Atlas Lingüístico do Brasil. ABRALIN: *Boletim da Associação Brasileira de Lingüística*, 23. Florianópolis, 1999.
- _____. A geolingüística no Brasil: meio século de contribuição à ciência da linguagem e ao ensino da língua materna. ABRALIN: *Boletim da Associação Brasileira de Lingüística*, 23. Florianópolis, 1999.
- _____. Geolingüística: convergências e divergências na coleta de dados. *Estudos Lingüísticos e Literários. Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística*, Universidade Federal da Bahia, junho-dezembro, 1999.
- _____. Dialectologia: trilhas seguidas, caminhos a perseguir”. *D.E.L.T.A*, 17, (nº. esp.), 2001.
- _____. *Atlas Lingüístico de Sergipe – II*. Vol. 1, ALS – II, Vol. 2, Introdução às cartas; acompanhado por um conjunto de mapas. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro. Faculdade de Letras, 2002. Tese de Doutorado.
- _____ & FERREIRA, Carlota. *A Dialectologia no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1994.
- _____ & MOTA, Jacyra. “Um desafio: o Atlas Lingüístico do Brasil”. In: *Estudos Lingüísticos e Literários*, 21-22. Salvador, Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística, Universidade Federal da Bahia, junho-dezembro 1998.
- _____ *A Dialectologia no Brasil: perspectivas*. D.E.L.T.A: Revista de Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada, 15 nº. Especial. 1999.
- _____. Dialectologia brasileira: o atlas lingüístico do Brasil. *Revista da ANPOLL. Associação Nacional de Pós-Graduação*, nº. 8, São Paulo: Humanitas/FFCL/USP, 2000.
- CARUSO, Pedro. *Atlas Lingüístico do Estado de São Paulo* . Questionário. Assis: Instituto de Letras, História e Psicologia/UNESP; Prefeitura Municipal de Assis, 1983.
- CARVALHO, José Herculano de. *Os estudos dialectológicos em Portugal nos últimos vinte anos*. *Revista Portuguesa de Filologia*, Coimbra, 11: 307-321, 1961. Comunicação apresentada ao Colóquio de Estudos Luso-Brasileiros, 4 Salvador, 1959.
- CARVALHO, Sebastião A. B. de. *O tesouro de Cantagalo*. Niterói: Gráfica do Colégio Salesiano Santa Rosa, 1991.
- CARVALHO, Sergio Drummond Madureira. *A palatalização das plosivas dentais na fala de pescadores do Norte e Noroeste do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Letras, 2002. 143 fl. mimeo. Dissertação de Mestrado em Língua Portuguesa. [*]
- CATFORD, J. *A practical introduction to phonetics*. Oxford: Clarendon Press, 1994.

- CHAMBERS, J. K.& TRUDGILL, G. *Dialectology*. Cambridge: Cambridge University, 1980. 218 p.
- CINTRA, Luís. F. Lindley. Nova proposta de classificação dos dialetos galego-portugueses. *Boletim de Filologia*, 22: 81-116.
- _____. *Estudos de dialectologia portuguesa*. Lisboa: Sá da Costa, 1983.
- COIMBRA-FILHO, Ademar Faria. Sistemática, distribuição geográfica e situação atual dos símios brasileiros (Platyrrhini-Primates). Rio de Janeiro: *Revista Brasileira de Biologia*, 50 (4): 1063-1079, 1990.
- CONTINI, Michel. “La géographie linguistique en Amérique Latine”. In: *Géolinguistique* (Grenoble), Hors série no. 2, 2001-2002, 5-6.1
- _____. & TUAILLON, Gaston. *Atlas Linguistique Roman (ALiR)*. Volume I, *Présentation*; Volume I, *Cartes*; Volume I, *Commentaires*, Volume IIa, *Cartes*; Volume IIa, *Commentaires*, Instituto, Poligrafico e Zecca dello Stato, Libreria dello Stato, Roma, 1996.
- COSERIU, Eugenio. “A Geografia Lingüística”. In: _____. *O homem e sua linguagem*. Rio de Janeiro: Presença, São Paulo: Universidade de São Paulo, 1982. p. 79-116
- _____. *Sentido y tareas de la dialectología*. México: Instituto de Investigaciones Filológicas, 1982.
- CRUZ, Maria Luiza. de Carvalho. *Atlas lingüístico do Amazonas*. Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Letras, 2004. 2v. mimeo. Tese de Doutorado em Língua Portuguesa.
- CUNHA, Celso. *Uma política do idioma*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1968.
- _____. *Língua portuguesa e realidade brasileira*. 3. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1972. 123 p.
- _____. *Le polymorphisme du portugais du Brésil et ses causes: le cas du /s/ implosif*. *Cultura Neolatina*. Moderna, 34, 1974. p.327-335.
- _____. *A questão da norma culta brasileira*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985.
- _____. “Conservação e inovação no Português do Brasil”. In: *O eixo e a roda*. Belo Horizonte, 1986. p.199-230. _____ & CALLOU, Dinah. Falares regionais. In: *Atlas Cultural do Brasil*. Rio de Janeiro: MEC/FENAME, 1972, p.111-117.
- _____. & CALLOU, Dinah. “Falares regionais. In: *Atlas Cultural do Brasil*. Rio de Janeiro: MEC/FENAME, 1972. p.111-117.
- _____. & SILVA NETO, Serafim da. *Atlas Lingüístico Etnográfico do Brasil*. III Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, v.II /Separata das Actas/ Lisboa, 1957. p 405-412, 1960.
- CUNHA, Cláudia de Souza (org.). *Estudos geo-sociolingüísticos*. Rio de Janeiro: UFRJ, Pós-graduação em Letras Vernáculas, 2006.
- DAUZAT, A. *La géographie linguistique*. Paris: Flammarion, 1922.

- DIEGUES JR, Manuel. *Delimitação de regiões culturais no Brasil como sugestão para estudos dialectológicos*. Comunicação apresentada ao Congresso Brasileiro de Dialectologia e Etnografia, Porto Alegre, 1958. 8 fls. mimeo.
- ELIA, Silvio. *O problema da língua brasileira*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1961.
- ELIZAINCÍN, Adolfo & THUN, Harald. El Atlas Diatópico y Diastrático del Uruguay, *Diálogo Científico*. Tübingen.: 1992. V.1.
- ERTHAL, Clélio. *Cantagalo: da miragem do ouro ao esplendor do café*. Niterói: Gráfica Erthal, 1992.
- FERREIRA, Carlota et al *Atlas Lingüístico de Sergipe*. Salvador: UFBA, Instituto de Letras; Fundação Estadual de Cultura de Sergipe, 1987. 1 v.
- _____. & CARDOSO, S. A . *A dialectologia no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1994. 95 p.
- FLORÉZ, Luis. *Atlas lingüístico-etnográfico de Colômbia*. Bogotá: Instituto Caro y Cuervo, 1983.6v.
- _____. *Manual del atlas lingüístico-etnográfico de Colombia*. Bogotá: Instituto Caro y Cuervo, 1983.
- FREITAS, Simone. “As vogais médias pretônicas /e/ e /o/ num falar do norte do Brasil”. In: ABDELHAK, R. (org.). *Estudos geo-lingüísticos no estado do Pará*. Belém do Pará: 2003. p.113-126.
- FUNDAÇÃO CENTRO DE INFORMAÇÕES E DADOS DO RIO DE JANEIRO. *Estado do Rio de Janeiro: território*. Rio de Janeiro: CIDE, 1997.
- FURLAN, O. A. (1989) *A influência açoriana do português no Brasil em Santa Catarina*. Florianópolis: Editora da UFSC.
- GONZÁLEZ, Manuel González. *Proceso de elaboración dun atlas lingüístico*. Santiago de Compostela: Comunicação apresentada no Curso de geografia lingüística. Instituto da Língua Galega Universidade de Santiago, 2007.
- GRYNER, H. & MACEDO, A. “A pronúncia do *ɣ* pós-vocálico na região de Cordeiro-RJ”. IN: MOLLICA, C. & MARTELLOTA, M. (org.) *Análises lingüísticas: a contribuição de Alzira Macedo*. Rio de Janeiro, UFRJ, 2000. p. 26-51.
- GUIA SÓCIO-ECONÔMICO DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro: Gráfica Jb, 1993. v. 2.
- GUIMARÃES, Tânia Braga. *Para um Atlas Lingüístico de São Francisco do Sul (ALSFS): há nesta ilha um falar específico?* . Londrina-PR: Universidade Estadual de Londrina. Monografia para exame de qualificação, 2007.
- HEAD, Brian & CARUSO, Pedro. *O estudo das variedades regionais do Português do Brasil*. IX Congresso Internacional da ALFAL. /Atas.../ Campinas, 1993.
- HORA, Demerval. “Teoria fonológica e variação: a fricativa coronal /s/”. *Letras de hoje*. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2002. 37, n.1:199-219.

- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. População e Domicílios – Censo 2000 – Resultados da amostra. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=rj>. Acesso em: 24 abr. 2007.
- ISQUERDO, Aparecida Negri. “Os atlas regionais brasileiros e em curso: percursos metodológicos”. In: MOTA, Jacyra Andrade; CARDOSO, Suzana A. M (orgs) *Documentos 2: projeto Atlas Lingüístico do Brasil*. Salvador: Quarteto. 2006. p.67-94.
- KOCH, Walter, KLASSMAN, Mário S. & ALTENHOFEN, Cléo Vilson. *Atlas Lingüístico-Etnogáfico da Região Sul do Brasil (ALERS)*. Vol. 1 *Introdução*; Vol. 2, *Cartas Fonéticas e Morfossintáticas*. Porto Alegre/ Florianópolis/ Curitiba: Ed. UFRGS/ Ed. UFSC/ Ed. UFPR, 2002.
- KURATH, Hans. et al. *The Linguistic Atlas of New England*. Providence: Brown University Press, 1939.
- LABOV, William “The study of language in its social context”. In: _____ *Sociolinguistics patterns*. Oxford: Blackwell, 1972. cap. 8, p. 183-259.
- LABOV, William. “Les motivations sociales d’un changement phonétique”. *Sociolinguistique*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1976. cap. 1, p. 45-93.
- _____. *Principles of linguistic change*. Vol 1: Internal factors. Cambridge, Blackwell, 1994..
- _____ “Some sociolinguistic principles”. In: PAULSTON, C. B. & TUCKER, G. R. (eds.) *Sociolinguistics: the essential readings*. Oxford: Blackwell, 2003. p. 235-50.
- LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O homem e o brejo*. 2 ed. Rio de Janeiro: Lidador, 1974.
- _____. *O homem e a restinga*. 2 ed. Rio de Janeiro: Lidador, 1974.
- _____. *O homem e a Guanabara*. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE-CNG, 1964.
- _____. *O homem e a serra*. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE-CNG, 1963.
- LARANJEIRA, Joaquim. *A pequena história*. 2. ed. Santa Maria Madalena: La Cava, 2002.
- LAVANDERA, Beatriz. *Variación y significado*. Buenos Aires: Hachette, 1984.
- LEMLE, Miriam. “Heterogeneidade dialetal: um apelo à pesquisa”. In: LOBATO, L. (org.) *Lingüística e ensino do vernáculo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978. p.60-94,
- LIMA, Luciana Gomes de. *Atlas Fonético do entorno da Baía de Guanabara-AFeBG*. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras, 2006. 2 v. Dissertação de Mestrado em Língua Portuguesa
- LUCCHESI, Dante. “A questão da formação do português popular do Brasil”. In: *A cor das letras*, nº3, 1999. p. 73-100.
- _____ *A constituição histórica do português brasileiro: tendências atuais de mudança nas normas culta e popular*. In: GROBE, S. & ZIMMERMANN, K.

- (eds.), 'Substandard' e mudança no português do Brasil. Frankfurt: TFM, 1998. p. 73 a 99
- MACHADO VIEIRA, Marcia dos Santos. *Sintaxe e semântica de predicados com verbo fazer*. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras, UFRJ. Tese de Doutorado, 2001.[*]
- _____. “Caracterização do comportamento multifuncional de *fazer*”. In: BRANDÃO, S. & MOTA, M. A. (orgs.) *Análise contrastiva de variedades do Português: primeiros estudos*. Rio de Janeiro: 2003 (a). In-Fólio. p. 77-102.[*]
- _____. “Predicações com verbos funcionais: operanda auxiliares de causativização e/ou verbalização”. In: VIII Simposio Internacional de Comunicacion Social, Santiago de Cuba, 20-24 de janeiro de 2003. *Actas ... v. I*. Cuba, Santiago de Cuba: Centro de Lingüística Aplicada, Ministério de Ciencia, Tecnología y Medio Ambiente. 2003(b). p. 173-178.[*]
- _____. *Construções causativas em Português*. Boletim da Associação Brasileira de Lingüística (ABRALIN), Fortaleza, 2003(c). v. 26, p. 349-352.[*]
- _____. “Perífrases verbais: o tratamento da auxiliaridade”. In: VIEIRA, S. & BRANDÃO, S. (orgs.) *Morfossintaxe e ensino de Português: reflexões e propostas*. Rio de Janeiro: In-Fólio, 2004. p. 65-96.[*]
- MACHADO, J. G. *Santa Maria Madalena ontem e hoje*. 2ed. Niterói: Imprensa Oficial, 2002.
- MAIA, M. C. de M. *A palatalização das consoantes do latim ao português. Repercussões no sistema*. Niterói; UFF, 1989. 46p.
- MAIA, Thereza Regina de Camargo. *Paraty: religião e folclore*. Rio de Janeiro: LTC, 1976.
- _____. *Paraty para ti*. Lorena: Stiliano, 2000.
- MAIA, V. L. “Vogais pretônicas médias na fala de Natal”. In: *Estudos lingüísticos e literários*. n. 5. Salvador: UFB/IL, 1986. p. 195-208.
- MALHA municipal digital do Brasil: situação em 2005. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 24 abr. 2007.
- MARROQUIM, Mário. *A língua do Nordeste*. 1934
- MASSA, H. *Cabo Frio: histórico-político*. Rio de Janeiro: Inelivro, 1998.
- MELO, Gladstone Chaves de. *A língua do Brasil*. Rio de Janeiro: Agir, 1946.
- MERCER, J. V. M. *Áreas fonéticas do Paraná*. Curitiba: UFPR, 1992. v. I e II
- _____. *Áreas fonéticas do Paraná: dados preliminares do ALERS*. ABRALIN *Boletim da Associação Brasileira de Lingüística*, 14, São Paulo, 1993.. p. 313-323.
- MOLLICA, Maria Cecília & BRAGA, Maria Luiza (orgs.). *Introdução à Sociolingüística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2003.
- MONARETTO, V. N. QUEDNAU, L. R. & HORA, D. As consoantes do português. In: BISOL, Leda org. 1995. *Introdução a estudos de fonologia do português brasileiro*. Porto Alegre, EDIPUCRS, 1996.

- MONTES, María Luisa Rodríguez de. *Suplemento del Atlas lingüístico-etnográfico de Colombia*. Instituto Caro y Cuervo, 1983.
- MOTA, J. A. *O –s em coda silábica na norma culta de Salvador*. Tese de Doutorado. UFRJ/LETRAS, 2002.
- _____.& ROLLEMBERG, V. “Variantes africadas palatais em Salvador”. In: HORA, Dermeval da. *Diversidade Lingüística no Brasil*. João Pessoa: Idéia, 1997. p. 131-140.
- MOUTON, Pilar García (ed.). *Geolingüística. Trabajos europeos*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1994.
- _____. “Sobre geografía lingüística del español de América - 1992”. In:---. *El español de América*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2003.
- _____. *El español de América*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2003.
- NARO, Anthony & SCHERRE, Maria Marta Pereira. *Sobre as origens do português popular do Brasil*. In: *D.E.L.T.A.*, v. 9, 1993. p.437-454.
- NASCENTES, Antenor *O linguajar carioca em 1922*. Rio de Janeiro: Sussekind de Mendonça & Comp. [s. d.]
- NASCENTES, Antenor. *O linguajar carioca*. 2.ed. Rio de Janeiro: Simões, 1953.
- _____. *Bases para a elaboração de um Atlas Lingüístico do Brasil*. Rio de Janeiro: Ministério de Educação, Casa de Rui Barbosa, vol I, 1958, vol II, 1961
- OLIVEIRA, Jesus Edesio. *Eu sou Quissamã*. Quissamã: Espaço Cultural José Carlos de Barcellos, 2000.
- OSCAR, João. *Escravidão e Engenhos*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1985.
- PAIVA, Maria da Conceição de; SCHERRE, Maria Marta Pereira. *Retrospectiva sociolingüística: contribuições do PEUL*. *Lingüística*, 11, 1999. p 203-230
- PEREIRA, Cilene Cunha *Os pescadores da Lagoa de Araruama: etnografia e linguagem*. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras da UFRJ, 1988. Tese de Doutorado
- PEREIRA, Maria Inês Monteiro. *Estudando o município de Cachoeiras de Macacu*. Cachoeiras de Macacu: Graphexpress, 2003.
- PICKFORD, G. American Linguistic Geography: a sociological appraisal. *Word* 12: 211-233, P.229, 1956.
- POP, Sever. *La dialectologie; aperçue historique et méthodes d’enquêtes linguistiques*. Louvain: Chez l’auteur, 1950.
- PRETI, D. & URBANO, H. (orgs.). *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo: materiais para estudo*. São Paulo: T. A. QUEIROZ, EDITOR/FAPESP, 1988. p. 17-37, 120-147.
- PROGRAMA DE ESTUDOS SOBRE O USO DA LÍNGUA – PEUL (1980). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, arquivo sonoro e impresso.

- PROJETO ANÁLISE CONTRASTIVA DE VARIEDADES DO PORTUGUÊS – VARPORT – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000-2005, arquivo sonoro e impresso. www.lettras.ufrj.br/varport.[*]
- PROJETO DE ESTUDO DA NORMA LINGÜÍSTICA CULTA DO RIO DE JANEIRO – NURC. NURC – RJ. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1970, arquivo sonoro e impresso. www.lettras.ufrj.br/nurc-rj.
- PROJETO DO ATLAS ETNOLINGÜÍSTICO DOS PESCADORES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – APERJ. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1990-2000, arquivo sonoro e impresso.[*]
- QUANDT, Vivian de Oliveira. *O comportamento da lateral anterior na fala do Norte-noroeste Fluminense*. Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Letras, 2004. 165 fls. mimeo. Dissertação de Mestrado em Língua Portuguesa.[*]
- RADTKE E. & THUN, H. (org) *Neue Wege der romanischen Geolinguistik: Akten des Symposiums zur Empirischen Dialektologie* (Heilderberg/Mainz, 21-24.10.1991). Kiel: Westensee-Verl, 1996.
- RAZKY, Abdelhak. “Construção de atlas sonoros: procedimentos metodológicos para o ALiSPA”. In: _____, org. *Estudos geo-lingüísticos no Estado do Pará*. Belém: Gráfica e Editora Grafia, 2003. p. 173-183.
- _____. *Atlas Lingüístico Sonoro do Pará – ALiSPA 1.1*. CD-ROM. Windows, 2004.
- _____. (org.) (2003) *Estudos Geo-Sociolingüísticos no Estado do Pará*. Belém.
- RÉVAH, I. S. L’ évolution de la prononciation au Portugal et au Brésil du XVIe siècle à nos jours. *Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Língua Falada no Teatro*. Rio, MEC, 1958. p.387-399.
- RIBEIRO, José et al. *Esboço de um Atlas Lingüístico de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: MEC, Fundação Casa de Rui Barbosa, Universidade de Juiz de Fora, 1977. v. 1.
- RODRIGUES, S. H. A. *O –S pós-vocálico na fala da Região Norte-Noroeste do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: UFRJ/ Faculdade de Letras, 2001. 100 mimeo. Dissertação de Mestrado em Língua Portuguesa. [*]
- RONA, José Pedro. *Aspectos metodológicos de la dialectologia hispanoamericana*. Montevideo: Universidad de la Republica. Facultad de Humanidades y Ciencias, Instituto de Filología-Departamento de Lingüística, 1958. Mimeo.
- ROSSI, Nelson et al. *Atlas Prévio dos Falares Baianos*. Rio de Janeiro, MEC, INL, 1963 1 v.
- _____. *Atlas Prévio dos Falares Baianos; introdução, questionário comentado, elenco das respostas transcritas*. Rio de Janeiro, MEC, INL, 1965.
- _____. *A dialectologia*. Alfa, 11, 1967.
- _____. “Sobre africadas no Brasil: à margem de uma tese de Serafim da Silva Neto”. In: *El Simpósio de Mexico: Actas, informes y comunicaciones* . México, 1969. p.207-21.

- _____. *As africadas baianas: um problema de lingüística descritiva*. Anais do 2º Congresso Brasileiro de Língua e Literatura, Rio de Janeiro, Edições gernasa, 1971. p.41-46.
- _____. *Variação diatópica e sociolingüística*. Congresso de Sócio-e-Etnolingüística, 2. /Anais.../ Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1984. p. 101-115.
- SCHERRE, Maria Marta Pereira. “Breve histórico do Programa de Estudos sobre o Uso da Língua”. In: SILVA, G. M. O; SCHERRE, M. M. P, org. *Padrões sociolingüísticos*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1986. p. 27-50
- _____. *Reanálise da concordância nominal em português*. Rio de Janeiro: UFRJ. 2v. Tese de Doutorado, 1988.
- _____. “Sobre a atuação do princípio da saliência fônica na concordância nominal”. In: TARALLO, F. (org.). *Fotografias sociolingüísticas*. Campinas: Pontes, 1989 (a). p. 301-302.
- _____. “Reanálise da concordância nominal em português”. *Boletim da ABRALIN*, São Paulo, 1989(b).11: 97-124.
- _____. “A concordância de número nos predicativos e nos participios passivos”. *Organon*, 5 (18): 52-70, 1991.
- _____. “Paralelismo formal e cognição”. *Boletim da ABRALIN*. São Paulo, 1992. 13: 43-53.
- _____. “Aspectos da concordância de número no português do Brasil”. *Revista Internacional de Línguas Portuguesa*, Lisboa, 1994. 12: 37-49.
- _____. “Sobre a influência de três variáveis relacionadas na concordância nominal em português”. In: SILVA, G. M. & SCHERRE, M. M. P. (org) *Padrões sociolingüísticos*; análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. p. 85-117.
- _____. *Doa-se lindos filhotes de poodle: variação lingüística, mídia e preconceito*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- _____. & MACEDO, A. *Variação e mudança: o caso do S pós-vocálico*. *Boletim da Associação brasileira de Lingüística*, 11. Campinas, UNICAMP, 1989. p. 165-189.
- SCHWINDT, Luiz Carlos. “A regra variável de harmonização vocálica no RS”. In: BISOL, L. & BRESCANCINI, C. (orgs.). *Fonologia e variação: recortes do português brasileiro*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002. p. 161-182.
- SECRETARIA GERAL DE PLANEJAMENTO/ TCE-RJ. *Estudo Socioeconômico de São Francisco de Itabapoana*. São Francisco de Itabapoana: 2003.
- SILVA NETO, S. da S. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1956.
- _____. *Guia para estudos dialectológicos*. 2. ed. melh. e ampl. Belém: Conselho Nacional de Pesquisas, Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, 1957.

- _____. “Um traço de pronúncia caipira”. In: *Língua, cultura e civilização*; estudos de filologia portuguesa. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1960.
- _____. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. 5 ed. Rio de Janeiro: Presença, Brasília: INL, 1986.
- SILVA, E. B. da. *Subsídios para a história de Porciúncula*. Rio de Janeiro: Damadá Artes Gráficas e Editora, 2000.
- SILVA, Edila Vianna da. *O falar do pescador do Município de São João da Barra: um estudo etnolingüístico*. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras da UFRJ, 1989. Tese de Doutorado.[*]
- SILVA, Giselle Machline de Oliveira. “Variáveis sociais e perfil do *Corpus Censo*”. In: SILVA, G. M. O; SCHERRE, M. M. P, org. *Padrões sociolingüísticos*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. p. 50-81.
- SILVA, Maria Emília Barcellos da. *O homem e o mar da Região dos Lagos/RJ*. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras da UFRJ, 1988. Tese de Doutorado. [*]
- _____. *Um traço na fala culta de Salvador*. *Organon*. 5 (18): 79-89, 1991.[*]
- SILVA, Myrian Barbosa da. *Um traço regional na fala culta de Salvador*. *Organon*, Porto Alegre, 1991, 18: 79-89.
- _____. *Breve notícia sobre as vogais pretônicas na variedade culta de Salvador*. *Estudos lingüísticos e literários*, Salvador, 1992, 14: 69-77.
- SILVA-CORVALÁN, C. *Sociolingüística. Teoría y análisis*. Alhambra, Madri, 1988.
- TEYSSIER, Paul. *História da Língua Portuguesa*. Trad. de Celso Cunha. Lisboa: Sá da Costa, 1982
- THUN, Harald. “Atlanti linguistici dell’America Latina”. In: *Atlanti linguistici italiani e romanzi. Esperienze a confronto*. Palermo, Ed. Giovanni Ruffino, 1992. p. 231-273.
- _____. “Atlanti linguistici dell’America latina”. In: *Atlanti linguistici italiani e romanzi. Esperienze a confronto*. Palermo: Ed. Giovanni Ruffino, 1992. págs. 231-273.
- _____. et al. *El atlas lingüístico diatópico y diastrático del Uruguay (ADDU)*. Presentation de un proyeto. *Iberoromania*, n°30, p. 26-62, 1989.
- _____, Harald/Elizaincín, Adolfo. *Atlas Diatópico y Diastrático del Uruguay (ADDU), I, 1-2*, Kiel: Westensee-Verlag, 2000.
- _____. et al. *Atlas lingüístico Lingüístico Guaraní-Románico. Sociología. Tomo I: comentarios*. Kiel: Westensee-Verl, 2002.
- TJADER, Rogério da Silva. *Uma pequena história de Valença*. Valença, RJ: Editora Valença, 2003.
- TRUDGILL, Peter. *On dialect*. Oxford: Basil Blackwell, 1983.
- _____. *Dialects in contact*. Oxford: Basil Blackwell, 1986.
- _____. *Sociolinguistics: an introduction to language and society*. Harmondsworth: Penguin Books, 1987.

VEADO, Rosa Maria Assis. *Comportamento lingüístico do dialeto rural*. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1982

_____. *Ensino de gramática: descrição e uso*. São Paulo: Contexto, 2007.

VIEIRA, Silvia Rodrigues. Colocação dos pronomes átonos: a norma objetiva do texto acadêmico In: *Anais do IX Congresso da ASSEL-Rio: tradição e ruptura nos estudos da Linguagem*. Rio de Janeiro: Editora da PUC-Rio, 2000. v.1. p.524 – 528 [*]

_____. *Colocação pronominal nas variedades européia, brasileira e moçambicana: para a definição da natureza do clítico em Português*. Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Letras, 2002, Tese de Doutorado. [*]

_____. “Análise de variedades do Português: a ordem dos clíticos em complexos verbais”. In: *Anais do III Congresso Internacional da ABRALIN*. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras/UFRJ. 2003(a). [*]

_____. “Colocação pronominal nas variedades européia, brasileira e moçambicana do português: para a definição da natureza do clítico”. In: BRANDÃO, S. F. & MOTA, M. A. C. da. *Análise contrastiva de variedades do Português*. Rio de Janeiro: In-Fólio/Faculdade de Letras, 2003(b). p. 37-60. [*]

_____. “O contínuo oralidade-escrita no Português do Brasil: o caso da colocação pronominal”. In: *Memórias del XIV Congreso Internacional de ALFAL*. Monterrey: Universidad Autónoma de Nuevo León, 2005. v.1. [*]

_____. Colocação pronominal e concordância verbal: para que, o que e como ensinar. In: *XXI Jornada de estudos lingüísticos*. João Pessoa: Editora da UFPB/Idéia, 06. p.2733 – 2744. [*]

_____. “Colocação pronominal”. In: *Ensino de gramática: descrição e uso*. São Paulo: Contexto, 2007. p. 121-146. [*]

_____ & BRANDÃO, Silvia Figueiredo, (orgs.). *Morfossintaxe e ensino de português: reflexões e propostas*. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras/In-fólio, 2004. [*]

VILLA DA SILVA, R. *Norma e identidade social: o caso da discriminação do /S/ pós-vocálico em Corumbá e Ladário*. (MS). Comunicação ao Congresso Internacional 500 anos de língua portuguesa no Brasil. Évora/PT, 2000. No prelo.

WAGNER, Claudio. *El Atlas lingüístico y etnográfico de Chile por regiones (ALECH)*. *Estud. filol.*, 1998, no.33, p.119-129.

WAGNER, Claudio. *El atlas lingüístico y etnográfico de Chile: Localidades y cuestionario*. *Estud. filol.*, sep. 2004, no.39, p.83-120

WAGNER, Claudio & ROSAS, Claudia. *Geografía de la "l" en Chile*. *Estud. filol.*, 2003, no.38, p.189-200.

WEINREICH, Uriel, LABOV, William & HERZOG, Marvin I. “Empirical foundations for a theory of language change”. In: LEHMANN, W. & MALKIEL, Y. (eds.) *Directions for historical linguistics*. Austin: University of Texas Press, 1968. p. 97-195.

WINKELMANN, Otto. "La Geolingüística pluridimensional y el análisis de situaciones de contacto lingüístico". In: RADTKE, Edgar & THUN, Harald (org). *Neue Wege der romanischen Geolinguistik: Akten des Symposiums zur Empirischen Dialektologie* (Heilderberg/Mainz, 21-24.10.1991). Kiel: Westensee-Verl, 1996.

ALMEIDA, Fabiana da Silva Campos. *Micro Atlas Fonético do Estado do Rio de Janeiro (Micro AFERJ): uma contribuição para o conhecimento dos falares fluminenses*. Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Letras, 2008. 2v. Volume I 163 fls. Volume II 6 cartas introdutórias e 306 cartas fonéticas. mimeo. Tese de Doutorado em Língua Portuguesa.

RESUMO

O Micro Atlas Fonético do Estado do Rio de Janeiro – Micro AFERJ – é uma pesquisa dialectológica, de natureza fonético-fonológica, que registra e descreve a variedade popular dos falares de doze comunidades fluminenses: São Francisco do Itabapoana, Porciúncula, Santa Maria Madalena, Cabo Frio, Cantagalo, Cachoeiras de Macacu, Itaguaí, Parati, Valença, Três Rios, Quissamã e Resende. O estudo fundamenta-se nos preceitos atuais da Geolingüística e em parâmetros sociolingüísticos, uma vez que controla sistematicamente variações regionais e, também, sociais. Os pontos de inquérito foram selecionados com base em critérios sócio-históricos e geográficos, de modo a abarcar as regiões de povoamento mais antigo, a demarcar linguisticamente os limites estaduais e, ao mesmo tempo, a contemplar municípios de todas as Microrregiões do Estado do Rio de Janeiro. Levaram-se em conta, ainda, as sugestões de Antenor Nascentes (1958) e as recomendações do Projeto do Atlas Lingüístico do Brasil (ALiB). O questionário fonético — composto por 279 perguntas que, subdivididas, perfazem um total de 309 palavras — foi aplicado a seis falantes em cada localidade. Cada ponto de inquérito conta com seis informantes, distribuídos por gênero e três faixas etárias (18-35 anos, 36-55 anos, 56 anos em diante), num total de 72 indivíduos, com nível de instrução até, no máximo, a 4ª série do Ensino Fundamental. Além da aplicação do questionário, foram gravadas elocuções livres, que variam de 15 a 30 minutos, com vista a estudos posteriores. As entrevistas, realizadas *in loco* pela própria pesquisadora, foram gravadas em mini-discs com o auxílio de um aparelho MD. As respostas dadas ao questionário foram transcritas foneticamente de acordo com o Alfabeto Fonético Internacional (IPA) e são apresentadas em mapas no volume II deste atlas. Os dados foram cartografados por meio de um programa computacional específico, desenvolvido a partir de uma adaptação do programa utilizado no *Atlas Lingüístico do Amazonas*. As Cartas Fonéticas permitem observar fenômenos que dizem respeito às realizações dos fonemas vocálicos e consonantais em diferentes contextos. O Micro AFERJ consiste numa contribuição para a identificação das áreas dialetais do território fluminense, bem como para a delimitação das áreas lingüísticas brasileiras.

ALMEIDA, Fabiana da Silva Campos. *Micro Atlas Fonético do Estado do Rio de Janeiro (Micro AFERJ): uma contribuição para o conhecimento dos falares fluminenses*. Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Letras, 2008. 2v. Volume I 163 fls. Volume II 6 cartas introdutórias e 306 cartas fonéticas. mimeo. Tese de Doutorado em Língua Portuguesa.

RÉSUMÉ

Le MicroAtlas Phonétique de l'État de Rio de Janeiro — MicroAFERJ — est une recherche dialectologique, de nature phonétique-phonologique, qui enregistre et décrit la variété populaire des parlés de douze communautés de l'État de Rio de Janeiro: São Francisco do Itabapoana, Porciúncula, Santa Maria Madalena, Cabo Frio, Cantagalo, Cachoeiras de Macacu, Itaguaí, Parati, Valença, Três Rios, Quissamã et Resende. L'étude a été réalisé d'après les principes actuels de la Géolinguistique aussi que les paramètres de la Sociolinguistique, car on contrôle des variations régionales et aussi sociales (tranche d'âge et genre). Les points d'enquête ont été sélectionnés à l'appui de critères socio-historiques et géographiques, afin d'embrasser les régions de peuplement plus ancien, à délimiter linguistiquement les limites de l'état et, en même temps, à envisager des villes toutes les Micro-régions de l'État de Rio de Janeiro. On a pris en compte, encore, les suggestions de Antenor Nascentes (1958), aussi bien que des recommandations du Projet de l'Atlas Linguistique du Brésil (ALiB). Le questionnaire phonétique-phonologique — composé de 279 questions qui, subdivisées, parfont un total de 309 mots — a été appliqué à six informateurs dans chaque localité. Chaque point d'enquête compte à six informateurs, distribués par genre et trois tranches d'âge (18-35 ans, 36-55 ans, plus de 56 ans), ce qui donne 72 individus, dont le niveau d'instruction ne surpasse pas la 4^e année de l'Enseignement Fondamental. Outre l'application du questionnaire, on a enregistré des élocutions libres, qui varient de 15 à 30 minutes, pour des études postérieures. Les enquêtes, faites *in loco* par la chercheuse elle-même, ont été enregistrées dans mini-discs à l'aide d'un appareil MD. Les réponses données au questionnaire ont été transcrites phonétiquement conformément à l'Alphabet Phonétique International (IPA) et sont présentes dans des cartes dans le volume II de l'atlas. Les données ont été cartographiées au moyen d'un programme informatique spécifique, développé à partir d'une adaptation du programme utilisé dans l'Atlas Linguistique de l'Amazonas. Les Cartes Phonétiques permettent d'observer des phénomènes qui concernent aux réalisations des phonèmes vocaliques et consonantiques à divers contextes. Le Micro AFERJ consiste à une contribution pour l'indification des aires dialectales du territoire de l'État de Rio de Janeiro, ainsi que pour la délimitation des aires linguistiques brésiliennes.

ALMEIDA, Fabiana da Silva Campos. *Micro Atlas Fonético do Estado do Rio de Janeiro (Micro AFERJ): uma contribuição para o conhecimento dos falares fluminenses*. Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Letras, 2008. 2v. Volume I 163 fls. Volume II 6 cartas introdutórias e 306 cartas fonéticas. mimeo. Tese de Doutorado em Língua Portuguesa.

ABSTRACT

The Phonetic Micro-Atlas of Rio de Janeiro – Micro AFERJ – is a dialectological research that registers and describes phonetic phonologic phenomena of the speech of twelve communities of the State of Rio de Janeiro: São Francisco do Itabapoana, Porciúncula, Santa Maria Madalena, Cabo Frio, Cantagalo, Cachoeiras de Macacu, Itaguaí, Parati, Valença, Três Rios, Quissamã and Resende. The study is based upon the current principles of Geolinguistics and Sociolinguistic parameters. The inquired points were selected based upon socio-historical and geographical criteria, so as to embrace the regions which were populated earlier, demarcate the linguistic boundaries of the State and, at the same time, comprehend districts of all the micro-regions of the state of Rio de Janeiro. Suggestions made by Antenor Nascentes (1958) as well as the recommendations of the Brazilian Atlas Linguistic Project were also taken into consideration. The phonetic questionnaire – composed of 279 questions that reach a total of 309 words – was applied to six speakers in each place. Each inquired point has six informants distributed by gender and three age range (18-35 years, 36-55 years and from 56 years on) totaling 54 individuals with educational background varying from illiteracy to no more than the fourth grade of elementary school. Besides the application of the questionnaire, free conversations – which varied from 15 to 30 minutes – were registered for future further studies. The interviews took place *in loco*, and the researcher herself conducted them. The material was recorded in mini-discs with the support of a MD. The answers which were given to the questionnaire were phonetically transcribed according to the International Phonetic Alphabet (IPA) and are presented in maps in volume II of this atlas. The data were cartographed by an specific computer program developed, which is an adaptation of the program used in the Linguistic Atlas of Amazonas. The phonetic maps allow us to observe phenomena related to the realizations of the vocalic and consonantal phonemes in different contexts. The Micro-Aferj represents a contribution to the identification of dialectal areas of the territory of Rio de Janeiro, and also to the delimitation of brazilian linguistic areas.